UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

JONAS DIAS DE SOUZA

**A influência das leis municipais na estruturação da
paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas – Minas Gerais**

São Paulo
2012

JONAS DIAS DE SOUZA

**A influência das leis municipais na estruturação da
paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas – Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia Física do
Departamento de Geografia da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo para a
obtenção do título de Mestre em
Geografia

Orientador: Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu

São Paulo
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

SOUZA, Jonas Dias de

S719i A influência das leis municipais na estruturação da paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas – Minas Gerais / Jonas Dias de SOUZA; orientador Adilson Avansi de ABREU. - São Paulo, 2012.

171 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Física.

1. Paisagem. 2. Geografia do Direito. 3. Poços de Caldas. 4. Patrimônio Cultural. 5. Meio Ambiente. I. ABREU, Adilson Avansi de, orient. II Título.

Nome: Souza, Jonas Dias de

Título: A influência das leis municipais na estruturação da paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas – Minas Gerais.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Física do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos:

Não poderia deixar de agradecer as pessoas que tanto contribuíram para que esta dissertação fosse feita.

Agradeço aos meus pais, Ana e Jorge, pelo apoio incondicional dado nestes três anos de trabalho. A eles meu eterno amor e obrigado.

Ao meu orientador Prof. Dr. Adilson Avansi de Abreu pela amizade, pelos conselhos e ensinamentos que me acompanharam desde a graduação e por estes anos de mestrado.

Às pessoas que contribuíram direta ou indiretamente com a pesquisa, dentre elas um agradecimento especial a Roberto Tereziano, Haroldo Paes Gessori, Sônia Maria Sanches, Evaristo Pimenta e Jussara Marrichi.

À CNPq pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus amigos que deram força e incentivo para a realização do trabalho: Daniel Cruz Torres, Matheus Nani Costa, Fernanda Mercedes, Sheila Ferreira, Fernanda e Fernando e Nani, Pedro Costa, João Pasqua, Júlio Fonseca, Caio Alves, Danilo, Lucas Rosa, Janaína Moraes, Rafael Teixeira, Ciro e José Schultz, Marcos Vinícius, Thaís Villas Boas e Rubens Ferreira.

Resumo

SOUZA, Jonas Dias de. **A influência das leis municipais na estruturação da paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas – Minas Gerais**. 2012, 171f. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, 2012.

As leis municipais de Poços de Caldas têm influenciado decisivamente na estruturação da paisagem urbana da cidade, principalmente no que diz respeito a disciplina legal de proteção do patrimônio cultural e preservação do meio ambiente local. No presente trabalho, a influência das leis municipais na estruturação da paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas foi analisada através da sistematização das leis de caráter patrimonial e ambiental editadas no município desde sua fundação (1872) até os dias atuais (2010). As leis foram organizadas em três períodos segundo suas características mais marcantes. Ademais, recuperou-se a evolução histórico geográfico de Poços de Caldas para melhor contextualizar as leis. O estudo foi feito tendo como suporte a categoria de análise paisagem e as teorias desenvolvidas no âmbito da Geografia do Direito. Os resultados mostram que as leis municipais participou da conformação da paisagem urbana desde os primeiros anos de ocupação e construção da cidade, regulamentando o alinhamento das ruas, a medida das calçadas, o tamanho dos lotes e a preservação de matas na área urbana. Mais recentemente, a disciplina normativa de proteção ao patrimônio tem definido o tombamento de bens e áreas consideradas de valor histórico e cultural para o município; por outro lado, as leis poços caldense vêm tornando obrigatório a delimitação de áreas verdes nos loteamentos bem como a manutenção de áreas de preservação permanente essenciais para o equilíbrio ambiental de Poços de Caldas.

Palavras-chave: paisagem; geografia do direito; Poços de Caldas; patrimônio cultural; meio ambiente.

Abstract

SOUZA, Jonas Dias de. **A influência das leis municipais na estruturação da paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas – Minas Gerais**. 2012, 171f. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, 2012.

The municipal laws of Poços de Caldas have decisively influenced the structuring of the urban landscape of the city, especially as regards the discipline of legal protection of cultural patrimony and preserve the local environment. In the present work, the influence of the municipal laws in the structuring of the urban landscape of the city of Poços de Caldas was analyzed through the systematization of patrimonial and environmental laws edited in the city since its foundation (1872) until today (2010). Moreover, it was recovered the history and geography of Poços de Caldas to better contextualize the laws. The study has used the category of landscape and the theories developed in Geography of Law to analyze the case of Poços. The results show that the municipal laws participated in shaping the urban landscape since the early years of occupation and construction of the city, by stipulating measurements of constructions, streets and sidewalks, and the protection of local environment. In recent days, laws have put buildings and areas under governmental trust; on the other hand, it is compulsory new constructions to have green areas.

Keywords: landscape; geography of law; Poços de Caldas; cultural patrimony; environment

Índice de Fotos

Foto 1 – Chalé Procópio _____	16
Foto 2 – Serra de São Domingos _____	16
Foto 3 – Calçada rua Barão do Campo Místico _____	109
Foto 4 – Calçada praça Pedro Sanches _____	109
Foto 5 – Chalé da Vila Pinhal _____	121
Foto 6 – Grande Hotel de Poços de Caldas _____	121
Foto 7 – Vila Junqueira _____	121
Foto 8 – Igrejinha Dom Bosco _____	121
Foto 9 – Prédio da prefeitura municipal _____	121
Foto 10 – Prédio do antigo mercado municipal _____	121
Foto 11 – Estação Mogiana _____	124
Foto 12 – Basílica Nossa Senhora da Saúde década 60 _____	126
Foto 13 – Basílica Nossa Senhora da Saúde em 2012 _____	126
Foto 14 – Igrejinha de Santa Cruz (sem data) _____	127
Foto 15 – Igrejinha de Santa Cruz em 2012 _____	127
Foto 16 – Igreja de Santo Antônio _____	128
Foto 17 – Ocupação das margens do ribeirão da Serra _____	130
Foto 18 – Ocupação das margens do córrego Vai e Volta _____	130
Foto 19 – Canalização do córrego Vai e Volta _____	132
Foto 20 – Área de preservação permanente delimitada no loteamento Residencial Morumbi _____	134
Foto 21 – Área verde 1 delimitada no loteamento Residencial Morumbi _____	135
Foto 22 – Área verde 2 delimitada no loteamento Residencial Morumbi _____	135
Foto 23 – Área verde delimitada no loteamento Jd. Vitória V _____	136
Foto 24 – Área de preservação permanente delimitado no loteamento Jd. Vitória _____	136
Foto 25 – Área verde e área de preservação permanente delimitada no loteamento Residencial Campo da Cachoeira _____	137

Índice de Imagens

Imagem 1 – Cartão postal de Poços de Caldas. Themas Antonio Carlos _____	16
Imagem 2 – Desenho propagandístico de Poços de Caldas _____	17

Imagem 3 – Pintura de Barbosa Gonçalves - 1919	58
Imagem 4 – Desenho 1 confeccionado por Carlos Maywald	105
Imagem 5 – Desenho 2 confeccionado por Carlos Maywald	106
Imagem 6 – Pintura de Barbosa Gonçalves – 1919 – modificada	109
Imagem 7 – Imagem de satélite de Poços de Caldas	133
Imagem 8 – Detalhe do loteamento Residencial Morumbi	134
Imagem 9 – Detalhe do loteamento Jd. Vitória V	136
Imagem 10 – Detalhe do loteamento Residencial Campo da Cachoeira	137

Índice de modelos, tabelas e figuras

Modelo 1 – Reprodução do 1º modelo de R. Platt	43
Modelo 2 – Reprodução do 2º modelo de R. Platt	44
Modelo 3 – Modelo de R. Platt aplicado para o caso de Poços de Caldas no passado	158
Modelo 4 – Modelo de R. Platt aplicado para o caso atual de Poços de Caldas	159
Figura 1 – Modelo esquemático de circulação das águas sulfurosas	54
Tabela 1 – Evolução da população absoluta	113
Tabela 2 – Principais leis e características paisagísticas	155

Índice de Mapas e Croquis

Mapa 1 – Perímetro Urbano de Poços de Caldas	20
Mapa 2 – Mapa turístico de Poços de Caldas	16
Mapa 3 – Limites da primeira desapropriação	52
Mapa 4 – Detalhe do sistema de fraturas	53
Mapa 5 – Alinhamento feito por Soares do Couto	104
Mapa 6 – Perímetro de tombamento do Parque José Affonso Junqueira	122
Mapa 7 – Perímetro de tombamento fonte termal Praça D. Pedro II (Praça dos Macacos)	123
Mapa 8 – Perímetro de tombamento da Estação Ferroviária Mogiana	124
Mapa 9 – Loteamento Jardim Quisisana – 1941	138
Mapa 10 – Loteamento Santa Rosália – 1971	139
Mapa 11 – Loteamento Jardim Bandeirantes – 1981	140
Mapa 12 – Loteamento Residencial Morumbi – 2000	141
Mapa 13 – Loteamento Residencial Campo da Cachoeira – 2000	142

Mapa 14 – Loteamento Jardim Vitória V – 2001_____	143
Mapa 15 – Coeficiente de aproveitamento por lote_____	145
Mapa 16 – Zoneamento feito pela Lei 2056 de 1973_____	151
Mapa 17 – Zoneamento feito pela Lei 5488 de 1994_____	152
Mapa 18 – Zoneamento feito pela Lei Complementar nº 74 de 2006_____	153
Croqui 1 – Área total doada_____	52
Croqui 2 – Zona urbana delimitada pela L. 16 de 1904_____	73
Croqui 3 – Zona Urbana delimitada pela L. 209 de 1926_____	73
Croqui 4 – Zona Especial L. 2056 de 1973_____	150
Croqui 5 – Área Central L. 2056 de 1973_____	150
Croqui 6 – Zona de Urbanização Preferencial L. 5488 de 1994_____	150
Croqui 7 – Limite do projeto Centro Vivo_____	150
Croqui 8 – Zona de Proteção Especial 2 e Zona de Proteção Especial 3 da Lei Complementar 74 de 2006_____	150

Sumário

1. Introdução: paisagem urbana e sítio urbano de Poços de Caldas _____	12
2. Paisagem: histórico do conceito _____	21
2.1. O funcionamento da paisagem _____	22
2.2. O homem e a paisagem _____	24
2.3. A integração do homem na paisagem _____	26
2.4. A paisagem cultural _____	29
2.5. A paisagem legal _____	30
3. Geografia do Direito: histórico e conceitos _____	33
3.1. A Geografia do Direito como o estudo da geografia no direito _____	35
3.2. O estudo da Geografia do Direito e a teoria de Niklas Luhmann _____	40
3.3. A Geografia do Direito como o estudo do direito na geografia _____	43
4. Construção da paisagem urbana de Poços de Caldas: localização e ocupação do sítio urbano _____	49
4.1. Ocorrência e apropriação das águas termais _____	52
5. O patrimônio cultural de Poços de Caldas _____	62
5.1. O conceito de patrimônio cultural _____	62
5.2. Proteção ao patrimônio cultural no Brasil e o instituto do tombamento _	63
6. A legislação patrimonial de Poços de Caldas _____	69
6.1. A primeira fase legislativa _____	69
6.2. A segunda fase legislativa _____	74
6.3. A terceira fase legislativa _____	79
7. A legislação ambiental de Poços de Caldas _____	89
7.1. Primeira fase legislativa _____	89
7.2. Segunda fase legislativa _____	91
7.3. Terceira fase legislativa _____	94
8. Aspectos paisagísticos da legislação municipal _____	103
8.1. Primeiro período da legislação municipal _____	103
8.1.1. O alinhamento e as calçadas _____	103
8.1.2. A preservação da Serra de São Domingos _____	110
8.2. Segundo período da legislação municipal _____	111
8.2.1. A proteção ao Parque José Affonso Junqueira _____	111
8.3. Terceiro período da legislação municipal _____	116
8.3.1. A manutenção dos bens patrimoniais na paisagem _____	118

8.3.2. A verticalização e a ambiência _____	125
8.3.3. A preservação das margens dos rios e as áreas verdes _____	128
8.3.4. Taxa de permeabilidade e coeficiente de aproveitamento _____	144
8.3.5. A qualificação jurídica da paisagem de Poços de Caldas _____	148
9. Considerações Finais _____	154
10. Bibliografia _____	161

1. Introdução: paisagem urbana e sítio urbano de Poços de Caldas

O presente trabalho procura analisar a influência das leis municipais na estruturação da paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas.

O município de Poços de Caldas encontra-se no sul de Minas Gerais, nas proximidades da divisa com o estado de São Paulo e possui oito municípios como limites: ao norte, Botelhos e Bandeira do Sul; a leste, Caldas; ao sul, Andradas; e a oeste, no Estado de São Paulo, os municípios de Águas de Prata, São Sebastião da Gramma, Caconde e Divinolândia.

Por paisagem urbana nos referimos a paisagem cultural existente dentro da cidade de Poços de Caldas, embora não haja uma definição absoluta do que seja cidade. Com efeito, Pedro Pinchas Geiger¹ mostra que o conceito de cidade pode variar segundo os critérios adotados: uns tomam por base o aspecto quantitativo da população estabelecendo um número mínimo de habitantes para que um aglomerado humano seja considerado cidade, enquanto outros definem cidade em relação as funções comerciais e industriais que exercem.

No Brasil, cidade é definido no sentido jurídico administrativo, sendo considerado a sede do município². Segundo a doutrina de José Afonso da Silva, “cidade, no Brasil, é um núcleo urbano qualificado por um conjunto de sistemas político-administrativo, econômico não agrícola, familiar e simbólico como sede do governo municipal, qualquer que seja sua população. A característica marcante da cidade no Brasil consiste no fato de ser um *núcleo urbano, sede do governo municipal*”³.

Na definição do Vocabulário Jurídico de De Plácido e Silva, cidade é tudo que está incluído dentro do perímetro urbano: “a cidade compreende o que, vulgarmente, se diz de *perímetro urbano*, não se estendendo, pois, a seus arredores rurais e términos, melhormente compreendidos na jurisdição *municipal*, não *citadina*”. Completa ainda o Vocábulo: “e a compreensão do próprio perímetro citadino está concentrada na frase latina: *Urban designat aratro*, frase esta atribuída a VIRGÍLIO e que se traduz: *ele marca com o arado o círculo da cidade*”⁴.

Vamos analisar, portanto, a paisagem cultural de Poços de caldas compreendida

1 GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Publicações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

2 BRASIL. Decreto-lei nº 311 de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1. Rio de Janeiro, 2 de março de 1938, p. 4149.

3 SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 6º ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 26, grifo do autor.

4 SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico conciso**. Atualizadores Nagib Slaibi e Gláucia Carvalho. 2º ed. Rio de Janeiro : Forense, 2010, p. 157, grifo do autor.

dentro da cidade, delimitada esta pelo perímetro urbano definido legalmente no município, como mostrado no mapa 1. Como podemos observar, o perímetro urbano é composto por 4 áreas descontínuas que ocupam aproximadamente 87.700 Km², separadas por vazios populacionais. Ao longo dos anos, o perímetro urbano de Poços de Caldas sofreu algumas alterações, mas a área definida no mapa servirá para os objetivos aqui propostos.

A paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas apresenta grandes diferenças quanto as formas e os valores adquiridos ao longo do tempo.

No centro urbano, a paisagem é composta por chalés, praças, balneários e edificações construídas no final do século XIX e início do XX, a se destacar o Pálace Hotel, o Pálace Casino, a praça Pedro Sanches e o parque José Afonso Junqueira e os balneários Antônio Carlos e Mário Mourão. As edificações do centro são na sua maioria construções conjugadas, de um ou dois andares, distribuídas ao longo de vias retilíneas e ortogonais entre si, a espécie de um tabuleiro de xadrez, orientadas no sentido norte-sul. O baixo gabarito só é interrompido pelos edifícios construídos na segunda metade do século XX que se destacam pela sua verticalidade, a exemplo do Condomínio Bauxita e do Edifício Hércules.

Já nos arredores do centro e nas áreas mais periféricas da cidade, a paisagem urbana é outra: as ruas na sua maioria são traçadas de forma irregular, umas são largas e outras mais estreitas e as construções obedecem a diferentes padrões urbanísticos de afastamentos laterais, frontais e coeficiente de aproveitamento do terreno.

A paisagem urbana de Poços de Caldas é composta também pelos ribeirões que percorrem as áreas urbanas, como o ribeirão da Serra, ribeirão de Poços e o ribeirão de Caldas, e pelas matas que recobrem a Serra de São Domingos, ao norte, ou pelos fragmentos de matas presentes nos bairros que margeiam a galeria dos córregos e ribeirões da cidade.

Estes dois conjuntos paisagísticos que se definem grosso modo na cidade mostram uma realidade complexa e descontínua em Poços de Caldas na qual as paisagens são valorizadas e regulamentadas de forma diferencial pela legislação. No centro urbano a paisagem é objeto crescente de valorização por parte da legislação patrimonial municipal que tenta preservar e recuperar a dimensão histórica e cultural da área; como veremos, a partir das décadas de 80 e 90 do século XX, é esta paisagem urbana do centro que assume valor de identidade da cidade, símbolo de história e cultura de Poços de Caldas. Por outro lado, nos bairros, a principal valorização legislativa dá-se em relação ao meio

ambiente, caracterizado pelas matas a margem dos córregos e ribeirões ou que recobrem os morros da cidade e que se definem como áreas de recarga dos aquíferos locais.

Toda a paisagem urbana de Poços de Caldas ocupa um sítio urbano conformado pela intrusão magmática alcalina ocorrida na região. Definindo o Planalto de Poços de Caldas, a intrusão ocorreu num período entre 87 a 52 milhões de anos (entre o Cretáceo Superior e o Terciário Inferior portanto): primeiro, intrusão magmática alcalina soergueu o bloco do embasamento cristalino local; depois, a sua parte central sofreu subsidência como consequência da retirada do magma alcalino da base; por último, na periferia, houve a ascensão do magma nefelítico ao longo de fendas circulares e radiais, definindo cristas em quase toda borda da intrusão⁵.

Geomorfologicamente, o Planalto de Poços de Caldas faz parte dos denominados Planaltos Dissecados do Sul de Minas, representando, morfologicamente, nas palavras de Christofoletti⁶, “exemplo de modelado estrutural dômico com diques anelares, surgindo como unidade individualizada e sendo delimitado por um anel quase completo”.

O Planalto possui uma área de aproximadamente 800 km², tem forma elíptica com eixo maior e menor de 35 e 30 km respectivamente. O sítio urbano de Poços de Caldas ocupa a porção norte do Planalto: da área territorial total do município (547,261 Km²), 330 km² estão dentro do maciço alcalino, enquanto 217 km² estão no embasamento cristalino encaixante. O sítio urbano de Poços é definido em grande medida, portanto, pelas características da intrusão magmática.

Apesar do Planalto apresentar sedimentos anteriores à atividade magmática, a litologia predominante é constituída por material vulcânico de brechas, tufos, aglomerados, rochas efusivas e hipabissais de fonólitos e tinguaitos e rochas intrusivas de foiaíto, foiaíto traquitoides, lujaurito e chibinitos.

Poços de Caldas pertence a bacia hidrográfica do Rio Grande e está localizada na sub-bacia do rio Pardo; o município encontra-se no curso médio e superior da bacia do rio Lambari, denominado sub-bacia do ribeirão das Antas; este nasce na porção sul do Planalto, na Serra do Caracol, a 1400 metros de altitude e possui 55km dentro da área do

5 ELLERT, Reinholt. Contribuição à geologia do maciço de Poços de Caldas. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras**, nº237 – **Geologia** n° 18. São Paulo, 1959. MORAES, Fernanda Toniza. **Zoneamento geoambiental do Planalto de Poços de Caldas, MG/SP a partir da análise fisiográfica e pedoestratigráfica**. Tese (doutorado em geologia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Campus Rio Claro. Rio Claro: 2008.

6 CHRISTOFOLETTI, Antonio. Características Fisiográficas do Planalto de Poços de Caldas (MG – Brasil). In: **Geomorfologia**, nº32. São Paulo, 1972.

município, transpondo o Planalto na Cascata das Antas, a 1180 metros.

Dentro do território do município, a rede de drenagem é dendrítica, com caimento para noroeste, em direção à sub-bacia do ribeirão das Antas. O sítio urbano de Poços é fartamente cortado por córregos e ribeirões que, no passado, formavam, uma grande planície de inundação com alguns pontos secos nos terrenos mais elevados.

A área de ocupação inicial do sítio urbano de Poços de Caldas é um terreno plano que formava antigamente uma espécie de pântano, “um imenso pantanal cheio de fruta de bugre e vassourinha, com a vida tumultuária dos brejos”⁷. Neste tempo, “constituíam mesmo o traço mais marcante da paisagem”⁸ os renques de pinheiros que cobriam os cursos d’água, enfileirando-se até o rio das Antas.

A vegetação que ocupa o sítio urbano é parte das formações vegetais do Planalto de Poços de Caldas. Predominam neste, segundo a definição de Christofolletti, os campos e a vegetação arbórea. Segundo a classificação de Fernanda Toniza Moraes, a vegetação é definida como floresta tropical de altitude, inserida no domínio da Mata Atlântica, ocorrendo elementos da floresta seca (campos cerrados e cerradões) e da floresta de araucárias.

O clima de Poços de Caldas é definido, na classificação de Köppen, como mesotérmico, com inverno frio e seco e verão brando e chuvoso. Nos meses mais chuvosos, de dezembro à março, a precipitação chega a 1200 milímetros com temperaturas médias de 21°C; de abril a setembro a precipitação registra 282 milímetros com temperaturas médias de 18°C.

As imagens abaixo mostram um pouco da paisagem urbana acima descrita.

A imagem 1 é um cartão postal da cidade que mostra as Termas Antônio Carlos. Repare o terreno plano e, ao fundo da imagem, alguns trechos da Serra de São Domingos; na imagem, no canto superior direito, pode-se ver a alta verticalidade do Edifício Emisa contrastando com o baixo gabarito das construções vizinhas.

7 MOURÃO, Mário. **Poços de Caldas: synthese historica e crenologica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1933, p. 21-2.

8 Ibidem, p. 225.

Imagem 1: Cartão Postal de Poços de Caldas. São destacadas na imagem a fachada das Termas Antônio Carlos e o vitral de teto no interior do edifício . Ano: 2012

Foto 2: Serra de São Domingos. A Serra estende-se por toda a porção norte da cidade e é recoberta até meia encosta por uma floresta tropical de altitude. Autor: Jonas Dias de Souza. Ano 2012.

Foto 1: Chalé Procópio projetado por Pansini. Autor: Jonas Dias de Souza. Ano: 2012

Mapa 2: Mapa turístico de Poços de Caldas. O traçado das ruas é retilíneo e correm no sentido norte-sul e leste-oeste. Ano: 2012.

O mapa 2 é um pequeno mapa de propaganda turística da cidade. Chamamos a

atenção para o traçado geométrico das ruas orientadas no sentido norte sul e onde se encontra os principais patrimônios culturais da cidade.

Imagem 2: Desenho propagandístico de Poços de Caldas. No desenho é representado em maior proporção o centro histórico e cultural da cidade. Ano: 2012.

A imagem 2 também é um panfleto de divulgação turística de Poços de Caldas. Neste panfleto é dado destaque ao centro histórico da cidade e as adjacências imediatas, símbolos da cidade.

*

O objetivo geral deste trabalho, como dito no início, é analisar a influência das leis municipais na estruturação da paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas. Para realizar tal objetivo, procuramos identificar e classificar a paisagem urbana de Poços de Caldas; descrever a evolução histórica e identificar as normas legais de caráter formal patrimonial e ambiental de observância obrigatória na zona urbana; correlacionar as normas legais com os processos de gênese e evolução da paisagem urbana; e avaliar a eficácia das normas municipais na conformação da paisagem.

Metodologicamente, nos orientamos pelos quatro níveis de pesquisa propostos por Libaut⁹, quais sejam: I) nível compilatório que contempla a coleta e a compilação de dados obtidos; II) nível correlatório onde se realiza uma relação primária entre as

9 LIBAULT, A. Os quatro níveis da pesquisa geográfica. **Métodos em questão**, São Paulo, n. 1, 1971.

variáveis, procurando comparar os dados na sua homogeneidade, na localização geográfica, ordem cronológica, etc.; III) nível semântico que compreende a interpretação das variáveis correlacionadas anteriormente; IV) nível normativo que corresponde a tentativa de elaboração de normas e modelos de aplicação geral ou regional.

Os dados compilados incluem o levantamento do quadro histórico e geográfico da cidade a fim de contextualizar o momento de edição dos diplomas legais. Por outro lado, também foi feita uma revisão do contexto nacional e internacional para melhor situar os temas tratados.

As leis selecionadas e pesquisadas foram as leis que dispõem sobre a proteção do patrimônio cultural e as leis de proteção ambiental em Poços de Caldas, abrangendo o período de 1872 (ano de fundação da cidade) a 2010: concentramo-nos nas leis que aprovam o Plano Diretor e nas Leis de Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo; como no início da ocupação urbana de Poços não haviam tais leis, foram consideradas as que apresentavam algum tipo de relação com o patrimônio cultural ou o meio ambiente. Tivemos por base o material fornecido pela prefeitura relativo aos processos legislativos de elaboração e promulgação das referidas leis e os seguintes registros públicos: o livro de registro das Sessões da Câmara de 1893 a 1903; o livro de leis e resoluções da Câmara Municipal da Villa de Poços de Caldas de 1892 a 1900; o livro de leis decretadas em 1902; o livro de leis do Conselho Deliberativo de 1905 a 1917; o livro de leis de 1918 a 1929; o livro de atos municipais de 1934 a 1936.

Quanto a estruturação do texto, organizamos os capítulos da seguinte forma: o capítulo segundo do trabalho dedica-se a recuperação do conceito de paisagem desde seu surgimento até a conceituação de paisagem cultural e a proposta de uma paisagem jurídica ou legal. A relação das leis com a paisagem é discutido no capítulo terceiro apoiado nas abordagens e teorias desenvolvidas no âmbito da Geografia do Direito.

No capítulo quarto discurremos sobre o início da construção da paisagem urbana de Poços de Caldas, tanto nos seus sentidos e influências como na materialidade paisagística assumida; procuramos identificar o local da ocupação urbana inicial, a relação com as características do sítio urbano e as diferentes apropriações sociais do meio natural.

O capítulo quinto trabalha com o conceito de patrimônio cultural, a proteção legal dada ao patrimônio no Brasil e o instrumento jurídico do tombamento.

Nos capítulos sexto e sétimo fizemos uma sistematização das leis patrimoniais e ambientais aprovadas no município, organizando-as nos seguinte períodos: um primeiro

momento que vai da fundação da cidade em 1872 até o ano de 1946, quando as leis têm como pano de fundo o ideário médico e higienista pra o local; um segundo momento que se estende de 1946 até os anos 80, caracterizada por uma baixa atividade legislativa sobre os temas e pela elaboração do Plano Urbanístico de Poços de Caldas em 1970/71; por último, um período que vai dos anos 90 até o ano de 2010 do século XXI, momento em que a legislação patrimonial e ambiental de Poços de Caldas acolhe novas conceituações e qualificações do patrimônio cultural e do meio ambiente trazidas pela Constituição Federal de 1988.

O oitavo capítulo dedica-se a descrição e análise dos aspectos paisagísticos da legislação municipal, quando tentamos a correlação entre os mandamentos legais e a evolução e conformação da paisagem na cidade.

As considerações finais vêm no último capítulo: este capítulo resume os principais pontos da pesquisa, traz uma tabela com a sistematização dos períodos legislativos considerados, das leis referentes a cada período e seus principais aspectos paisagísticos e legais.

2. Paisagem: histórico do conceito

A origem mais distante da noção de paisagem remonta aos estudos euclidianos da geometria do espaço, aparecendo um pouco mais tarde na poesia latina. Hoje, o conceito de paisagem desenvolveu-se para um sentido amplo e polissêmico, sendo empregado nos mais diversos ofícios, campos do conhecimento e artes.

No século XVI, o termo paisagem aparece com um sentido político administrativo; era uma porção do território dotada de identidade, um “espaço objetivo de existência”¹⁰, sinônimo de país, província, pátria ou região. Neste sentido, a paisagem era definida pelo seu “*sitium*”, ou seja, “ao mesmo tempo por uma posição e por uma vizinhança”¹¹.

É nas artes gráficas, contudo, que o termo paisagem se afirma, principalmente na cartografia e na pintura. No século XVI, cartografia e pintura são muito próximos, ambas partilhando do mesmo vocabulário e da mesma visão de mundo. Comunicando-se tanto na escala dos detalhes (corografia) como na visão global da Terra, para a cartografia fazer um mapa era pintar um vasto quadro da paisagem. “Trata-se, na cartografia e na pintura, de reunir, num pequeno espaço, os limites de uma superfície de inscrição, a totalidade dos caracteres do mundo terrestre”¹².

Até então, a paisagem colocava-se como objeto de observação; o homem afastado da Terra observando a paisagem a distância. Posteriormente, o termo paisagem ganha um significado estético subjetivo; passa a ser um objeto “da ordem da imagem mental, verbal, escrita sobre uma tela ou realizada sobre um território (*in visu* ou *in situ*)”¹³. Segundo Rougerie e Beroutchachvili:

Le paysage de la peinture n'est pas une description, une comptabilité analytique; il ne résulte pas de la représentation positive d'une combinaison d'objets rigoureusement matériels. Cette constatation révèle l'une des deux voies d'approche du phénomène paysage: celle qui, dans les rapports de l'homme à ce qui l'entoure, privilégie la subjectivité.¹⁴

No século XIX, a paisagem começa a ser abordada para além do seu caráter

10 BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

11 Idem.

12 Ibidem, p. 25.

13 Ibidem, p. 61.

14 ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. **Géosystèmes et paysaages: bilan et méthodes**. Paris : Armand Colin Éditeur, 1991, p. 21. “A paisagem da pintura não é uma descrição, uma contabilidade analítica, ela não resulta da representação positiva de uma combinação de objetos rigorosamente materiais. Esta constatação revela uma das duas aproximações do fenômeno paisagístico: aquela que, na relação do homem com o que o circunda, privilegia a subjetividade” (tradução nossa).

estético; ela passa a ser encarada como resultado de um processo, fruto da interação de diferentes forças. Nesta perspectiva, por exemplo, que as abordagens de Albert Lapparent (“um dos primeiros mestres da geologia científica moderna” diz Besse) passam a ser realizadas. “A paisagem conta, sob a fruição estética, uma outra história (...) o visível conta algo, uma história, ela é a manifestação de uma realidade da qual ela é, por assim dizer, a superfície”¹⁵.

2.1. O funcionamento da paisagem

Na ciência geográfica a paisagem ganha relevo também a partir do século XIX. É Alexandre von Humboldt quem formula a noção de paisagem que influenciará correntes de pensamento posteriores. Humboldt considera a paisagem ligada sobretudo a vegetação, característica mais significativa do aspecto espacial.

Os trabalhos de Goethe e de von Humboldt influenciaram na concepção de que existe uma harmonia na ordem natural e que a natureza manifesta-se diferenciada na superfície terrestre em função de como ocorre a integração entre seus elementos.¹⁶

Vista como um momento da integração de vários elementos, começam a surgir as primeiras tentativas de investigar o funcionamento da paisagem, especialmente suas estruturantes naturais, como as pesquisas de morfologia fluvial de A. Surret e os trabalhos de Hutton.

Porém, são os russos que desenvolvem uma teoria propriamente da paisagem. Andrei Alexandrovich Grigoryev, por exemplo, entende a paisagem dentro do que define como Estrato Geográfico da Terra.

O Estrato Geográfico é formado pela “crust, lower atmosphere, hydrosphere, regolith, vegetative cover and animal kingdom”¹⁷, alcançando desde alguns quilômetros da atmosfera superior até algumas camadas do subsolo. No Estrato Geográfico, a troca de energia e matéria é a base da interconexão e interdependência entre os componentes, governando também sua estrutura e evolução.

O fluxo de energia e matéria, ainda segundo Grigoryev, se dá por um processo de

15 Ibidem, p. 63-4.

16 VITTE, Antonio Carlos. O desenvolvimento do conceito de paisagem e sua inserção na geografia física. **Mercator**. Revista de Geografia da UFC, V.6, p. 71-78, 2007, p. 74.

17 GRIGORYEV, A. A. **The Theoretical fundaments of moder physical geography**. Moscow : Progress Publishers, 1968, p. 77.

“input” e “output”, os quais se realizam de maneira diferenciada dentro do estrato, assumindo formas e processos particulares na superfície terrestre. Isto é, o Estrato Geográfico adquire formas e complexidades especialmente diferenciadas. Essa seria a essência da “law of geographic areas”: as particularidades assumidas pelo “input” e “output” de energia e matéria explicam a diferenciação da complexidade natural do Estrato Geográfico “into natural regions characterized by specific features”. Considerando apenas os elementos naturais, as paisagens portanto:

are local manifestations of general physico geographic laws associated with local features of the relief, the lithology, the meso and microclimate, the soil climate and other like factors. These landscape developed as a result of interactions in the dynamics of the external tier of geographic stratum and its subterranean tiers.¹⁸

Na elaboração teórica sobre a paisagem, Viktor Borisovich Sochava propõe o conceito de geossistema, compreendido como “unidade natural de todas as características possíveis, indo do geossistema planetário (envelope geográfico ou meio ambiente total) até o geossistema elementar (fácies físico geográfica)”¹⁹.

Consoante Sochava, geossistema é uma “classe peculiar de sistemas dinâmicos abertos e hierarquicamente organizados”: hierarquia significa que os geossistemas são subdivididos em unidades dinâmicas, determinando o estado na dependência da organização geográfica a ele inerentes. “Toda categoria dimensional de geossistema (tópica, regional, planetária e intermediária) possui suas próprias escalas e peculiaridades qualitativas de organização geográfica” explica o autor. Temos então que a unidade espacial mínima de geossistema é aquela onde é preservada “a integridade da menor célula do ambiente natural” representada, dentro do geômero (sistema homogêneo) pela fácies²⁰.

Sochava trabalha também, no estudo do geossistemas, o conceito de invariante, o qual corresponde as estruturas que tem um tempo maior de duração; “a invariante é justamente o conjunto das características que não variam dentro do intervalo esperado”;

18 Ibidem, p. 85. “São manifestações locais das leis gerais da geografia física associado com as características físicas do relevo, da litosfera, do meso e microclima, do solo e outros fatores. Esta paisagem desenvolve-se como resultado da interação das dinâmicas da camada externa do estrato geográfico e sua camada subterrânea” (tradução nossa).

19 SOCHAVA *apud* ISACHENKO, G. A. Contribuição ao estudo de Geossistema no Brasil: estrutura temporal e experiências em trabalho de campo. p. 3168 – 3185. **Anais do I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço**. Rio Claro: 2009. p. 3170.

20 SOCHAVA, V. B. **O estudo do Geossistema**. Instituto Geográfico USP. São Paulo: Ed. Lunar, 1977, p. 9-10-20.

enquanto variáveis de estado “diz respeito àquelas características do geossistema que variam dentro de um intervalo esperado”²¹.

A paisagem, nesta abordagem de Sochava, representa “un système complexe de faciès qui forment à l’intérieur de ce paysage des associations territoriales, des séries dynamiques et factorielles de genres différents”; ou “le paysage est ce mécanisme qui organiser les faciès, les sites et leur associations primaires”²².

2.2. O homem e a paisagem

O funcionamento da paisagem é investigado também com relação a participação humana, a qual influencia na estruturação da paisagem, alterando a dinâmica da natureza e transformando o que era uma paisagem natural em paisagem cultural. Esta relação entre fatores naturais e fatores humanos que se consubstanciam na paisagem, Pierre Mombeig denomina Complexo Geográfico. A propósito do complexo geográfico, diz o autor: “Este se exprime antes de tudo na paisagem, o qual, formada uma e indissolúvelmente pelos elementos naturais e pelos trabalhos dos homens, é a representação concreta do complexo geográfico”²³.

Igualmente, a teoria do geossistema incorpora o elemento humano, o qual influencia “sua estrutura e peculiaridades espaciais” afirma Sochava, e continua:

Influências antropogênicas dizem respeito a numerosos componentes naturais de um geossistema (mudanças de umidade e regime de salinidade dos solos, modificação da vegetação, poluição do ar). Todos esses índices determinam o estado variável de um geossistema em relação à estrutura primitiva e refletem-se em seu modelado.²⁴

Com efeito, a integração das sociedades humanas nos processos naturais provocam a alteração na forma e na funcionalidade da paisagem, seja quando participam e alteram a organização geográfica das unidades dinâmicas, seja quando modificam elementos naturais que delas participam. Para Jurandyr Ross:

21 ISACHENKO, op. cit. p. 3172.

22 SOCHAVA *apud* ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. op. cit. p. 67. “Um sistema complexo de fácies que forma no interior desta paisagem associações territoriais, séries dinâmicas e fatoriais de gêneros diferentes”; “a paisagem é um mecanismo que organiza as fácies, os sítios e suas associações primárias” (tradução nossa).

23 MOMBEIG, Pierre. **Papel e valor do ensino da Geografia e de sua pesquisa**. Novos estudos de Geografia Humana Brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957, p.11.

24 SOCHAVA, op. cit. 1977, p. 7.

Nesse processo dinâmico de troca permanente de energia e matéria entre os componentes da natureza acrescidos das inserções humanas por meio de seus modos de produção e de apropriação dos recursos naturais, existem influências na intensidade dos fluxos energéticos e que modificam os ritmos dos processos interagentes.²⁵

A medida que o homem se espalha por toda a superfície do planeta e passa a transformar a natureza, desenvolve-se uma “psychically reflexive human surface”, denominado por Pierre Chardin, Vernadsky e Édouard Le Roy²⁶ de noosfera, termo depois empregado por Mikhail Budyko; a noosfera é a esfera da razão onde a inteligência humana desenvolve-se. Explica Budyko: “The development of the noosphere has been determined by growth in the scale of human impact on the biosphere and by an increasing level of the intelligent guidance of man’s activities”²⁷. Mas o desenvolvimento da noosfera ainda está longe de ser alcançada, complementa o autor.

De todo modo, a análise da participação do homem nos processos naturais leva em consideração aspectos concernentes a formação histórica das sociedades, as determinações econômicas de seu modo de produção, questões culturais e avanços técnicos potencialmente diferenciadoras da relação do homem com a natureza. A própria manipulação da natureza altera-se segundo as formas de apreensão cognitiva de cada sociedade. A esse respeito, o filósofo americano Filmer Stuart Northrop, analisando as diferenças éticas, estéticas e legais entre uma sociedade tecnológica e outra não tecnológica, julga que:

It is in the difference in the meaning and materials and their form provided by immediately apprehended and immediately sensed man and nature as compared with the meaning, materials, and forms provided by axiomatically constructed, deductively conceived man and nature, with its more elementary and universal scientific objects and relations, that the difference in kind between the aesthetic, ethical, and legal values of non-technological civilization and those of a technological one has its basis.²⁸

25 ROSS, Jurandyr L. S. **Ecogeografia do Brasil**: subsídios para planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006, p. 21.

26 CHARDIN, Pierre T. The antiquity and world expansion of human culture. In: THOMAS, William L. **Man’s role in changing the face of the earth**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.

27 BUDYKO, M. I. **The evolution of the biosphere**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986, p. 295. “O desenvolvimento da noosfera tem sido determinado pelo crescimento do impacto humano na biosfera e pelo aumento no nível de orientação inteligente das atividades humanas” (tradução nossa).

28 NORTHROP, F. S. C. Man’s relation to the Earth in its bearing on his aesthetic, ethical, and legal values. In:

Por sua vez, Adilson Avansi de Abreu ressalta a concomitância entre a apropriação da natureza e as propriedades sócio reprodutoras adquiridas; deve ser entendido que a apropriação social do meio – no todo diferenciada pelas mesmas variáveis – incorpora as dinâmicas e os processos dos sistemas naturais, assumindo, portanto, importantes funções na dinâmica social. Discutindo as propriedades do georelevo, Abreu diz:

(...) sua importância em relação às formas de reprodução social resultam do uso das propriedades geoecológicas relevantes e das influências diretas da esculturação e dinâmica do relevo, face à intensidade e modos de uso e face à efetividade e custos sociais de reprodução.²⁹

2.3. A integração do homem na paisagem

A participação das sociedades humanas nos sistemas paisagísticos, como afirmado acima, dá-se de diferentes modos e ordens de grandeza. Entretanto, enfrenta-se dificuldades em se mesurar precisamente a parcela antrópica nos sistemas naturais devido a falta de dados padronizados e a imprecisão nos instrumentos de pesquisa; ademais, outro complicador é a dificuldade de uma delimitação específica dos eventos provocados apenas por fatores naturais daqueles provocados por fatores humanos.

Apesar das complicações apontadas, reconhece-se algumas atuações humanas no meio natural. Em 1955, no Simpósio Internacional “Man’s Role in Changing the Face of the Earth” realizado em Princeton, New Jersey, discutiram-se as diversas facetas de intervenção do homem na paisagem. Harold Thomas, por exemplo, aponta mudanças nas águas superficiais e subterrâneas relacionadas à atividade humana. Declara o autor: “pratically every type of use of water may reduce the quantity or impair the quality of the water resources”³⁰; do mesmo modo, ao explorar o jogo das forças envolvidas no processo de erosão e aggradação, Arthur Strahler reconhece a influencia do homem: “the role of man in such cycles of aggradation and intrenchment may prove (...) to be one of

THOMAS, Willian L. **Man’s role in changing the face of the earth**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956, pg. 1054. “É na diferença dos significados e materiais e nas suas formas providas pela apreensão e sensação imediata do homem e da natureza comparado com o sentido, material e formas providas pela construção axiomática, homem e natureza concebido dedutivamente, com seus mais elementares e objetos e relações científicos universais, que a diferença de tipo entre a ética, a estética e os valores legais de uma civilização não tecnológica daquela de uma civilização tecnológica tem suas bases” (tradução nossa).

29 ABREU, Adilson Avansi de. Significado e propriedade do relevo na organização do espaço. **Boletim de geografia teórica**. Ageteo, v. 15 p. 154-162, Rio Claro, 1985, p. 160.

30 THOMAS, Harold E. Changing in quantities and qualities of ground and surface waters. In: THOMAS, Willian L. **Man’s role in changing the face of the earth**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956, p. 542. “Praticamente todo tipo de uso da água pode reduzir ou prejudicar a qualidade dos recursos hídricos” (tradução nossa).

settings of changes that might otherwise be long delayed and intensifying the extremes of the cycle”³¹.

Sistematizando a contribuição de diversos autores, podemos enumerar os efeitos mais recorrentes da ação humana na natureza, a saber:

- a remoção da cobertura vegetal original de uma área ou a substituição da vegetação nativa redefinindo os processos de erosão, infiltração e escoamento superficial. A medida que as necessidades sociais levam os homens a procurar espaços agricultáveis, fontes de energia ou matéria-prima para produção, a cobertura vegetal é progressivamente suprimida. Dov Nir chega mesmo a falar que a história da extensão espacial populacional é a história “of forest clearing”³².

A supressão da vegetação superficial deixa o solo sem proteção e exposto ao impacto direto das chuvas, recebendo toda energia potencial da gota d’água e tornando-se mais compacto e impermeável; o processo erosivo intensifica-se então, junto com o aumento do escoamento superficial, enquanto a taxa de infiltração decresce. Na agricultura, por exemplo, Botelho e Silva³³ calculam uma perda de solo de 26,6 toneladas por hectare para o cultivo de algodão, valor superior aos 0,004 toneladas de solo por hectare numa área coberta de vegetação nativa.

- impacto no sistema de drenagem provocado pela alteração no curso dos rios, construção de barragens ou postos de perfuração de água. A alteração no curso dos rios provoca a alteração na velocidade dos fluxo d’água: a corrente de água com mais energia possui um poder erosivo maior, o que ocasiona o aprofundamento ou alargamento do leito do rio. “A concentração das águas num canal bem delimitado acelera a velocidade de escoamento e, portanto, a força incisória, permitindo a mobilização de matéria, no caso dos aprofundamentos” explica Tricart³⁴.

Por outro lado, o volume dos rios pode diminuir em consequência dos postos de perfuração, o qual retira mais água do reservatório subterrâneo do que o volume

31 STRAHLER, Arthur. The nature of induced erosion and aggradation. In: THOMAS, Willian L. **Man’s role in changing the face of the earth**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956 “O papel do homem no ciclos de agradação e entrincheiramento pode revelar ser um dos cenários de mudança que de outra forma seriam atrasados e intensificam os extremos do ciclo” (tradução nossa).

32 NIR, Dov . **Man, a geomorphological agent**: an introduction to anthropic geomorphology. Jerusalém: Ketem Pub. House, 1983.

33 BOTELHO, R. G. M.; SILVA, A. S. Bacia hidrográfica e qualidade ambiental. IN: Vitte, A. C. GUERRA, A. J. T. (Org.). **Refleções sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 153-192.

34 TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

de entrada. Os postos de perfuração podem formar o que Strahler³⁵ denomina de “cone of depression” situação na qual a percolação de água subterrânea passa a ser direcionada para o cone em prejuízo da alimentação do rio. A diminuição da água subterrânea armazenada pode ter como consequência também a subsidência da superfície da terra, a exemplo da subsidência de 1,82 metros na cidade de São José, Califórnia, relatada por Thomas³⁶.

Os reservatórios subterrâneos podem, além disso, ser afetados pela construção de barragens e reservatórios, o que leva a alteração dos limites de inundação e o nível de reabastecimento dos aquíferos.

- alteração nos processos morfopedogenéticos advindos das práticas agrícolas, da construção de valas e canais, dos aterros urbanos, cortes no relevo, pavimentação das vias, etc.

A respeito das práticas agrícolas, Tricart explica:

terraços de cultura, cordões de contorno, valas e canais modificam o desenrolar dos processos morfogenéticos. Deve-se acrescentar algumas práticas agrícolas que têm por objetivo essencial modificar o comportamento da terra em face de certos processos: lavrar em curva de nível para reter as águas pluviais e reter e impedir o escoamento, gradagem e destorroamento das terras nuas depois das chuvas, para destruir a crosta compacta, são práticas muito antigas de conservação do solo. Entretanto, outras práticas são, ao contrário, degradadoras e reforçam os processos morfogenéticos suscetíveis de destruir as terras: a compactação dos solos por máquinas muito pesadas, que os impermeabilizam e entram a pedogênese; o arrasto de madeiras encosta abaixo, que raspa o solo e arranca o sub-bosque, abrindo feridas que, as vezes, custam a cicatrizar e dão origem ao ravinamento (...).³⁷

A ocupação urbana também altera os processos morfogenéticos: Fujimoto³⁸, ao pesquisar as alterações ambientais na região metropolitana de Porto Alegre, encontra remanejamento de material superficial e depósito em fundo de vales,

35 STRAHLER & STRAHLER. **Introduction to environmental science**. Califórnia: Hamilton Publishing Company, 1974.

36 THOMAS, H. op. cit. p. 549.

37 TRICART, op. cit. 1977, p. 82.

38 FUJIMOTO, Nina Simone V. M. Alterações ambientais na região metropolitana de Porto Alegre – RS: um estudo geográfico com ênfase na geomorfologia urbana. In: ROCHA, P.C. NUNES, J. O. R. (Org.). **Geomorfologia: aplicação e metodologia**. São Paul: Expressão Popular, 2008, p. 95-115.

canais fluviais, compactação e impermeabilização do solo, redirecionamento dos fluxos hídricos gerados por cortes, aterros e canalização dos cursos d'água.

2.4. A paisagem cultural

A medida em que os homens transformam o ambiente, modificando a natureza com intencionalidade, forma-se, concomitantemente, a paisagem cultural. Alguns pesquisadores afirmam mesmo que qualquer paisagem é uma paisagem cultural já que “they have been impacted in differing degrees by human process”³⁹.

A separação entre natureza e cultura é antiga encontrando raízes nas obras de Platão e Aristóteles, mas da maneira como conhecemos hoje, ela se origina no século XVIII. Natureza é tudo o que não foi tocado pela ação ou pela vontade humana, o sem ser, o sem alma, ao passo que cultura é tudo o que foi transformado pelo homem, é o cultivo e o resultado do trabalho humano sobre as coisas naturais⁴⁰.

Todavia, a separação entre natureza e cultura pode ser questionada a luz de uma análise mais detalhada dos conceitos: se considerarmos cultura como o processo pelo qual o homem se aprimora até tornar-se propriamente humanizado, temos que a cultura seria apenas uma segunda natureza. Nesse primeiro sentido, consoante Marilena Chauí:

Os humanos são considerados seres naturais, embora diferentes dos animais e das plantas. Sua natureza, porém, não pode ser deixada por conta própria (...) a Cultura é a segunda natureza, que a educação e os costumes acrescentam à primeira natureza, isto é, uma natureza adquirida, que melhora, aperfeiçoa e desenvolve a natureza inata de cada um.⁴¹

Por sua vez, se considerarmos natureza um conceito construído pelas ciências, “a própria ideia de natureza tornou-se um objeto cultural”, um objeto forjado pela atividade intelectual. A natureza, “torna-se algo que passa a depender da interferência ou da intervenção humana”⁴².

Uma das principais características da paisagem cultural é seu aspecto visível; a aparência da paisagem cultural, de fato, mais do que o conteúdo, é talvez a sua característica mais apreensível. English e Mayfield dizem: “The cultural landscape,

39 ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. **Man, space and environment**. New York: Oxford University Press, 1972.

40 CHAUI, Marilena. Natureza, cultura e patrimônio ambiental. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte (Coord.) **Meio ambiente: Patrimônio Cultural da Usp**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.

41 CHAUI, op. cit. 2003, p. 49.

42 Ibidem, p. 48.

pursued through accurate, systematic, description, stressed those visible concrete elements associated with human occupation and utilization of the land”⁴³. Na mesma direção, Marvin Mikesell assevera: “Tangible, visible objects thus constitute the essential raw material of landscape study”⁴⁴.

A paisagem cultural, entretanto, é mais do que apenas o visível, as formas antrópicas criadas ou transformadas. Ela incorpora também os valores humanos e revela algo do comportamento do homem face ao meio. Concluem English e Mayfield:

The cultural landscape represents more than simply the visible, physical remains of human activity on the land; it provides insights into human value systems, defines complex relationships between environmental attitudes and environmental behavior, and documents the preferences of people with respect to their surroundings. In this view, the aesthetic landscape is a symbolic creation, designed with care, whose form reflects a set of human attitudes.⁴⁵

2.5. A paisagem legal

As ações humanas dão-se, em grande medida, dentro dos marcos legais; seja no relacionamento interpessoal, seja na relação do homem com a natureza, fato é que as atividades antrópicas são normatizadas, regulamentadas e disciplinadas pelas leis emanadas por quem tem legitimidade para tal.

A existência de leis é tão antiga quanto a própria história do homem: no passado, era os escritos sagrados ou a tradição imemorial a fonte das leis, como era o Alcorão para o muçulmanos ou o pentateuco para os hebreus⁴⁶. Com a emergência dos Estados Nacionais, as sociedades tomam como legítimas as leis promulgadas no âmbito do Estado⁴⁷ (existem, na verdade, discussões sociológicas a respeito das fontes não estatais

43 ENGLISH & MAYFIELD. op. cit., p. 4. “A paisagem cultural, estudado através de acuradas e sistemáticas descrições, sublinha aquelas elementos concretos visíveis associados com a ocupação humana e utilização da terra” (tradução nossa).

44 MIKESELL, Marvin. **Landscape**. New York: Oxford University Press, 1972, p. 9. “Objetos visíveis e tangíveis então constituem-se no material bruto essencial do estudo da paisagem” (tradução nossa).

45 ENGLISH & MAYFIELD. op. cit., p. 7. “A paisagem cultural representa mais que simplesmente o visível, os restos físicos da atividade humana no solo; ela promove insights sobre os sistemas de valores humanos, define relações complexas entre atitudes e comportamentos ambientais, e documenta as preferências das pessoas com respeito ao seu ambiente. Nesta visão, a paisagem estética é uma criação simbólica, concebida com cuidado, cujas formas refletem um conjunto de atitudes humanas” (tradução nossa).

46 GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito**. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

47 SUNFELD, C. A. **Fundamentos de Direito Público**. São Paulo: Malheiros, 2010. GRIMM, D. **Constituição e Política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

de direito⁴⁸).

No Brasil, o poder político de elaboração de normas é descentralizado e está dividido entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios (artigos 1º e 18 da Constituição Federal de 1988): a União legisla sobre assuntos de interesse geral, os Estados-membros possuem competências para legislar sobre assuntos de interesse regional, os Municípios de interesse local e o Distrito Federal competências de interesse local e regional.⁴⁹

Na paisagem, as leis se expressam de diferentes maneiras: elas podem ser responsáveis pelo tamanho e traçado das ruas, pelo tamanho e dimensão das quadras e lotes, pela existência ou não de parques e praças, definindo, no final, padrões e formas de ocupação; as leis podem ainda determinar a localização e o tipo de atividade a ser praticada numa área e a preservação de uma mata ou de um patrimônio cultural.

O geógrafo americano Rutherford Platt, ao se indagar sobre o papel das leis na forma geométrica das culturas agrícolas da Califórnia e na caracterização das formas da cidade diz: “Law as a instrument of both private rights and public authority is a subtle but ubiquitous agent in the evolution of urban form and is often discernible in the rural landscape as well.”⁵⁰

Platt desenvolve a ideia da lei “as an agent of urban form” no sentido de que as leis e políticas deixam uma impressão na paisagem. Citando Derwent Whittlesey: “Political activities leave their impress upon the landscape, just as economic pursuit do. Many acts of government become apparent in the landscape only as phenomena of economic geography; others express themselves directly”⁵¹. Justamente, o alinhamento das ruas e os traçados ortogonais das cidades que cresceram sobre os “grid plans” ilustram a “impressão” das leis na paisagem cultural⁵².

Indiretamente, a paisagem também é inscrita pelas leis quando estas delimitam espaços públicos e privados, zoneamentos urbanos e zoneamentos ambientais. Aqui as normas interferem na forma de apreensão e percepção da paisagem e, consequentemente, na maneira e intenção de sua construção. Conclui Platt:

48 LEMOS FILHO et all. **Sociologia Geral e do Direito**. São Paulo: Alínea, 2009.

49 MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 23ª ed. São Paulo,: Editora Atlas, 2008.

50 PLATT, Rutherford. **Land use and society: geography, law, and public policy**. Revised Edition. Washington,:Island Press, 2004, p. 49. “Lei como um instrumento tanto de direito privado como de poder público é um agente sutil mas onipresente na evolução das formas urbanas e é frequentemente discernível também na paisagem rural” (tradução nossa).

51 WHITTLESEY, Derwent *apud* PLATT, op. cit. 2004, p. 48. “Atividades políticas deixam sua impressão sobre a paisagem assim como a economia o faz. Muitos atos do governo tornam-se aparentes na paisagem apenas como fenômenos da geografia econômica; outros expressam-se diretamente” (tradução nossa).

52 Idem.

In summary legal impacts on the human landscape assume many forms and operate in subtle and sometimes in contradictory ways (e.g., laws favoring economic development versus laws to protect the environment). These laws interact with non legal constraints, such as site and situation, economic conditions, culture and technology, in various combination.⁵³

53 Ibidem, p. 55-6. “Em resumo, impactos legais na paisagem humana assumem muitas formas e operam em sutis e as vezes de maneira contraditória (e.g. leis que favorecem o desenvolvimento versus leis que protegem o meio ambiente). Estas leis interagem com restrições não legais, tais como sítio e situação, condições econômicas, culturais e tecnológicas, em várias combinações” (tradução nossa).

3. Geografia do Direito: histórico e conceitos

É no âmbito da Geografia do Direito que, no plano teórico, dá-se o estudo da relação entre paisagem/espço e ordenamento jurídico. O desenvolvimento da Geografia do Direito acontece, entretanto, na dependência do debate conceitual que ocorre dentro das duas disciplinas, ora favorecendo, ora barrando uma elaboração teórica mais aprofundada.

A geografia e o direito conhecem uma primeira aproximação com a obra de Montesquieu “L’esprit des lois” de 1748. Consoante Romain Garcier, Montesquieu coloca as duas disciplinas “sur le même plan” cruzando os quadros geográficos com a diversidade legal existente onde “le droit n’est pas le résultat mécanique et univoque de certains facteurs géographiques” enquanto, “la géographie n’est pas isolé du champ d’action du droit.”⁵⁴

Nos anos 40, Max Sorre adianta algumas considerações a respeito da relação da geografia com o direito. Associando o meio geográfico com as diferenças e similitudes do direito no mediterrâneo, diz o autor: “la nature des choses, c’est ici le milieu géographique dont ces règles sont le reflet”⁵⁵. Quer dizer, ao citar algumas características particulares do direito “dans l’Europe moyenne et septentrionale” Sorre busca a explicação para as diferenças “dans les différences des conditions d’établissement des groupes humaines”⁵⁶.

Até os anos 80, contudo, a relação entre a geografia e o direito dá-se predominantemente sob o imperativo do positivismo na ciência jurídica. Dentro desta concepção, a norma é tida como autossuficiente e objetiva, no sentido de ser “aspatiale, sur la société, sur la space”⁵⁷. Na abordagem positivista da ciência do direito, deve-se interpretar o direito positivo sem nenhum julgamento de valor ou moral⁵⁸.

Na doutrina jurídica, o positivismo é alvo de incisivas críticas de Paulo Bonavides: discutindo as teorias formais e materiais sobre a Constituição, diz o autor que o positivismo jurídico reduz a Constituição a uma classificação legalista, abrevia as reflexões, fixa-se “sobre o seu exame e emprego como lei técnica de organização do poder e exteriorização formal de direitos”⁵⁹. Complementa o autor:

54 GARCIER, R. Le droit et la fabrique de l’espace : aperçus méthodologiques sur l’usage des sources juridiques en géographie. In : FOREST, P. **Géographie du droit** : épistémologie, développement et perspectives. Canadá : Les presses de l’Université Laval, 2009, p. 72. “O direito não é o resultado mecânico e unívoco de certos fatores geográficos”; “a geografia não está isolada do campo de ação do direito” (tradução nossa).

55 SORRE, Max. **Les fondements de la Géographie Humaine**. Paris : Librairie Armand Colin, 1950, p. 143.

56 Idem.

57 FOREST, P. **Géographie du droit** : épistémologie, développement et perspectives. Canadá : Les presses de l’Université Laval, 2009, p. 29.

58 TROPPER, Michel. **A filosofia do direito**. São Paulo: Martins, 2008.

59 BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008, p. 171.

Confiados na abstração tranquila dos textos, alcançam eles as surpreendentes extremidades de uma teoria metaempírica, capaz de pretensiosamente dispensar os elementos sociológicos e filosóficos da realidade e proclamar com a exacerbação unilateralista do normativismo puro a identidade do Direito e Estado.⁶⁰

Pelo lado da geografia, também o positivismo levou a considerar o espaço como apolítico, absoluto, que não incorporava nenhum valor estratégico ou de poder⁶¹. Na opinião de Blomley:

Modern thought long treat space in a particular way, 'as the dead, the fixed, the undialectical, the immobile' (...). Space is imagined as an abstract and prepolitical surface, 'a world of passivity and measurement' that is deemed separate from 'society'.⁶²

É por volta dos anos 90 que os estudos da Geografia do Direito começam a mudar, acompanhando os questionamentos gerais do positivismo: se até então desenvolvia-se uma aproximação apenas técnica entre as duas disciplinas, a abordagem posterior irá buscar uma teoria mais integrativa, de articulações e rearticulações dos conceitos. “En effet, la rencontre des ces deux disciplines au sein de la géographie du droit a parmi le développement de concepts *spatio normatifs*, conjugaison à la fois des sphères géographiques et juridiques, et le syncrétisme entre géographes et juristes”⁶³.

Mais do que categorias objetivas, o espaço, a paisagem e a lei passam a ser vistos como relacionais: a paisagem e o espaço deixam de ser vistos como naturais, algo separado da esfera do homem, e passam a denotar uma construção social, um produto do homem; por outro lado, as normas passam a ser encaradas por uma característica crítica e realista.

É nos países de língua francesa e inglesa que a maioria das pesquisas em Geografia do Direito vão se desenvolver; no Brasil, é a partir do ano 2000 que os

60 Ibidem, p. 95.

61 MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 19ª ed. São Paulo: Annablume, 2003.

62 BLOMLEY, Nicholas. From 'what' to 'só what': law and geography in retrospect. In: HOLDER, J. HARRISON, Carolyn. **Law and geography: current legal issues**. v.5. New York: Oxford University Press, 2006, p. 21. “Pensamento moderno por longo tempo tratou o espaço de uma maneira particular, como o morto, o fixo, o não dialético, o imóvel (...). Espaço é imaginado como uma abstração e uma superfície pré política, 'um mundo de passividade e mesuração' que é considerado separado da sociedade” (tradução nossa).

63 FOREST, P. op. cit. 2009, p. 35-6. “Com efeito, o encontro destas duas disciplinas no seio da geografia do direito permitiu o desenvolvimento de conceitos espaço normativos, conjugação de esferas geográficas e jurídicas, e o sincretismo entre geógrafos e juristas” (tradução nossa).

trabalhos começam a aparecer. Nos primeiros, destacam-se as contribuições de Patric Forest, David Delaney, Nicholas Blomley, Rutherford Platt e Richard Ford; nos segundos, os trabalhos são realizados por Ricardo Mendes Antas Junior e Luiz Antonio Ugeda Sanches.

Conceitualmente, Patric Forest define que a Geografia do Direito

consiste en l'investigation des liens et de la complémentarité entre la géographie et le droit avec pour objectif l'étude des rapports spatio normatif ou, comme l'affirment Blomley et Clark : '(...) comment les institutions juridiques structurent et affectent la géographie de la vie sociale, et comment cette dernière influence le droit.⁶⁴

Logo, enquanto o Direito contribui para “définir, à encadre et à régir les activités et les actions des individus au sein de la société”, ele é ao mesmo tempo “vecteur de création, d'altération ou de restructuration de l'espace”, possuindo uma expressão tangível, “susceptible d'être exprimées à travers ses spatialités”. Por outro lado, o direito “est à la fois une construction sociale qui dépend de la perception envers les environnement naturelle et construits”⁶⁵.

3.1. A Geografia do Direito como o estudo da geografia no direito

Os estudos da Geografia do Direito podem ser divididos em duas grandes linhas principais: uma primeira voltada a pesquisa do caráter espacial da lei e uma segunda preocupada com a lei no espaço.

A primeira vertente analisa a referência legal às noções geográficas, ou “la 'textualisation juridique' de l'espace”⁶⁶. Num determinado sentido, esta vertente estuda a menção legal a termos e conceitos próximos a ciência geográfica, como região, zona, cidades, áreas urbanas, a exemplo da Constituição brasileira quando coloca entre os bens da União os rios que banham seus domínios, as ilhas fluviais e as lacustres (art. 20, III e IV).

Para Romain Garcier a referência aos objetos concretos do espaço se faz necessário já que “les dispositions qu'elle introduisent ne prennent sens que par rapport à

64 FOREST, P. op. cit. 2009, p. 24. “consiste na investigação das ligações e das complementariedades entre a geografia e o direito com o objetivo de estudar as relações espaço normativas ou, como afirma Blomley e Clark: ' (...) como as instituições jurídicas estruturam e afetam a geografia da vida social, e como esta última influencia o direito” (tradução nossa).

65 Idem.

66 GARCIER, R. Le droit et la fabrique de l'espace (...) op. cit., 2009.

la matérialité des objets dans l'espace"⁶⁷. Porém, o uso desses termos não vêm acompanhados de suas respectivas definições: "cette absence de définition explicite (...) le hiatus entre la définition juridiques d'un objet géographique et la définition scientifique que la géographie elle-même a construite (...) "⁶⁸.

Noutro sentido, o caráter espacial da lei à analisada tomando como base a maneira pela qual a realidade geográfica é construída juridicamente de modo a definir a consecução de direitos e esferas de competência. Nesta abordagem, importam sobretudo a doutrina e a argumentação jurídica usadas nos processos litigiosos.

David Delaney, por exemplo, mostra como a colocação jurídica do problema de segregação racial nas escolas norte americanas dependia da "legal descriptions of the spatial conditions of social relations"; ou seja, da caracterização geográfica da questão dependia a responsabilidade estatal e a aplicação de direitos.

Por um lado, a segregação era vista como decorrente da ação do Estado agindo ativamente delimitando os "school boarders district": "the claim is that the State, through its agents, has acted in ways that are contrary to the equal protections clause of the Fourteenth amendment" explica. Portanto, seria responsabilidade do Estado prover os remédios necessários para por fim a segregação.

Por outro lado, uma segunda posição "claimed that such school segregation as merely 'reflected' residential segregation" ou seja, a segregação nas escolas seria consequência da situação já existente na vizinhança "which school boards are not responsible"⁶⁹.

Era a maneira, portanto, como o fenômeno geográfico seria interpretado juridicamente que definiria o direito dos interessados.

Essa é a mesma questão deparada por Nicholas Blomley quando pesquisa as lides envolvendo a reconstrução do porto de Vancouver – EUA. Segundo Blomley, o projeto de reconstrução do porto apoiava-se numa descrição da paisagem que enfatizava seu caráter de deteriorização física e moral. Diz o autor: "Downtown Eastside [was] long coded as a place of dubious morality, racial otherness and masculine failure (...) a pathological

67 Ibidem, p. 74. "as disposições que ela introduz não ganham sentido sem referência aos objetos no espaço" (tradução nossa).

68 Ibidem, p. 75. "esta ausência de definição explícita (...) o hiato entre a definição jurídica de um objeto geográfico e a definição científica que a geografia ela mesma construiu" (tradução nossa).

69 DELANEY, David. Beyond the word: law as a thing of this world. In: HOLDER, J. HARRISON, Carolyn. **Law and geography: current legal issues**. v.5. New York: Oxford University Press, 2006, p. 61. "a alegação é que o Estado, através dos seus agentes, agiu de maneiras que são contrárias as cláusulas de proteção igual da décima quarta emenda"; "alegam que tais segregações nas escolas são meros reflexos da segregação residencial" (tradução nossa).

space of moral and physical blight and decay”⁷⁰.

Mas um grupo oposto ao projeto de reconstrução do porto argumentava que tal projeto feria o direito coletivo de propriedade; justificava-se que a paisagem era construída coletivamente, fato esse que derogava o direito individual de propriedade (base para a ação indiscriminada do projeto).

The collective effect of Seaport, in combination with other development pressures, was the denial of the collective entitlement of poor community members use and occupation of the neighborhood as a whole. The physical landscape itself speaks to property relations both negatively, as a reminder of oppressive property relations, and positively, by inscribing a collective claim to ownership in the landscape.⁷¹

Ronem Shamir também analisa a manipulação da realidade geográfica na formação do discurso jurídico no estudo que faz a respeito da contraposição entre o conceito de propriedade dos beduínos do deserto de Negev e aquele definido pelas leis israelenses.

No caso concreto, duas formas de propriedade se contrapunham: para os beduínos, a terra “contain the personality of its owner” independente de sua presença física; ademais, as práticas agrícolas e o estabelecimento de pequenas aldeias estavam inscritas dentro de seu modo de vida nômade; em Israel, por outro lado, as leis conceituavam propriedade (grosso modo) ligada as práticas agrícolas permanentes e ao desenvolvimento de cidades “modernas”.

No processo litigioso, entretanto, a especificidade geográfica dos beduínos foi desconstruída; historiadores e geógrafos “emphasizes the rootless character of Bedouin life as lacking the fundamental and constructive bound with the soil” assevera Shamir⁷².

70 BLOMLEY, N. Landscape of property. In: BLOMLEY, N.; DELANEY, D. FORD, R. **The legal geographies reader: law, power, and space**. Oxford, Blackwell Publishers, 2001, p. 120. “Downtown Eastside foi muito tempo interpretado como lugar de moralidade duvidosa, diferença racial e degradação masculina (...) um espaço patológico de decadência física e moral” (tradução nossa).

71 Ibidem, p. 124. “O efeito coletivo do Seaport, em combinação com outras pressões de desenvolvimento, foi a negação do direito coletivo dos membros da comunidade pobre do uso e ocupação da vizinhança como um todo. A paisagem física ela mesma fala das relações de propriedade tanto negativamente, como lembrete das relações opressivas de propriedade, como positivamente, inscrevendo a alegação coletiva de propriedade da paisagem” (tradução nossa).

72 SHAMIR, Ronen. Suspended in space: bedouins under the law of Israel. In: BLOMLEY, N.; DELANEY, D. FORD, R. **The legal geographies reader: law, power, and space**. Oxford, Blackwell Publishers, 2001. “ênfatisam o caráter sem raiz da vida Beduína como a falta da fundamental e construtiva ligação com o solo” (tradução nossa).

The overall result of the treatment of the Bedouin under Israeli law is that a fixed and rigid concept of nomadism is substituted for historical view of the Bedouin trajectory. Nomadism becomes an essentialist ahistorical category that provides rational foundations for appropriating land (...). Israeli law comes to life in judicial proceedings in which history, culture, misery, hopes, intentions, policies, and traditions are encoded and reconstructed in ways that transform the complex experience of the Bedouin into a one-dimensional truth.⁷³

Enfim, a definição de direitos depende da maneira pela qual a realidade geográfica é construída, ou seja, como se define a escala de abordagem do fenômeno ou como os conceitos geográficos são definidos na esfera do Direito.

No sistema jurídico brasileiro, por exemplo, poderíamos pensar na definição de paisagem urbana trazida pelo jurista José Afonso da Silva: para o autor, paisagem urbana “é a roupagem com que as cidades se apresentam a seus habitantes e visitantes” diz, e acrescenta mais a frente:

vê-se que a paisagem urbana se revela nos elementos formais da cidade, espelhando-se, como se diz na definição, nas superfícies constituídas das edificações e dos logradouros da cidade (...). Seus componentes fundamentais exteriorizam-se no *traçado urbano*, nas *áreas verdes* e *outras formas de arvoredos*, nas *fachadas arquitetônicas* e no *mobiliário urbano*, com suas várias espécies.⁷⁴

A maioria dos autores concorda, entretanto, que os conceitos e as bases geográficas das leis permanecem desconhecidas e não discutidas. O sistema jurídico, opinam, é por demais fechado e preso a sua linguagem e lógica próprias (entendimento que os aproxima do conceito de clausura operativa de Niklas Luhmann).

Discorrendo sobre a construção discursiva pela qual a lei refere-se ao espaço, Delaney assevera: “Law talk is specifically intelligible to itself and its consumes by virtue of the particular and peculiar spatial metaphysics that informs it. The metaphors do work and

73 Ibidem, p. 138. “O resultado global do tratamento do Beduíno sob a lei israelense é que um conceito fixo e rígido do nomadismo é substituída pela visão histórica da trajetória beduíno. O nomadismo torna-se uma categoria essencialmente ahistórico que proporciona as bases racionais para a apropriação da terra (...). A lei israelense operam em processos judiciais onde a história, a cultura, a miséria, as esperanças, as intenções, as políticas e as tradições são codificados e reconstruídos de forma a transformar a experiência complexa dos beduínos em uma verdade unidimensional” (tradução nossa).

74 SILVA, J. A. op. cit., 2010, p. 302, grifo do autor.

this work is crucial to how law itself works”⁷⁵.

Para Nicholas Blomley, esse é uma das razões que tornam a aproximação da geografia e do direito difícil. Blomley opina: “law present itself as an essentially closed domain (...) legal interpretation is understood as distinct, structured by its own logic and rationality (...). By virtue of its distinctive qualities, law is presented as an 'autonomous instrument' that can be brought to bear on society”⁷⁶.

A negação para um aprofundamento maior das questões geográficas e seu uso arbitrário no âmbito da norma, percebem os autores, serve para dar uma aparente legitimidade e estabilidade ao sistema jurídico. Nos trabalhos de Geografia do Direito, contudo, a apropriação indiscriminada de noções geográficas são descortinadas: “Unacknowledged assumptions about space that work to stabilize the validity of seemingly obvious propositions, identities, and very meaning 'law' are revealed. And, to the extent that providing this stability is a function of their remaining unacknowledged and unexamined (...)”⁷⁷.

Para Blomley, tomar a lei como desespacializada é uma exigência do liberalismo e, principalmente, do conceito de isonomia legal. Na arquitetura normativa do liberalismo, o direito deve trazer estabilidade e certeza, não podendo modificar seus princípios e estruturas a cada situação diferente.

Western legal project is underwritten by an organized forgetting of such spaces, given that spatial diversity may affect core principles such as the rule of law and legal rationality (...) in so doing, he neatly expressed the tendency of law to erase spatial specificity and local difference in the name of an ordered and apparently coherent unity.⁷⁸

75 DELANEY, David. Beyond the word: (...) op cit., 2006, p. 69. “A fala legal é especificamente inteligível para si mesma e se consome em virtude da metafísica espacial particular e peculiar que a informa. As metáforas funcionam e esta funcionalidade é crucial para que as leis funcionem” (tradução nossa).

76 BLOMLEY, Nicholas. From 'what' to 'só what': (...) op. cit. 2006, p. 20. “a lei apresenta-se como um domínio essencialmente fechado (...) a interpretação legal é entendida como distinta, estruturada pela sua própria lógica e racionalidade. Pelas virtudes de suas qualidades distintivas, a lei é apresentada como um 'instrumento autônomo' que pode ser exercido sobre a sociedade” (tradução nossa).

77 BLOMLEY, N.; DELANEY, D.; FORD, R. **The legal geographies reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001, p. XV. “Suposições não confirmadas sobre o espaço que trabalham para estabilizar a validade de proposições aparentemente óbvias, identidades, e o próprio significado de 'lei' são revelados. E na medida em que promove esta estabilidade sua função é permanecer desconhecido e não examinado” (tradução nossa).

78 BLOMLEY, Nicholas. From 'what' to 'só what': op. cit. 2006, p. 25. “O projeto de lei ocidental é subscrita por um esquecimento organizado de tais espaços, dado que a diversidade espacial pode afetar os princípios fundamentais, como o princípio da legalidade e da racionalidade jurídica (...) ao fazer isso, ele nitidamente expressa a tendência do direito em apagar a especificidade espacial e a diferença local em nome de uma unidade ordenada e aparentemente coerente” (tradução nossa).

Complementa Delaney: “these spatial images ground liberalism as a culturally and historically contingent vision of the possible and desirable form that social arrangements can take”⁷⁹.

3.2. O estudo da Geografia do Direito e a teoria de Niklas Luhmann

Muitas das observações feitas pelos autores que estudam “space-in-law” - como denomina Delaney – vão de encontro as teorias de Niklas Luhmann, nomeadamente, a constatação e as críticas feitas a clausura operacional do sistema jurídico.

Niklas Luhmann é sociólogo alemão que intenciona aplicar a Teoria dos Sistemas à análise da sociedade. Para Luhmann a sociedade é entendida como um sistema social baseado na comunicação que cria e se recria a partir de seus próprios elementos estruturantes. No sistema jurídico (subsistema que compõe o sistema social) dá-se o mesmo, ou seja, o sistema opera e se reproduz a partir de suas próprias estruturas internas, sem recorrência a outras esferas sistêmicas. O espaço neste sistema, portanto, definiu-se com referência ao próprio sistema e não ao ambiente exterior; lembrando as palavras de Delaney “Law talk is specifically intelligible to itself and its consumes by virtue of the particular and peculiar spatial metaphysics that informs it”⁸⁰.

Os sistemas sociais de Niklas Luhmann inspiram-se em grande medida na teoria da racionalização da sociedade desenvolvida por Max Weber. Segundo Weber, a sociedade moderna é caracterizada por um processo crescente de racionalização e desencantamento do mundo, ocorrendo uma quebra da visão global e totalizante propiciada pela esfera religiosa. Para o autor, acontece a separação das esferas axiológicas ou esferas de valores culturais antes unidas pela interpretação religiosa do mundo; agora as dimensões econômicas, políticas e legais, etc. da sociedade já não fazem referência ontológica à esfera religiosa e, desencantadas das remissões divinas, cada esfera social estrutura-se de forma lógica e racional a partir de referências próprias.

É nesta direção que Luhmann propõe as várias esferas racionalizadas da sociedade estruturadas em sistemas fechados, baseados na comunicação e cujas operações obedecem a lógica e regras internas próprias, inexistindo referência externa a outros sistemas – conceito de autopoiesis. Consoante Luhmann, a estrutura da sociedade é caracterizada por uma diferenciação funcional, ou seja, uma especialização do sistema

79 DELANEY, David. *Beyond the word: (...) op cit.*, 2006, p. 69. “Estas imagens espaciais colocam o liberalismo como uma visão culturalmente e historicamente contingente das possíveis e desejáveis formas que o arranjo social pode tomar” (tradução nossa).

80 Idem.

necessária para lidar com a complexidade do ambiente⁸¹. “Isso implica a tese de que não há um centro da sociedade, um sistema ou um mecanismo social a partir do qual todos os outros sistemas possam ser compreendidos”⁸².

As críticas feitas as teorias luhmianas dirigem-se a perda de relação entre os sistemas devido a sua autopoiesis e sua clausura operacional, já que os sistemas tornam-se mutuamente inacessíveis. Entretanto, Niklas Luhmann recorre ao conceito de acoplamento estrutural para analisar a relação intersistêmica: “It is simply the specific form in which the system presupposes specific states or changes in its environment and relies on them” assevera Luhmann⁸³.

We are by no means making the absurd claim that law exists without the society, without people, without the special physical and chemical conditions on our planet. However, relations with such an environment can only be established on the basis of the internal activity of the system, through executing its own operations, which become available only through all those recursive links which we have called closure.⁸⁴

Na Geografia do Direito, alguns autores tentam elaborar uma teoria a partir das propostas de Luhmann, como o fazem Frank Clinton Shockey e Elizabeth Kirk e Alison Reeves.

Shockey⁸⁵ estuda o desenvolvimento legal das reservas indígenas norte-americanas e como a definição do espaço participou do processo. Para o autor, a crescente relação dos colonizadores com as tribos indígenas fez com que o sistema daqueles se diferenciasse e se consubstanciasse num subsistema normativo para as reservas indígenas - “Federal Indian Law”. No processo, os termos que traduziam o contato do sistema com o ambiente (no caso, o sistema social do mundo indígena) formaram-se dentro da lógica católica e racional do sistema colonizador: “space” ou

81 VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Teoria dos sistemas e o direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.

82 NEVES, Marcelo. Niklas Luhmann: “Eu vejo o que tu não vês”. In: Jorge de Almeida e Wolfgang Bader (Org.). **Pensamento alemão no século XX**. Vol. I. São Paulo: Ed. Cosac Naif, 2009, pg. 257-273.

83 Luhmann, N. *apud* VILLAS BÔAS FILHO. op. cit. 2009, p. 159. “É apenas a forma específica na qual o sistema pressupõe estados específicos ou mudanças no seu ambiente e se liga a ele” (tradução nossa).

84 Ibidem, p. 143. “Nós não estamos de maneira nenhuma fazendo a afirmação absurda de que a lei existe sem a sociedade, sem pessoas, sem as condições especiais físicas e químicas em nosso planeta. No entanto, as relações com um tal ambiente só pode ser estabelecido com base na atividade interna do sistema, através da execução de suas próprias operações, que se tornam disponíveis apenas através de todos esses links recursivos que chamamos de clausura” (tradução nossa).

85 SHOCKEY, Frank Clinton. **Geography and the Rule of Law in the Making of Two American Indian Reservations: a Geographic Study of Law as a Social System**. University of Minnesota, PhD. Dissertation in Philosophy, 2008. Disponível em <http://conservancy.umn.edu/handle/91518>. Último acesso: dezembro 2011.

“Indians tribe” foram maneiras do subsistema legal referi-se e construir suas operações internas em relação ao ambiente indígena. No caso do espaço, foi-lhe subtraída qualquer conotação de soberania das tribos com seu território, possibilitando que as reservas fossem postas sob a tutela do Estado norte-americano.

Para Frank Shockey, as propostas de Luhmann permitem um aprofundamento teórico maior nas análises da Geografia do Direito, uma vez que os estudos realizados até então não se aproximam do que seja “innately geographical about law”: Convém reproduzir as críticas do autor:

Geographers could approach law rather simply by asking what effects laws has on spatial arrangements of objects and events, as products of human behavior, and on the character of places, or similarly, by asking what effects conditions within spaces or in particular places can have law. Studies focusing on such questions might produce useful insights, but they are not entirely geographic studies of law. Rather, they are geographic studies of the results of law, or the influence on law by outside factors, usually relegating law to the status of a cause or effect. A geographic approach to law must ask what is innately geographical about law.⁸⁶

Elizabeth Kirk e Alison Reeves⁸⁷, por sua vez, enxergam justamente na clausura operacional dos sistemas um dos óbices para a elaboração de um Direito Ambiental fundado em novos paradigmas. Quer dizer, os novos paradigmas postos pelas diversas ciências e, mais especificamente, pela Geografia Física, teriam dificuldade em informar outros sistemas cujas ontologias e princípios respondem a outras lógicas, sendo, portanto, operacionalmente fechados. “We argue that the standard-setting system will receive and interpret new ideas, new facts, and new information in such a way as to ensure that it fits within the paradigm operating in that system”⁸⁸.

86 Ibidem, p. 5. “Os geógrafos podem se aproximar das leis simplesmente perguntando quais efeitos as leis têm sobre os arranjos espaciais de objetos e eventos, como produtos do comportamento humano, e na característica dos lugares, ou semelhantemente, perguntando quais efeitos condicionantes no espaço ou em lugares particulares pode ter a lei. Estudos focando sobre tais questões podem ter resultados úteis, mas eles não são totalmente estudos geográficos das leis. Do contrário, eles são estudos sobre os resultados das leis, ou a influência na lei por fatores externos, comumente relegando a lei o status de causa e efeito. Uma aproximação geográfica da lei deve perguntar o que é essencialmente geográfico na lei” (tradução nossa).

87 KIRK, Elizabeth A.; REEVES, Alison. Disciplinary Interactions: ontological commitments and environmental standard-setting. In: HOLDER, J. HARRISON, Carolyn. **Law and geography: current legal issues**, v.5. New York: Oxford University Press, 2006.

88 Ibidem, p. 567. “Nós argumentamos que o sistema de normalização irá receber e interpretar novas ideias, fatos novos, e informação nova, de modo a assegurar que se encaixa dentro do paradigma operacional desse sistema” (tradução nossa).

3.3. A Geografia do Direito como o estudo do direito na geografia

A segunda vertente da Geografia do Direito estuda como as normas jurídicas produzem e constroem os espaços e as paisagens.

David Delaney denomina esses estudos de “law-in-space”: “This work examines the ways in which situated legal practices, for example, legislation or formal legal judgment contribute to shaping and reshaping of the spatialities of social life”⁸⁹.

No conjunto da bibliografia revisada, Rutherford Platt é o autor que possui formulações mais acabadas e trabalhadas a respeito da relação da lei no espaço, chegando mesmo a propor um modelo teórico de interpretação e análise (modelos 1 e 2).

Modelo 1: Reprodução do 1º modelo de R. Platt (2004). No original: Figure 2-7.

⁸⁹ DELANEY, David. Beyond the word: (...) op cit., 2006, p. 68. Este trabalho examina como práticas legais, por exemplo, legislações ou decisões legais contribuem para modelar ou remodelar a espacialidade da vida social” (tradução nossa).

**Modelo 2: Reprodução do 2º modelo de R. Platt (2004).
No original: Figure 2-8.**

O modelo propõe-se interpretar a paisagem levando em conta a interação entre:

- 1) the physical characteristics of the site itself;
- 2) the institutions that collectively determined how that land may (or may not) be used;
- 3) the resulting patterns of land and water usage (i. e. the human landscape)⁹⁰.

Afirma Platt: "Law and the legal/political system play a subtle but critical role, along with geographic variables of location and physical site characteristics, in shaping the contemporary human landscape"⁹¹.

A representação geográfica do modelo a esquerda (modelo 1) possui três camadas sobrepostas – "legal/political template"; "human/cultural template"; "physical template" –

90 PLATT, Rutherford. **Land use and society: geography, law, and public policy**. Revised Edition. Washington, Island Press, 2004. "1) as características físicas do sítio; 2) as instituições que coletivamente como a terra deve (ou não deve) ser usada; 3) os padrões resultantes do uso do solo e da água (i. e. a paisagem humana)" (tradução nossa).

91 Ibidem, p. 30. "A lei e o sistema político/legal desempenham um papel sutil mas crítico, junto com outras variáveis geográficas de localização e características físicas do sítio, na modelação da paisagem humana contemporânea" (tradução nossa).

dos quais resultam no “human landscape” que dá feedback as camadas.

Na representação à direita (modelo 2), a norma emanada da esfera legal é informada pelo “environment perception” (liga a esfera física à esfera legal) e pelo “economic and social data” (liga a esfera cultural à esfera legal). A esfera cultural e a esfera físicas são ligadas pelo “environment impacts” o qual representa as transformações antrópicas do ambiente.

Através dos modelos, Platt pretende chegar ao “legal landscape”, isto é, aos padrões da paisagem que são decorrentes das disposições legais. Para tanto, o autor levanta questões que importam na definição jurídica do uso da terra: o direito de propriedade, a constitucionalidade dos regulamentos, as competências dos entes federados, os princípios de interesse público e saúde pública.

A propósito da propriedade privada, teríamos nas sociedades capitalistas, a princípio, o direito absoluto dos proprietários sobre o uso da terra, sem nenhum constrangimento de ordem jurídica. Este – o proprietário – buscaria então, na forma de uso da terra, “maximize his economic profit”, ou seja, ela faria escolhas que garantissem “his economic perceptions”.

Mas Rutherford Platt bem sabe que inexistente abrigo para a Teoria do Domínio Absoluto sobre a propriedade e que as decisões no âmbito privado são insuficientes para explicar o uso da terra; dão “an incomplete picture of the land use pattern”⁹². Através das instituições governamentais, ao contrário, o público tem voz na tomada de decisão de como a terra é ou não usada.

Qual seria então o fundamento das decisões sobre o uso do solo na esfera pública? pergunta-se Platt.

Historicamente, (lembrando que o autor concentra-se na análise das sociedades americanas e inglesas) desde a Idade Média as cidades tentam controlar as construções irregulares, a ocupação desordenada das ruas e a usurpação dos espaços públicos os quais haviam transformados os centros urbanos em locais de catástrofes e pestes, como o grande incêndio de Londres em 1666 ou a epidemia de cólera em 1830.

Forjou-se, então, por volta dos anos 1840, uma relação entre “building practices and public health” culminando em regulamentações que limitavam a altura e a densidade de construções a fim de proteger a saúde e a segurança pública; estes permaneceram então as justificativas e os objetivos das políticas estatais.

Na doutrina jurídica brasileira, entende-se que embora a propriedade seja um

92 Ibidem, p. 19.

direito individual que compreende o poder de usar, gozar e dispor da coisa de maneira absoluta “não podem esse poderes ser exercidos ilimitadamente, porque coexistem com direitos alheios, de igual natureza, e porque existem interesses públicos maiores” ressalta Maria Sylvia Zanella di Pietro⁹³. Para o jurista Hely Lopes Meirelles:

A nossa constituição assegura o direito de propriedade, mesmo porque é um direito individual por excelência, do qual resulta a prosperidade dos povos livres. Mas a propriedade de há muito deixou de ser exclusivamente o *direito subjetivo do proprietário* para se transformar na *função social do detentor da riqueza*, na expressão feliz de Duguit. É um direito individual, mas um direito individual condicionado ao bem-estar da comunidade (...). Admite limitações ao seu uso e restrições a seu conteúdo em benefício da comunidade.⁹⁴

Na Constituição do Brasil, o direito individual de propriedade é relativizado pela função social que exerce. Assim, a Constituição Federal de 1988 assegura o direito individual à propriedade no artigo 5º inciso XXII para, logo em seguida, no inciso XXIII, declarar: “a propriedade atenderá sua função social”. Outrossim, a função social da propriedade aparece também quando a Constituição cuida da política urbana: “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação das cidades expressas no plano diretor” (art. 182 § 2º).

Um segundo condicionante na decisão do uso da terra e na formação da paisagem é a forma como o Estado se organiza: Estado Federal ou Unitário. Com efeito, o poder sobre os territórios, bem como a capacidade de elaboração legislativa varia entre os modelos unitários e federativos. Na forma de Estado Unitário, o poder administrativo e político encontra-se centralizado num único centro produtor de decisões ao passo que na forma de Estado Federativo o poder político e administrativo distribui-se em várias entidades federais autônomas⁹⁵.

A propósito da forma de Estado, Iná Elias de Castro assevera que a forma unitária ou federativa de Estado leva a questão sobre os limites de ação da sociedade local; entendendo o poder como espacializado, Castro afirma: “a questão do centralismo ou do

93 DI PIETRO, Maria S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 116.

94 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 35ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 604, grifo do autor.

95 MORAES, Alexandre de. op. cit., 2008. PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, M. **Direito Constitucional Descomplicado**. 3ª ed. São Paulo: Método, 2008.

federalismo é importante para compreender os limites da ação da sociedade local sobre seu território”⁹⁶.

O Brasil adota a forma federativa de estado com o poder político e administrativo dividido entre a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios (art. 1º e 18 da C.F./88). Como dito anteriormente, cada ente federado possui seus próprios bens e competências garantidos constitucionalmente (arts. 20 ao 30 da C.F./88).

Sobre os municípios, cabe mencionar a opinião de Paulo Bonavides de que a autonomia do município no país recebeu “um reforço de juridicidade acima de tudo quanto se conhece em outros sistemas federativos tocantes a mesma matéria”⁹⁷.

Castro, por sua vez, argumenta ser no município o território onde “todos habitamos e exercemos nossos direitos e deveres, da cidadania, onde buscamos os serviços a que temos direito como cidadãos; onde votamos e candidatos são votados (...). o universo municipal é a expressão mais concreta do próprio conjunto do território e da sociedade brasileiros”⁹⁸.

Por último, importa entender questões relacionadas a constitucionalidade das leis. Platt realiza as discussões retomando o princípio da isonomia legal segundo o qual todos os cidadãos tem direito de tratamento idêntico pela lei; assim, as normas devem ser aplicadas igualmente nos casos semelhantes sem que um único indivíduo suporte ônus maior do que outro.

Apesar de Blomley, Delaney e Shamir observarem o caráter desespecializado do princípio, Platt argumenta que a isonomia, e consequentemente a constitucionalidade, só é verificável em termos da espacialidade assumida pela norma: “it may be said that the reasonableness and therefore the constitutionality of a regulation actually turns on the spatial morphology of its effects”⁹⁹. Platt exemplifica a questão com uma situação hipotética onde, dentre um grupo de proprietários em situação igual, um único proprietário suporta restrições ao direito de construir no seu lote maior do que os demais; “for the benefit of his neighbors (...) he would bear the entire cost and would not share the benefit”¹⁰⁰. Quer dizer, as restrições estão concentradas espacialmente em um único lote

96 CASTRO, I. E. **Geografia e política:** território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005, p. 132.

97 BONAVIDES, op. cit., p. 346.

98 CASTRO, op. cit., p. 135.

99 PLATT, R. **Land use control:** interface of law and geography. Washington: Association of American Geographers, 1976, p. 32. “deve ser dito que a razoabilidade e portanto a constitucionalidade de um regulamento realmente volta-se a morfologia espacial de seus efeitos” (tradução nossa).

100 Ibidem, p. 35. “em benefício de seus vizinhos (...) ele suportaria os custos totais e não compartilharia os benefícios” (tradução nossa).

ao invés de serem aplicadas numa escala maior, a todos os lotes em semelhante situação.

Na verdade, a constitucionalidade das leis nos remete a interpretação jurídica sobre a restrição a propriedade privada, tomada esta restrição em termos de seu aspecto espacial. Ou seja, a constitucionalidade da lei está relacionada a interpretação espacial de sua aplicação. É esta a necessidade de “generalização espacial” acentuada por Gomes Canotilho: ao discorrer sobre a generalidade e a singularidade sobre um bem tombado, o autor deixa entender que a inconstitucionalidade ocorre quando as limitações do tombamento atingem apenas um proprietário, apesar da quadra do bem tombado “semelhanças históricas ou arquitetônicas nos seus edifícios”¹⁰¹.

101 CANOTILHO, J. G. apud MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 25º edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2005, p. 1024.

4. Construção da paisagem urbana de Poços de Caldas: localização e ocupação do sítio urbano

A cidade de Poços de Caldas encontra-se localizada no sul de Minas Gerais, nas proximidades da divisa com o Estado de São Paulo. O sítio urbano do município está no interior do Planalto de Poços de Caldas, intrusão magmática alcalina localizada na borda ocidental da Serra da Mantiqueira.

A ocupação inicial do sítio urbano deu-se no entorno das fontes de águas termais que ocorrem no local; as fontes são resultado do processo de intrusão magmática e sua apropriação teve papel decisivo na construção da paisagem poços caldense.

O terreno onde começou a ocupação pertencia a antiga sesmaria de José Bernardes da Costa Junqueira, concedida em 23 de julho de 1819 pelo então presidente da Capitania de Minas Gerais Capitão General Dom Manoel de Portugal e Castro. Na verdade, as terras que abrangem Poços de Caldas pertenceram a sesmaria de Inácio Preto de Moraes que a recebera do governo da Capitania de São Paulo a 20 de julho de 1786, antes, portanto, da concessão ao Junqueira.

A concessão de duas sesmarias na mesma área deu-se pela dificuldade de traçar a divisa entre as Capitanias de Minas e São Paulo: o desconhecimento da região e de seus acidentes geográficos impediram uma demarcação exata da divisa. Os documentos históricos da época mostram, de fato, que a linha demarcatória se traçava ao gosto de diferentes interpretações¹⁰². Carlos Eduardo Rovaron comenta:

(...) a identificação da Serra de Mogi-Guaçu como uma das formações serranas pertencentes ao Maciço de Poços de Caldas dificultava as instruções dadas por Gomes Freire, ou seja, a de traçar a divisa como uma linha que deveria seguir sempre os cumes que formavam o cordão da Mantiqueira e assim atingir o Rio Grande, já que tal cordão de Serra não constitui uma linha regular e contínua (...). Nos anos 40 do século XVIII provavelmente pensava-se que as montanhas entre as bacias do Rio Grande e as bacias paulistas do Tiête e do Mogiguaçu, responsáveis pela divisão das águas, formavam uma cordilheira contínua ligada à Mantiqueira¹⁰³

102 ROVARON, Carlos Eduardo. **Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas – MG (séc. XVIII – XX)**. Dissertação (mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. Departamento de História. São Paulo, 2009.

103 Ibidem, p. 24-26.

Seja como for, Inácio Preto de Moraes foi expulso pelas autoridades mineiras em 1787 e as terras passaram a pertencer definitivamente a família Junqueira¹⁰⁴.

O Capitão Joaquim Bernardes da Costa Junqueira comprou posteriormente as terras de seu irmão José Bernardes e fundou a fazenda Barreiro, nas cercanias das fontes de águas termais.

Como, porém, aumentava o número de pessoas que se dirigiam ao local a procura das águas termais tidas como milagrosas, logo se cogitou a desapropriação do terreno por interesse público.

Já em 1865, o engenheiro Martiniano da Fonseca Reis Brandão, enviado ao local pelo presidente da Província, levantava a questão dos direitos sobre a sesmaria. Mas o engenheiro Brandão não possuía o Alvará de 21 de outubro de 1795 no qual o presidente da Província se apoiava para argumentar que a sesmaria de Poços era propriedade provincial: “o documento para o qual apelava se algum dia existiu, desaparecera, e apenas dela havia notícia por uma cópia não autenticada”¹⁰⁵ relata Pedro Sanches.

Em 1872, a comissão enviada pelo presidente da Província, Dr. Joaquim Floriano de Godoy, para relatar a situação do lugar, foi no mesmo sentido de aconselhar “que a presidência tratasse de desapropriar os terrenos necessários para a fundação do estabelecimento balneário”¹⁰⁶.

Já em 1870 a Assembleia Provincial editava a Lei nº 1741 de 8 de outubro de 1870 que autorizava o presidente da Província a desapropriar os terrenos por utilidade pública. Assim feito, o presidente Dr. Joaquim Floriano de Godoy promulgou o Decreto de Desapropriação de 14 de outubro de 1872 cujo conteúdo diz:

O Doutor presidente da Província, para dar execução ao § 3º, artigo 4º da Lei nº 1741 de 8 de outubro de 1870, resolve, de conformidade com o artigo 2º da Lei nº 480 de 19 de junho de 1850 declarar de utilidade pública o terreno junto as águas termais de Caldas, na extensão de uma sesmaria medida por quilometro, a fim de que o possuidor ou possuidora do mesmo terreno possam ser deles desapropriados e indenizados do seu valor, nos termos da Lei nº 480.¹⁰⁷

104 MEGALE, Nilza Botelho. **Memórias históricas de Poços de Caldas**. 2ª ed. Poços de Caldas: Sulminas, 2002.

105 LEMOS, Pedro Sanches. **As águas Thermaes de Poços de Caldas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de MG, 1904.

106 Ibidem, p. 11.

107 POÇOS DE CALDAS. Decreto de Desapropriação de 14 de outubro de 1872. Disponível em: <http://www.pocosdecaldas.mg.leg.br/>. Último acesso: janeiro 2012.

Cabe destacar no Decreto de Desapropriação a referência as águas termais e a definição do lugar como de utilidade pública, quer dizer: a localização da desapropriação teve como base o local de ocorrência das fontes sulfurosas, não propriamente as fontes em si, mas “o terreno junto as águas termais”; por outro lado, esse terreno foi interpretado como de “utilidade pública”, importante qualificação para que o processo jurídico fosse possível.

A ideia era, nos terrenos desapropriados, construir uma cidade balneária a imagem das estações hidroterápicas europeias de Luchon, Aix-le-Bains ou Vichy. Para isso, se o Decreto não determinou o local de ocupação – pois algumas construções já ocupavam o entorno das fontes – ao menos fixou a localização de onde seria erguida tal estação balneária. Era preciso edificar hotéis e erguer casas de banho junto ao sítio das fontes termais a fim de abrigar adequadamente os doentes que procuravam as propriedades curativas das águas. Argumenta Pedro Sanches que:

Situados dentro de uma sesmaria, a que julgava com jus o Major Joaquim Bernardes da Costa Junqueira, os Poços de Caldas não podiam ser beneficiados pelos poderes públicos senão mediante desapropriação dos terrenos necessários à fundação do estabelecimento balneário e da futura povoação, que em torno dela havia de se erguer.¹⁰⁸

A princípio, o interesse público definido juridicamente estava ligado ao caráter médico que o local assumia, ou seja, o terreno era de interesse público porque da apropriação médica que dele se fazia.

Pressionado pelo Decreto de Desapropriação, o Capitão Junqueira fez a doação das terras para o governo provincial. A primeira doação das terras deu-se em 1865, quando o engenheiro Reis Brandão procedia o levantamento da planta topográfica, planta e orçamento de uma casa de doentes a mando do presidente da Província; neste momento, obteve a doação de 26 ½ alqueires de terra da família Junqueira. Em 1872, doou-se mais 13 ½ alqueires de terra, perfazendo um total de 40 alqueires doados.

Os limites da primeira doação podem ser vistos no mapa 3 abaixo atribuída ao engenheiro Reis Brandão e cujo contorno o médico e historiador, Dr. Mário Mourão, assim descreve:

108 LEMOS, op. cit. 1904, pg. 11.

Tinguá, Araxá, Serra Negra e Cabo Frio¹¹⁰. Em Poços, o processo de intrusão provocou atividade vulcânica que soergueu o embasamento cristalino da área; em sequência, a retirada do magma pastoso do subterrâneo levou a subsidência da parte central da caldeira concomitantemente com a ascensão do magma nefelítico, “que na periferia subiu ao longo de fendas circulares e radiais”¹¹¹

O processo de intrusão magmática e formação do Maciço de Poços de Caldas acarretou o terreno ricamente falhado e fraturado do sítio urbano da cidade. As falhas e fraturas reativadas ou formadas durante o desenvolvimento da intrusão são fortes condicionantes do sistema hídrico da área; e é justamente na intersecção de três falhas principais que o afloramento das águas termosulfurosas acontece.

As fontes sulfurosas estão relacionadas a três linhas de fraturas: uma primeira corre na direção N 14° E ao qual se ajusta o traçado do córrego Vai e Volta; uma segunda segue a direção N 50° E e estende-se da Serra de São Domingos, ao norte, sendo tangenciada pelo córrego do Machado, até próximo ao vale do ribeirão das Vargens de Caldas, ao sul; uma terceira linha de fratura tem direção E – W e é acompanhado pelo baixo curso do ribeirão de Poços¹¹². As falhas principais e os pontos de surgência das águas estão representados no mapa abaixo (mapa 4).

Mapa 4: Detalhe do sistemas de fraturas. O mapa mostra as três fraturas principais cruzando-se na área central da cidade. Fonte: Revisão do Plano Diretor (2006).

110 ABREU, A. A. **Estruturação de paisagens geográficas no médio vale do Jaguari Mirim – SP: uma contribuição à análise integrada da paisagem em borda do maciço antigo.** Tese (doutorado em geografia física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 1973, p. 42.

111 ELLERT, Reinholt.. op. cit.; MORAES, F. T. op. cit., 2008.

112 COMIG. **Projeto Hidrogeoambiental das Estâncias Hidrominerais da Companhia Mineradora de Minas Gerais.** Belo Horizonte: 2001.

A figura 1 mostra o esquema de circulação das águas.

Figura 1: Modelo esquemático de circulação das águas sulfurosas. O modelo mostra a infiltração e ascensão d'água no terreno fraturado de Poços de Caldas. Adaptado: COMIG (2001).

São nestas fraturas que a água infiltra e ressurge: após percorrer 3.360 metros de profundidade por quase 500 anos, a água se aquece e retorna à superfície no cruzamento dos fraturamentos a uma temperatura de 40 – 46 °C.

As fontes termais que afloram no cruzamento das falhas foram objetos de dois tipos principais de apropriação: uma primeira feita por reumáticos, leprosos e sífilíticos que viam nas fontes termais um poder milagroso e mágico de cura; uma outra era feita por médicos e autoridades públicas versadas no conhecimento científico e para os quais as águas tinham propriedades físico e químicas. Foi precisamente essa segunda apropriação que definiu a natureza e deu a identidade da paisagem urbana poços caldense.

O sentido que animou a construção da paisagem de Poços de Caldas foi aquele do espírito racional, higiênico e modernista de médicos e homens de governo que visionavam edificar nos trópicos altos uma estação hidrotermal a moda europeia. Tais doutores e autoridades públicas queriam afastar os usos supersticiosos que se faziam das águas, de uma gente que enxergava entidades demoníacas nas fontes, para ali construir uma paisagem que materializasse seus ideais científicos, metódicos e racionais

sobre as águas.

Quem, porém, primeiro se instalou nas cercanias do campo de Caldas foi atraído, inicialmente, pelas boas condições de pastagens do local e não tanto pelas fontes termais (conquanto essas não fossem desprezíveis). Com a crise da economia do ouro no século XVIII e a posterior dispersão da população dos centros mineradores, a região do Planalto de Poços de Caldas é buscada devido a suas boas condições como “campos de criar”; “não produzindo quase outra coisa que não sejam pastos para os gados” descrevia o médico Manoel da Silveira Rodrigues depois de visitar o local lá pelos anos de 1832¹¹³. Com efeito, Rovaron, apoiado em documentos históricos, mostra como a percepção da região na época dava-se em termos de suas qualidades para pastagens: é assim que uma carta anônima escrita em 1791 descreve a região como “um sertão fertilíssimo de gado, caça e pesca”; igualmente, a Carta do Ouvidor Geral da Capitania de São Paulo, Estevão Ribeira Rezende, para o Ministro do Reino, Conde de Linhares, onde a região é caracterizada como “ótima para a agricultura”¹¹⁴.

Era a criação de gado, de fato, a principal atividade desenvolvida pelo sesmeiro Inácio Preto de Moraes quando este possuía terras no local. Sendo dono de um retiro junto a Cascata das Antas (antigamente denominada Itaipava do rio Pardo), a sesmaria tinha três léguas em quadra e eixos demarcados pelo ribeirão das Antas e pelo ribeirão das Vargens de Caldas, abrangendo quase todo o município de Poços de Caldas¹¹⁵, “onde eu tenho” - *escrevia o sesmeiro ao presidente da Capitania de São Paulo reclamando da invasão de suas terras* - “onde eu tenho gado debaixo de cerca, e com benfeitorias, casas, curral, coxo, passagem, pontes, porteiras, e entrada para roças (...)”¹¹⁶.

A família Junqueira também se instalou no campo de Caldas “entusiasmados com as pastagens naturais que cercavam as fontes” afirma a memorialista de Poços, Nilza Megale¹¹⁷.

Contudo, logo as pastagens deram lugar as fontes termais como força de atração e de ocupação das paragens caldense. Realmente, as águas quentes e sulfurosas que vertiam da terra por entra as rachaduras do terreno conheceram fama crescente devido ao seu poder curativo; doentes de lepra, sífilis, reumatismo e tantas outras passam a procurar as fontes termais para dar fim a suas enfermidades.

Neste momento, o uso das águas dava-se dentro de uma cosmovisão do mundo,

113 RODRIGUES apud OTTONI, H. B. **Poços de Caldas**. São Paulo, Ed. Anhambi, 1960, p. 121.

114 ROVARON, op. cit., p. 35.

115 OTTONI, op. cit. 1960.

116 *apud* ROVARON, op. cit., p. 174.

117 MEGALE, Nilza Botelho. op. cit.

onde corpo e alma, matéria e espírito eram um todo inseparáveis; quer dizer, a natureza não se separava da ordem social, eram todos - as águas, as doenças, e os homens – um contínuo, não dicotomizados. Neste sistema, a doença do corpo apenas repercute um desarranjo de ordem moral: a sífilis, por exemplo, “se afigura como doença de uma causa impura, isto é, imoral, ativada por atos sexuais inescrupulosos”¹¹⁸:

Subjaz aí uma concepção de saúde, corpo, doença e cura que totaliza a dimensão sociológica (...) o corpo biológico é percebido como fulcro de ocorrências a ele extrínsecas, de tal modo que uma desordem orgânica apareça como repercussão de uma desordem de origem cósmica.¹¹⁹

A cura, nesses casos, viria da manipulação simbólica das águas termosulfurosas, calçada na crença de que as fontes purgariam os desvios morais. Por serem águas associadas ao enxofre do inferno e a aparição do Diabo (imagem para a qual iria contribuir a morfologia montanhosa do lugar) a cura se fazia possível uma vez que eram evocadas as “leis mágicas da simpatia” onde o semelhante cura o semelhante e o igual cura o igual¹²⁰. Nas esclarecedoras palavras de Stelio Marras:

(...) se o diabo associa-se a lepra; ou se deus entrega tal qual o corpo (tal ou qual alma por decorrência) aos domínios das trevas (como por ventura sacrificando a vítima por alguma falta moral cujos sinais se expressam numa desordem social), então as fontes de sulfúrio, caldeirões naturais que irrompem à superfície da terra borbulhando água e gás de enxofre, como uma manifestação ou réplica do inferno dantesco, passam então a constituir meio propício para ritos mágicos baseados em princípios de similitude – a purgação do mal engendraria a cura. Por contágio, as águas levariam a cura. O lugar em que ocorriam aparece, portanto, vocacionado a propiciar o tratamento mágico de imaginário demoníaco.¹²¹

Como afirma Marras, esses ritos mágicos religiosos “um dia fizeram a paisagem ordinária dos campos de Caldas”¹²². É possível ter uma ideia do modo improvisado e sem

118 MARRAS, Stelio. **A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004, p. 231.

119 Ibidem, p. 231.

120 Idem.

121 Ibidem, p. 244.

122 Ibidem, p. 230.

higiene no qual os banhos eram tomados e que, mais tarde, irá incomodar tantos médicos. Nos diz o doutor Eiras¹²³, lá por volta dos anos 1880:

o modo por que tomavam os miraculosos banhos são alguns de grande meditação. Imagine-se num caixão de madeira mal coberto, cravado no lamaçal de onde faz erupção a água termal; aí os banhistas e aquários (termo do lugar) se metiam corpo e alma; não seguindo preceito ou regra alguma.

Alguns tipos deste “caixão de madeira” deviam existir também em 1832 dividindo espaço na paisagem com as choupanas de palha construídas pelos doentes e dos quais nos dá notícia o doutor Silveira Rodrigues:

Não havendo quase habitantes nestes contornos, os visitantes deles sustentavam-se da caça, de provisões que consigo traziam, ou mandavam procurar de longe, vendo-se obrigados a levantar para sua morada, durante sua estada ali, ligeiros ranchos de palha e fazer tabiques à roda das fontes quentes (...).¹²⁴

Além das choupanas de palha que deviam pontuar aqui e ali na paisagem, dos equipamentos rústicos usados para os banhos, dos “renques de pinheiros nativos” que margeavam os córregos, cortando o “imenso brejão”, a paisagem apresentava também igrejas e símbolos sagrados que materializavam a aliança religiosa com a natureza.

Em 1882, Antônio Ferreira Rodrigues deu início a construção da Igreja Bom Jesus da Cana Verde, terminada em 1883. “Feita com pagas de devotos que cumpriam promessas, foi a primeira igreja do povoado, primeiro altar onde se venerou a imagem de Nossa Senhora da Saúde, trazida de Portugal para louvor das curas obtidas pelas águas milagrosas de então”¹²⁵. No antigo morro do Itororó, em 1894, foi edificada uma capela em honra a Santa Cruz por Manoel Barbosa de Sá Vasconcelos, depois demolida em 1918. Em invocação também a Santa Cruz, foi erguida uma capela no alto do morro Vai e Volta¹²⁶.

123 O doutor Eiras, segundo Marras, era provavelmente Carlos Fernandes Eiras, médico da cidade de Petrópolis. MARRAS, op. cit.

124 RODRIGUES apud Megale, op. cit., p. 21.

125 MARRAS, op. cit., p. 312.

126 OTTONI, op. cit. 1960, pg. 193.

Stelio Marras, interpretando o quadro de Barbosa Gonçalves de 1919 pintado com base numa fotografia de 1880 (imagem 3), assevera:

E de volta podemos notar na mais antiga imagem do povoado o índice que aponta para sentidos de povoamento da região e apropriação das águas de Caldas anteriores ao predomínio médico e laico. Além das cruzes plantadas nos morros de Santa Cruz e do Itororó, surpreendemos ali uma capela, vista ao pé da fotografia, que se situava defronte ao descampado central do vale, numa posição, portanto própria da abrangente regência espiritual da Igreja no Brasil antigo.¹²⁷

Imagem 3: Pintura de Barbosa Gonçalves – 1919. A pintura retrata o largo central da então Vila de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas. O largo tinha a forma quadrilátera e seu perímetro era delimitado por construções dos moradores; o largo era também cortado ao centro por um ribeirão. Fonte: acervo Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

Mas na visão de médicos e homens de Estado, a construção de Poços de Caldas não podia continuar com a profusão de ranchos de palha nem sob império da religião. Era preciso a iniciativa de médicos cientistas, de higienistas para levar civilização aquelas terras de águas termais que viriam a abrigar uma estação balneária moderna nos trópicos altos. Expressivo neste sentido são as palavras do doutor Pedro Sanches:

É necessário que esta terra seja digna de nós e dos que a visitam anualmente, ela não será enquanto não tiver higiene, isto é, asseio e limpeza, que são a própria civilização e geram ordem, o método, a economia, a beleza, a saúde, a moralidade e os bons costumes.¹²⁸

No contexto político e social no qual o Brasil vivia, certamente não se queria

127 MARRAS, op. cit., p. 312.

128 LEMOS, op. cit., p. 163.

associar Poços de Caldas àquela gente doente, ignorante, dada a visões supersticiosas e místicas do mundo. Para a recém-inaugurada República – e para as elites políticas – não era conveniente que o Brasil fosse identificado com os sertões enfermos, de gente rude que os sanitaristas do início do século XX diagnosticavam¹²⁹.

Os novos ares da República, ao contrário, trouxeram a vontade de se pensar e construir o Brasil a imagem de uma França, de uma Inglaterra, de uma Alemanha, países símbolos da modernidade e civilização; ademais, o povo deveria ser educado e os lugares higienizados para que esta imagem moderna do Brasil se concretizasse.

Neste momento histórico que o país vivia, a dimensão espacial ganha relevo na política de Estado. Sem uma base histórica onde pudesse se apoiar para construir a identidade nacional, o poder estatal volta-se para o território, para o espaço como instrumento de civilização do país e legitimação do Estado¹³⁰.

Em síntese, ali onde a história pouco fornece para a elaboração de uma identidade nacional, os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais, um espaço a ser conquistado e ocupado.¹³¹

E foi a medicina higiênica que articulou os discursos e orientou os rumos da civilização do país. “O suposto – *afirma Marras* – era que da aplicação de leis e medicina surgiria uma nação civilizada”¹³². O higienismo médico assumiu o compromisso de dar uma direção racional à sociedade e promover melhora na qualidade de vida.

O higienismo tem suas raízes mais remotas na obra de Hipócrates “*Sobre os ares, as águas e os lugares*” e teoriza o vínculo entre a doença e o meio natural; os miasmas seriam os grandes vilões das doenças, ou seja, as Teorias Miasmáticas creditavam às doenças as condições ambientais, climatéricas e atmosféricas do lugar, sendo os males transmitidos pelos humores ou miasmas do ar, ar envenenado e gases nocivos.

Mas o higienismo ia além dos conteúdos rotulados como médicos, alcançando um amplo espectro da vida. Marras aponta a abrangência que o higienismo tinha, estendendo braços para comportamentos, vestimentas, hábitos e espaços; sobre o espaço assevera:

129 HOCHMAN, Gilberto. **A era do Saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. 2ª Edição. São Paulo, Editora Hucitec, 2006.

130 MOREAES, Antonio Carlos R. **Território e História no Brasil**. 3 Ed. São Paulo, Annablume, 2008.

131 Ibidem, p. 95.

132 MARRAS, op. cit., p. 100.

Aqui a palavra médica inferia sobre o lugar para a edificação, a arquitetura, a largura das ruas, os materiais de construção, alicerces, paredes, pavimentos, corredores e escadas, teto ou forro, aquecimento e refrigeração (...).¹³³

Um pouco mais a frente conclui: “a geometria da cidade da higiene por certo ecoava utopias modernas do primado da razão, sobretudo em sua vertente médico científica”¹³⁴.

Foi justamente em Poços de Caldas, nos campos das águas termais, que o projeto de civilização e modernidade logrou materializar-se. O lugar onde brotavam as fontes de águas curativas logo chamou a atenção de médicos higienistas que não tardaram a advogar o uso civilizado das águas sob o ditame da ciência e da higiene.

E a emergência da estação balneária de Poços de Caldas deu-se simultaneamente à celebração da modernidade. Com efeito, a cidade aparece num momento em que as estâncias hidrotermais europeias de Bath, Vichy, Baden-Baden “passam a ser consideradas modelo de civilidade para médicos e poetas que as visitam durante a temporada das águas”¹³⁵.

Como carta marcada o tom elogioso recai sobre os últimos artefatos da modernidade. Pois lá estavam as águas minerais, em pavilhão destacado, a exhibir sua variegada virtuosidade, como representando a *avant-garde* das ciências médicas nas cabeceiras da modernidade.¹³⁶

*

A construção da paisagem urbana de Poços de Caldas, sob os ditames da civilização e da modernidade, teve seu fim nos anos de 30 e 40, quando então acontece as “grandes obras” promovidas pelo prefeito Pinheiros Chagas. O novo prefeito da cidade assume o cargo em 1927 com a promessa de elevar Poços de Caldas “a mais bela Estância Hidrotermal brasileira” e acabar com os edifícios construídos pela Empresa Melhoramentos (que detinha o monopólio de exploração das águas sulfurosas), criticados pelo baixo padrão dos materiais e mobiliário usados na construção. O novo prefeito relata

133 Ibidem, p. 102.

134 Ibidem, p. 121.

135 MARRICHI, Jussara M. O. **A cidade termal: ciência das águas e sociabilidade moderna entre 1839 a 1931**. Dissertação (mestrado em história). Universidade de Campinas – Unicamp, Campinas, 2009, p. 10.

136 MARRAS, op. cit., p. 127.

inclusive o pedido feito pelo Presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos:

(...) meu caro amigo, você vai incumbido de uma missão de grande responsabilidade, não só perante o governo como perante aos nossos patrícios. O governo de Minas tem o dever de colocar Poços de Caldas à altura das mais aperfeiçoadas estâncias termais da Europa¹³⁷

O prefeito Pinheiros Chagas, então, viaja a Europa para conhecer algumas estações hidroterápicas europeias– a exemplo do que fizera Pedro Sanches 30 anos antes com o mesmo objetivo.

No final, sob a direção do arquiteto Carlos Eduardo Pederneiras, do engenheiro Ramos de Azevedo e dos paisagistas João e Reynaldo Dierberger, foram erguidos os edifícios do Pálace Hotel (1925) e as Thermas Antônio Carlos (1928); nos últimos anos da década de 20 foi projetado o parque José Afonso Junqueira; em 1931 é inaugurado o Pálace Casino e, em 1942, o Casino da Urca.

Segundo Pozzer, as novas construções “passaram a se comportar como verdadeiros monumentos urbanos que caracterizavam a paisagem construída no centro de Poços de Caldas”¹³⁸.

Stelio Marras resume:

“Com efeito, nestes últimos anos da década de 20 a cidade transfigurou-se numa verdadeira estância balneária, com grande estabelecimento termal para o curismo, o grande Casino para a vilegiatura mundana e o hotel com grandes dependências e suntuoso serviço. Ajardinou-se todo o centro do vale, rasgaram-se avenidas, ergueram-se ainda outros hotéis e hospedarias de porte”¹³⁹.

137 POZZER, Carlos Eduardo. **Poços de Caldas: a construção da paisagem urbana**. Dissertação (mestrado em arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2001.

138 Ibidem, p. 46.

139 MARRAS, op. cit., p. 64.

5 – O patrimônio cultural de Poços de Caldas

Em Poços de Caldas, considera-se patrimônio cultural o conjunto dos bens construídos no final do século XIX até meados do século XX. Não na sua totalidade, é certo, mas a grande maioria dos imóveis bem como sua ambiência são os objetos de crescente valorização e disciplina legal por representarem o passado e a cultura de Poços de Caldas. São estes os bens qualificados pela legislação municipal como de interesse histórico e cultural e que serão objeto das leis e decretos de tombamento.

5.1. O conceito de patrimônio cultural

Patrimônio Cultural é um conceito que nasce no século XIX associado a ideia de nação; num momento de surgimento do Estado Moderno que precisa afirmar sua força e presença frente ao poder religioso, forja-se a ideia de patrimônio cultural como aquilo que representa o “compartilhamento de uma raiz comum, bem como de um território, um ancestral e uma cultura também comuns”¹⁴⁰. A respeito, Marilena Chauí assevera:

Ora, a hierarquia política, a religiosa e a da riqueza passaram a disputar a posse dos semióforos, bem como a capacidade de reproduzi-los e exibi-los: a religião estimulando os milagres (que geravam novos lugares sagrados, novos santos e novas relíquias); o poder político estimulando a propaganda (que produz novos lugares, novas pessoas e novas datas para o culto cívico) e o poder econômico estimulando tanto a aquisição de objetos para vertê-los em semióforos (por meio de coleções privadas) como o surgimento de novos saberes encarregados de produzir novos semióforos (arqueologia, paleontologia, etnologia, história da arte). É nessa disputa de prestígio, poder e riqueza que o Estado-nação inventa a ideia de patrimônio cultural da nação como patrimônio artístico, histórico e geográfico, ou seja, aquilo que o poder político detém contra o poder religioso e o poder econômico.¹⁴¹

A prática de proteção ao patrimônio cultural, contudo, modifica-se ao longo dos anos em relação a como e ao que exatamente deveria ser protegido ou preservado. Podemos perceber esta mudança nas práticas se tomarmos as Cartas Patrimoniais como referência.

140 PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio cultural e cidade: práticas de preservação em São Paulo**. Tese (Doutorado em arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 2009, p. 20.

141 CHAUÍ, Marilena. *Natureza, cultura ... op. cit.*, p. 54.

Numa primeira fase, que se estende dos meados do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, a proteção ao patrimônio concentra-se no caráter estético e monumental do bem. Na Carta de Atenas de 1931, por exemplo, a ênfase é dada a “proteção dos monumentos” recomendando-se “respeitar na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos”.

Nos anos seguintes, novas categorias são incluídas na noção de patrimônio que vão além da grandiosidade e da estética dos objetos. Assim, as Recomendações de Nova Delhi de 1956 pregam que cada Estado “deveria garantir a proteção ao patrimônio arqueológico” já que apresentam interesse público “do ponto de vista da história ou da arte”.

Em 1962, as Recomendações de Paris incluem entre o patrimônio cultural protegido as paisagens e sítios, dentro do entendimento de que “o aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos”.

Já a Carta de Veneza de 1964 coloca ao lado dos monumentos históricos “não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”.

Numa terceira fase, a proteção do patrimônio cultural começa a ser conjugada com a dinâmica urbana, quer dizer, dentro do desenvolvimento físico e territorial da cidade. Assim, as Normas de Quito promulgadas em 1967 passam a recomendar a integração da proteção patrimonial “com os planos reguladores existentes na cidade ou na região de que se trate”. Este entendimento é coroado pelo Manifesto e pela Declaração de Amsterdã os quais consideram que “a conservação do patrimônio arquitetônico depende, em grande parte, de sua integração no quadro de vida dos cidadãos e de sua valorização nos planejamentos físico territorial e nos planos urbanos”. A partir de então – diz Juliana Mendes Prata – a percepção do patrimônio passa a ser indissociável de sua compreensão como algo inserido no complexo, dinâmico e vivo centro urbano”¹⁴².

Concomitante, além da inclusão da proteção patrimonial na dinâmica da cidade, o Compromisso de Salvador (1971) recomenda a ampliação da proteção ao patrimônio de forma a contemplar o conceito de visibilidade e atender o conceito de ambiência.

5.2. Proteção ao patrimônio cultural no Brasil e instituto do tombamento.

Também no Brasil, a prática institucional e jurídica de criação e preservação do

142 PRATA, op. cit., p. 26.

patrimônio surge com a necessidade de reforçar a presença e o poder soberano do Estado na sociedade. “Era preciso, no plano do imaginário social, construir uma nova identidade nacional que desse consistência a um projeto de Estado forte e centralizado”¹⁴³.

Este momento se dá sobretudo nos anos 30 do século XX quando o Estado procura firmar o conceito de nação brasileira e legitimar sua própria existência. Neste processo é principalmente a dimensão espacial do país que é valorizado pelo poder público; novamente segundo Antônio Carlos Robert Moraes:

os anos 30 começaram com um novo padrão de interpretação do país (...). Uma postura cientificista vai aos poucos hegemonizando-se e acaba por fazer ponte entre as velhas instituições do saber e as novas agências de difusão de um novo ideal de ciência , ao qual se associa a ideia de modernidade. O papel catalizador que a noção de civilização cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado pelo conceito de modernização (...). Pode-se dizer que modernidade é, entre outras coisas, reorganizar-se e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamento e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação.¹⁴⁴

A década de 30 testemunha, então, o surgimento institucional e jurídico da prática de proteção ao patrimônio cultural, sendo predominante a ênfase ao caráter estético e monumental do bem¹⁴⁵. É criado, assim, em 1934, a Inspetoria dos Monumentos Históricos e Nacionais e, em 1937, surge o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na história constitucional do país, a proteção patrimonial aparece pela primeira vez na Constituição de 1934, ganhando novos conteúdos nas constituições posteriores.

Na Constituição de 1934, o artigo 10º, inciso III, coloca como competência concorrente entre União e Estados a proteção as belezas e aos monumentos de valor histórico ou artístico; já a Constituição de 1937 traz o termo paisagem quando estatui que “os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particulares dotados pela natureza, gozam de proteção e de cuidados especiais” agora

143 SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese (doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP Departamento de Geografia, 2006, p. 83.

144 MORAES, A. C. op. cit. 2008 p. 97.

145 PRATA, op. cit.

competência também dos Municípios.

A Constituição de 1946, por sua vez, acrescenta dentre os bens protegidos pelo Poder Público as obras e documentos de valor histórico e artístico e os “locais dotados de particular beleza” (artigo 175). As Constituições de 1967 e de 1969 (esta repete aquela) trazem a proteção as jazidas arqueológicas e passa a adjetivar as paisagens como notáveis e não mais como “de particular beleza” (artigo 172 C.F. 1967; artigo 180 C.F. 1969).

A partir dos anos 70, seguindo a tendência internacional, a proteção ao patrimônio cultural no país sofre uma inflexão no sentido de incluir práticas e identidades de grupos sociais heterogêneos, aumentando o alcance da legislação. Simone Scifoni diz:

Enquanto o primeiro [discurso monumentalista] predomina nas primeiras três a quatro décadas da constituição do patrimônio nacional, o segundo manifestou-se com mais força somente no final da década de 70, momento em que o patrimônio ganhou também a dimensão da experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos sociais.¹⁴⁶

Neste contexto, emerge o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano que tenta conjugar todo o conteúdo considerado como essencial à proteção patrimonial. Dessa forma, o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano é entendido como

um sistema de objetos socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano (...). Trata-se de paisagens, espaços, construções, objetos móveis também, cujo sentido manifesta-se não por si, mas pelas articulações que entre si estabelecem e lhes dá suporte.¹⁴⁷

Todo o desenvolvimento nacional culmina, enfim, com a proteção ao patrimônio dada pela Constituição Federal de 1988 no seu artigo 216; este conceitua o patrimônio cultural brasileiro em três dimensões: são bens de natureza material e imaterial, individuais ou em conjunto, e portadores de referência à identidade, à ação e à memória de grupos formadores da sociedade brasileira.

O artigo 216 trás também, no parágrafo 1º, os instrumentos de proteção ao

146 SCIFONI, op. cit., p. 44.

147 MENEZES, *apud* PRATA, 2009, p. 57.

patrimônio, quais sejam: os inventários, os registros, a vigilância, o tombamento e a desapropriação. Aqui vamos trabalhar principalmente com o instituto do tombamento.

Foi a Lei nº 378 de 1937 que introduziu o instituto do tombamento no Brasil; Posteriormente, o Decreto-lei nº 25 de 1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e dá acepção jurídica própria ao tombamento no Brasil, alargando sua abrangência¹⁴⁸.

Na doutrina jurídica pátria, tombamento é entendido como “forma de intervenção do Estado na propriedade privada” que derroga os direitos de propriedade particular em nome do interesse público maior de preservação do patrimônio nacional¹⁴⁹. O tombamento é sempre restrição parcial do direito de propriedade e nunca restrição total, caso em que caberia o instituto da desapropriação. Em suma, na conceituação da jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

O tombamento pode ser definido como o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público sujeita a restrições parciais os bens de qualquer natureza cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história ou por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.¹⁵⁰

Outrossim, o instituto do tombamento é visto como “forma de implementar a função social da propriedade”; o jurista Paulo Affonso Leme Machado diz:

conceituo tombamento como um regime jurídico que, implementando a função social da propriedade, protege e conserva o patrimônio cultural privado e público brasileiro, através da ação dos poderes públicos e da comunidade, tendo em vista, entre outras, seus aspectos históricos, artísticos, arqueológicos, naturais e paisagísticos, para a fruição das presentes e futuras gerações.¹⁵¹

O tombamento pode atingir um proprietário individual ou uma coletividade, no caso de tombamento de locais históricos ou paisagísticos¹⁵². Em ambos os casos os proprietários ficam sujeitos a obrigações de não fazer (demolir, destruir ou mutilar a coisa

148 MACHADO, Paulo Afonso Leme. op. cit.

149 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. op. cit., p. 129.

150 Ibidem pg. 129.

151 MACHADO, op. cit., p. 996.

152 MEIRELLES, Hely Lopes. op. cit., p. 583.

tombada), de fazer (obras necessárias à conservação do bem ou notificação aos órgãos competentes para tal) e de suportar (fica sujeito a fiscalização do bem pelo órgão técnico)¹⁵³.

Ficam igualmente sujeitos a restrições os vizinhos da coisa tombada (artigo 18 Decreto-lei 25/1937); assim, “não se poderá na vizinhança da coisa tombada, fazer construções que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes”. A propósito, pondera Hely Lopes Meirelles:

O conceito de *redução de visibilidade*, para fins da lei de tombamento, é amplo, abrangendo não só a tirada da vista da coisa tombada como a modificação do ambiente ou da paisagem adjacente, a diferença de estilo arquitetônico e tudo o mais que contraste ou afronte a harmonia do conjunto, tirando o valor histórico ou a beleza original da obra ou do sítio protegido.¹⁵⁴

Quanto a competência para o tombamento, a Constituição de 88 coloca como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (artigo 23, inciso III), sendo que o município tem o dever precípua de promover a proteção do patrimônio histórico e cultural local (artigo 30, inciso IX). Mas a competência para legislar sobre o assunto compete concorrentemente à União, aos estados e aos Distrito Federal (artigo 24, inciso VII), tendo os Municípios de se subordinar a legislação federal e estadual.

A competência comum significa que a atuação dos entes federados dá-se paralelamente, agindo todos em condições de igualdade, sem que a atuação de um exclua a dos outros; já a competência concorrente estabelece que as normas gerais deverão ser editadas pela União enquanto as normas específicas deverão ser elaboradas pelos Estados e o Distrito Federal¹⁵⁵.

Machado (2005) é da opinião de que a competência comum é boa porque, se por um lado, “é censurável e ineficaz que a União tenha que se preocupar com toda a proteção cultural do país”, por outro, “passar as responsabilidades para os Estados e a União contorna as dificuldades financeiras dos Municípios e a nefasta prática do

153 DI PIETRO, op. cit.; MEIRELLES, op. cit.

154 MEIRELLES, op. cit., p. 585, grifo do autor.

155 MORAES, Alexandre de. op. cit., 2008.

clientelismo eleitoral local”¹⁵⁶.

Existem duas formas de se fazer o tombamento: por ato do Poder Legislativo ou por ato do Poder Executivo. Aquela, em termos jurídicos, é mais vantajoso porque o tombamento feito por lei só pode ser desfeito por outra lei. Além do mais, o tombamento via Executivo é mais susceptível de desvirtuamento pela Administração, a qual pode valer-se do instrumento como forma de controlar determinada área; quer dizer, a imposição vertical do tombamento corre o risco de desconsiderar a identidade de diferentes grupos sociais com o local, situação que se expõe diferentes noções espaciais do lugar¹⁵⁷.

156 MACHADO, op. cit., p. 999-1000.

157 Idem.

6 – A legislação patrimonial de Poços de Caldas

6.1. A primeira fase legislativa

A delimitação da primeira fase da legislação patrimonial do município é definida pelo contexto médico e modernista que influenciava os rumos da construção da futura estação balneária; o período estende-se entre 1872, ano da fundação do município, até 1946, data em que os jogos foram proibidos e que as terapias com base nas fontes sulfurosas são eclipsadas pelos avanços da farmacologia.

Para Poços de Caldas, e para as estâncias hidrotermais brasileiras no geral, o contexto onde o Estado procura forjar a ideia de nação com bases modernas e civilizadas é deveras significativo; isto é, Poços de Caldas é o local privilegiado onde este projeto para o país logra materializar-se, sobretudo nos seus aspectos paisagísticos. É no campo das águas termais, enfim, que se dá a construção da paisagem segundo o “apropriado aspecto arquitetônico” e conforme “as regras de arquitetura e construções das cidades modernas”, para usarmos os termos de uma lei poços caldense de 1921. É nesta paisagem que se darão os ritos de identidade e pertencimento da elite brasileira¹⁵⁸.

Neste sentido, o patrimônio de Poços de Caldas coloca-se num primeiro momento como algo a ser construído mais do que um bem a ser preservado. Assim, entre os anos de 1872 a 1946, inexistiam leis que regulamentassem a proteção ao que se iria constituir como patrimônio cultural da cidade de Poços de Caldas.

Em termos jurídicos, contudo, haviam normas que recaiam sobre os campos das águas termais de Poços.

Juridicamente, podemos nos referir as doações das sesmarias ainda mais antigas que as de Inácio Preto de Moraes e Bernardes da Costa Junqueira como os primeiras normas de Direito a incidir sobre os terrenos do que viria a ser Poços de Caldas.

Trabalhando com os títulos jurídicos de propriedade da terra para decifrar o processo de ocupação da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas, Carlos Eduardo Rovaron encontra a sesmaria de Bartolomeu Bueno da Silva, lavrada em 3 de julho de 1726 pelo governo paulista, como sendo a sesmaria mais velha a abarcar a região do Planalto de Poços de Caldas. Na território específico de Poços de Caldas, Rovaron encontra duas sesmarias que fazem referência ao Ribeirão das Antas, ambas concedidas a Jacinto Pinto de Magalhães em 1734 uma e 1748 outra. Do lado mineiro, a sesmaria mais antiga é aquela de Thomas Rodrigues do Prado concedida em 1799. Como porém,

158 MARRAS, op. cit.

o simples título da sesmaria não garante a ocupação, Rovaron ressalva: “parece que a região dos planaltos de campos da Caldeira (ou seja, seu interior) não foi muito ocupada até os anos 80' do século XVIII”¹⁵⁹. A única sesmaria ocupada com certeza, diz o autor, foi a do alferes Inácio Preto de Moraes.

As primeiras sesmarias foram concedidas quando o sul de Minas Gerais começa a participar do circuito comercial com o Rio de Janeiro e São Paulo, dois emergentes centros consumidores. Aliás, a posição geográfica dentro do circuito econômico concorreu com as boas pastagens como fator de atração populacional: “foi a conjunção de sua fertilidade, salubridade mais a posição geograficamente estratégica (em termos de mercado) que ocupou, próxima das fronteiras com Rio de Janeiro e com São Paulo, que a fizeram uma região cobiçada, polo atrator de população” afirma Rovaron¹⁶⁰.

A última sesmaria concedida na área foi para José Bernardes da Costa Junqueira em 1819, depois comprada pelo seu irmão Joaquim da Costa Junqueira. Foi sobre esta sesmaria que incidiu o Decreto de 1872, ano em que as normas jurídicas começam a participar efetivamente da formação paisagística e da construção do patrimônio local. No conjunto, as primeiras leis patrimoniais que participaram na formação da paisagem de Poços de Caldas cuidavam principalmente dos aspectos do alinhamento, do tamanho dos lotes e das medidas das calçadas.

O Decreto de Desapropriação além de definir o local onde seria erguida a estação balneária, vinha acompanhado por uma série de ordens dirigidas ao engenheiro Honório Soares do Couto que mandavam:

- I) proceder a medição e demarcação dos terrenos doados, levantar os planos e orçar a construção dos banheiros e de um pequeno chafariz das águas termais;
- II) **proceder o alinhamento dos terrenos** deixando largos e praças onde fiquem designados os lugares para Igreja matriz, cadeia, casa de Câmara e escola pública, bem como para a edificação de chafarizes.

O engenheiro Soares do Couto deveria ainda executar as ordens conforme as instruções da Diretoria Geral de Obras Públicas, constantes na Seção Técnica de 23 de novembro de 1872 que dizia¹⁶¹:

159 ROVARON, op. cit., p. 172.

160 Ibidem, p. 79.

161 OTTONI, op. cit.

(...)

3º – proceda a divisão dos terrenos em lotes urbanos de 10 metros de frente por 50 de fundo.

O presidente Godoy fez seguir também, para o presidente e vereadores da Câmara de Caldas a seguinte recomendação:

(...)

4º – as edificações serão cobertas de telhas rebocadas e caiadas;

5º – terão quando forem térreas, 5 metros de pé direito. As portas 3m20 de altura e 1m1 de largura, as janelas 2m2 de altura e 1m1 de largura.

Havia também, a propósito do alinhamento, o Código de Posturas da Vila de Caldas de 1855 provável Código que Poços de Caldas adotou em força da Resolução Municipal nº 1 de 12 de abril de 1892. Este Código disciplinava no Título 2º “Do Asseio das Povoações” Capítulo 1º “Do Alinhamento” que cabia a dois alinhadores “perfilar os edifícios conforme o alinhamento do lugar” e caso o edifício ou obra ofendesse o alinhamento, seria desfeito.

A Lei nº 4 de 24 de setembro de 1892 soma-se ao Decreto e ao Código ao ordenar o alinhamento para o restante dos terrenos do patrimônio público, nos seguintes termos:

(...)

art. 4º – os terrenos que constituem o patrimônio da Comarca e se acharem ainda devolutos, depois de reservados os necessários ao uso municipal, a estabelecimentos e servidões públicas, serão concedidos a particulares para construção de casas a título de aforamento perpétuo;

§ 1º – para este fim, o Agente Executivo Municipal mandará **fazer previamente o alinhamento e arruamento dos terrenos** ainda não alinhados e arruados, dividi-los em lotes urbanos, e levantar a respectiva planta, **de harmonia com os planos da povoação** aprovados pelo Governo da ex-província e que tem servido de base as edificações até agora feitas, **guardando-se quando possível a uniformidade e o desenvolvimento retilíneo das ruas existentes**;

§ 2º – as ruas que de novo se abrirem não terão menos de vinte metros (20m) de largura e as praças terão de sessenta a cem metros (60 a 100m)

em quadro;

§ 3º – os lotes urbanos em que forem divididos os terrenos destinados ao aforamento terão **dez metros (10m) de frente ou testada sobre cinquenta (50m) de fundos**, podendo ser menor a dimensão dos fundos quando assim exija a disposição ou a regular divisão do terreno.

No mesmo sentido, a Lei nº 10 de 30 de maio de 1903 autorizava o alinhamento e divisão em prazos urbanos e suburbanos de todo o terreno do bairro Villa Pinhal:

art. 1º – autoriza o Agente Executivo Municipal a contratar um profissional para fazer **medir, alinhar, dividir em prazos urbanos e lotes suburbanos, levantando a respectiva planta de acordo com o arruamento geral da povoação**, os terrenos do domínio Municipal, situados entre a “Rua Tiradentes”, a leste, valo condutor do “Ribeirão da Serra”, ao sul, e o valo divisório da fazenda do Barreiro a Este e ao Norte;
(...)

art. 4º os lotes suburbanos em que forem divididos os terrenos destinados ao aforamento, terão **50 metros de frente ou testada sobre 50 metros de fundo**; e as sobras dos terrenos junto aos limites do Patrimônio que não tiverem 50 metros em quadra ficarão reservados.

Além do alinhamento, as primeiras leis poços caldense definiam também a zona urbana e zona suburbana da cidade e algumas medidas para as calçadas, as quais são disciplinadas conjuntamente pela Lei nº 16 de 1904 e Lei 209 de 1926.

A Lei nº 16 disciplinava que:

art. 1º – Os passeios que houverem de se construir nas testadas dos prédios sítos na Praça do Senador Godoy, terão três metros de largura e serão cimentados, e as das ruas centrais terão dois metros de largura.
(...)

Art. 4º – A **área urbana desta Villa** sobre a qual recai a obrigatoriedade da presente lei é a que fica **compreendida entre os limites do patrimônio a leste e Oeste da Vila, ribeirão de Caldas ao sul e Ribeirão da Serra ao norte, abrangendo mais a rua dos Junqueiras, Rua da Estação e Rua Marques do Paraná desde a Praça do cemitério velho até a rua Direita**

A Lei nº 209 dizia:

art. 1º – Fica considerada **zona suburbana** para execução da Lei nº 190 a zona que **limita exteriormente com as ruas compreendidas entre as ruas: Corrêa Netto, Pará, Rio Grande do Norte e Acre.**

A zona urbana está delimitada no croqui abaixo (croqui 2); ela compreende a área central do núcleo urbano e ocupa a parte mais baixa do terreno, na planície de inundação do ribeirão da Serra e do ribeirão de Caldas, entre 1000 e 1200 metros de altitude. A definição da zona urbana não vinha numa legislação específica de zoneamento, acompanhando, na verdade, a disciplina das calçadas e muros.

A zona urbana foi ampliada em 1926 depois da edição da Lei nº 209, a qual, na verdade, delimitava a zona suburbana da cidade a fim de definir a área com horário determinado para o funcionamento do comércio. Ou seja, a Lei nº 209 de 1926 deve ter revogado tacitamente a zona urbana definida na Lei nº 16 de 1904, aumentando seus limites (croqui 3).

Croqui 2: Zona Urbana delimitada pela Lei nº 16 de 1904.

Croqui 3: Zona Urbana definida tacitamente pela Lei nº 209 de 1926.

Uma última lei deste primeiro período é a Lei nº 157 de 30 de setembro de 1921 que autorizava a prefeitura municipal a organizar tipos de plantas de habitações higiênicas nos termos das cidades modernas. Dizia a lei:

art. 1º – Fica a prefeitura municipal autorizada a mandar organizar tipos de planos de **habitações com mais propriedade higiênica e mais apropriado aspecto arquitetônico**, para melhorar a construção da cidade, podendo cedê-los por cópias, aos interessados, mediante pagamento de pequena taxa, sem permitir, no entanto, a sua repetição exata em prédios próximos.

(...)

art. 3º – no regulamento a se organizar serão **seguidas as regras gerais de arquitetura e construção comumente observados nas Cidades Modernas**, tendo-se, contudo, em vista as condições do meio.

Em suma, a legislação desta primeira fase caracteriza-se pela disciplina do alinhamento do terreno desapropriado onde deveria ser erguida a estação balneária, pela definição do tamanho dos lotes e das calçadas nesta mesma área e pela delimitação da zona urbana e suburbana para a cidade. Deve-se sublinhar também que as normas tentavam manter a harmonia geral da povoação seja quando mandava guardar a “uniformidade e o desenvolvimento retilíneo das ruas existentes” seja quando mandava organizar regulamentos “seguidas as regras gerais de arquitetura e construção comumente observados nas Cidades Modernas”.

6.2. A segunda fase legislativa

A segunda fase da legislação patrimonial de Poços de Caldas compreende as leis editadas no final dos anos 40 até o início dos anos 80; esta fase é particularizada por um primeiro conjunto de normas que se preocupam de alguma forma com a preservação do patrimônio cultural da cidade e por uma caracterização própria do centro histórico, trazida principalmente pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de 1970/1971.

Se considerarmos que nesta segunda fase o termo paisagem é o que mais se aproxima da noção de patrimônio cultural, a primeira lei relacionada à proteção do patrimônio seria a Lei nº 34 de 14 de agosto de 1948 que aprova o Código de Posturas Municipais. Esta lei procura fundamentalmente proteger o aspecto visual da paisagem nos seguintes termos:

art. 123 – Não é permitida a **colocação de anúncios e cartazes** quando:

(...)

b- pelo seu número e má distribuição possam prejudicar o **aspecto das fachadas**;

(...)

art. 124 – Além das proibições a que se refere o artigo precedente, não é permitida a **colocação de anúncios** de natureza permanente:

(...)

b- quando prejudiquem o **aspecto paisagístico ou a perspectiva panorâmica**;

(...)

art. 126 – A colocação de mastros nas **fachadas** é permitidas sem prejuízo da **estética** e da segurança pública.

A preocupação com o aspecto das fachadas e da paisagem permanece como a característica principal da legislação até a década de 70, quando então começa a aparecer referência ao monumento histórico.

De fato, a Lei nº 2427 de 1976 que instituiu o novo Código de Posturas Municipais traz a primeira menção legal no município aos monumentos históricos, mas a ênfase continua na proibição de anúncios e cartazes que possam prejudicar as fachadas e a paisagem.

Lei nº 2427 de 1976

(...)

Seção 7A – **Dos anúncios e cartazes**

(...)

art. 219 – fica proibida a **colocação de letreiros** em prédios nos seguintes casos:

(...)

II – quando pela sua multiplicidade, proporções ou distribuição possam prejudicar o **aspecto estético da paisagem**.

(...)

art. 220 – fica vedada a **colocação de anúncios** nos seguintes casos:

I – quando prejudiquem de alguma forma os **aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais e monumentos históricos**.

Na década de 70 foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas constituído por um Diagnóstico Preliminar de 1968 e pelo Plano de

Desenvolvimento Integrado (PDI) propriamente dito de 1970/71. No Plano, a proteção as obras do passado é muito tímida, restringindo-se a referências gerais e a proteção do Parque José Affonso Junqueira.

No Diagnóstico de 1968 não há qualquer indicação a “patrimônio cultural” e o termo “monumento” utilizado no subitem 2.7.3 refere-se à estátua do Cristo Redentor, a estátua em homenagem ao Presidente Antônio Carlos e ao busto do dr. Pedro Sanches, e não as construções que guardam algum vínculo com o passado.

Além disso, a área onde se concentram os bens patrimoniais da cidade não possui qualquer qualificativo patrimonial mais explícito sendo apenas caracterizada como área de comércio e serviços e breves considerações sobre sua tendência à verticalização. Diz textualmente:

Zona 16: Centro – bairro residencial de classe média e superior, comercial, com poucas indústrias e com tendência vertical de crescimento.¹⁶²

Por outro lado, o centro histórico não é visto como pertencente a “certas áreas de interesse cênico”; diz o Diagnóstico: “deve-se preservar certas áreas de interesse cênico como o dossel das montanhas ao norte e a montanha do Cruzeiro na Serra de São Domingos”¹⁶³.

No Plano de Desenvolvimento Integrado de 1970/1971, o conjunto das construções erguidas na primeira fase da urbanização da cidade são qualificadas como de “nenhum destaque”:

As construções são de um modo geral antigas, não havendo nenhuma que se destaque em vulto ou qualidade arquitetônica (o conjunto formado pelas Thermas Antônio Carlos, Pálace Hotel e Casino, não é parte orgânica da área central).¹⁶⁴

Ademais, a área central constituída pelo patrimônio de Poços é caracterizada como “uma área distinta das demais possuindo tradição e características próprias”, mas ela não consta como fazendo parte da paisagem urbana:

162 POÇOS DE CALDAS. **Plano de Desenvolvimento Integrado: Diagnóstico Preliminar**. Poços de Caldas: Consultec, 1968, p. 2-153.

163 Ibidem, p. 5-6.

164 Ibidem, p. I.34

A paisagem urbana é marcada pela presença do Parque do Pálace, conjunto botânico cuja preservação é fundamental para a manutenção das características da cidade. Numa escala mais ampla, a paisagem é dominada pela Serra de São Domingos, que limitando os horizontes a norte da cidade precisa ter incrementada sua arborização”¹⁶⁵.

A preocupação com o patrimônio cultural de Poços de Caldas aparece apenas quando o Plano de 1970/71 critica a verticalização no centro que prejudica a “paisagem urbana”; no subitem 8.4, o PDI 1970/71 diz:

(...) construções de prédios de oito a quinze pavimentos, cuja aparente modernidade representa um requinte por vezes irresistível, sendo seu uso abusivo fomentada pela especulação imobiliária. Exemplos deste procedimento são encontrados em Poços de Caldas, onde existem grandes blocos desprovidos de qualquer consideração urbanística, em posições excêntricas e extravagantes. Sua inorganicidade é flagrante, destroem a paisagem urbana e sua proliferação é desastrosa a vida urbana.¹⁶⁶

Mesmo assim o Plano é contraditório em relação as edificações porque prevê na área central “a possibilidade de construção de prédios altos em condições específicas, discriminadas na lei”.

O PDI de 1970/1971 teve como desdobramento a Lei nº 2056 de 1973, que fixa os objetivos e as diretrizes básicas do Plano Urbanístico da cidade, e a Lei 2432 de 1975, que fixa as normas de Zoneamento do Uso do Solo do Município.

Assim, considerando o termo “paisagem” como o que mais se relaciona ao patrimônio da cidade, a proteção ao patrimônio cultural de Poços ficava disciplinada da seguinte forma (dentro do entendimento do PDI 1970/71):

Lei 2056 de 1973

(...)

Capítulo II – Dos objetivos e das diretrizes físicas:

(...)

165 POÇOS DE CALDAS. **Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI**. Poços de Caldas: Consultec, 1970/1971, p. I.06-07.

166 Ibidem, p. I.41.

VII – Preservar e valorizar os aspectos característicos da paisagem local;

(...)

art. 10º – Para efeito de aplicação desta lei, a área urbana do Município é dividida em zonas que, conforme o uso a que se destinam, classificam-se em:

I – Área Central

II – Centro de Bairro

III – Zona Industrialização

IV – Zona Turística

V – Zona Habitacional

VI – Zona Especial

VII – Zona de Preservação

A caracterização de cada zona é trazida pelo PDI 1970/1971, do qual nos interessa aqui:

Área Central: a intensificação das atividades terciárias ao longo da parte média do eixo formado pela rua Assis Figueiredo é desejável, tanto para maior eficácia no desempenho de suas funções, quanto, sob o ponto de vista espacial, para acentuar a configuração física do centro urbano

(...)

ZE 1 – compreende o conjunto arquitetônico paisagístico contido no perímetro formado pelas Praça Getúlio Vargas, rua Francisco Sales, rua Minas Gerais e rua Junqueiras. Sendo este conjunto um elemento preponderante na paisagem urbana, deve permanecer inalterado em todos os seus aspectos finais, paisagísticos ou construídos”.¹⁶⁷

Na Lei 2056, então, a proteção ao patrimônio de Poços é a preservação dos aspectos característicos da paisagem e a manutenção de “todos os aspectos finais, paisagísticos ou construídos” da Zona Especial 1. A área central que viria a se constituir como centro histórico e cultural não apresenta, contudo, este interesse de proteção, sendo mais desejável a intensificação do setor terciário.

Sintetizando, a segunda fase da legislação patrimonial preocupa-se principalmente

¹⁶⁷ POÇOS DE CALDAS. **Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI**. Poços de Caldas: Consultec, 1970/71, p. 35-6.

com a colocação de cartazes, anúncios ou letreiros que prejudiquem de alguma forma o aspecto das fachadas e a estética da paisagem; além disso, o centro urbano é qualificado sobretudo como de comércio e serviços, sendo o conjunto paisagístico mais importante o parque José Affonso Junqueira.

6.3 Terceira fase legislativa

A proteção ao patrimônio cultural de Poços de Caldas entra numa nova fase a partir de 1982 com a Lei 3218 que cria a Diretoria do Patrimônio Histórico, Turístico e Artístico Municipal – DPHTAM – e com a Lei 3537 de 1984 que estabelece a proteção ao patrimônio histórico, turístico e artístico de Poços de Caldas.

Quanto ao DPHTAM, ela foi criada em comemoração aos centenário de Poços de Caldas e trazia as seguintes competências do Diretor e do Conselho:

art. 8º – Ao Diretor, em particular e ao Conselho, em geral da DPHTAM compete:

I – exercer proteção a todos os bens móveis e imóveis Públicos ou particulares existentes no Município, de que tratam o Decreto-lei federal nº 25 e a Lei nº 5775;

II – proceder ao levantamento e tombamento dos bens considerados de excepcional valor histórico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, turístico, paleográfico, bibliográfico ou artístico existente no Município e cuja preservação e conservação sejam de interesse do poder público municipal, inventariando-os e classificando-os;

III – exercer, por delegação que venha a ser feita pelo IPHAN ou IEPHA/MG, a proteção, conservação e fiscalização dos bens tombados no Município;

IV – realizar obras de recuperação, conservação, reparação ou complementares necessárias a preservação dos bens referidos no item II e, por delegação, os referidos no item III;

V – manter sistema de vigilância permanente para a proteção dos monumentos históricos e artísticos municipais, recorrendo se necessário a cooperação dos órgãos policiais.

Já a Lei 3537 de 1984 expressa melhor esta nova fase ao ser posta como tradutora do anseio do povo de Poços de Caldas em “preservar nossos belíssimos recantos

naturais, especialmente a vegetação nativa que caracteriza a nossa flora, bem como os imóveis que simbolizam de alguma forma realizações históricas que relembram o passado de nossa cidade (...).” A Lei 3537 vinha então no sentido de complementar a legislação anterior, disciplinando a forma de proteção e os deveres dos proprietários dos imóveis particulares, além de procedimentos administrativos.

Lei nº 3537 de 1984

art. 1º – Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, existentes no Município que, dotados de excepcional **valor histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico, turístico ou artístico**, justifiquem o interesse público na sua preservação, de acordo com o artigo 180 – CF.

art. 2º – A Prefeitura terá um Livro de Tombo, para inscrição dos bens a que se refere o artigo 1º, cujo tombamento será homologado por Decreto, após proposta da Diretoria do Patrimônio Histórico, Turístico e Artístico de Poços de Caldas, ouvido o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA/MG;

(...)

art. 3º – As coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas, mutiladas, reparadas, pintadas ou restauradas, sem prévia e expressa autorização especial da Prefeitura Municipal (...);

art. 4º – Sem prévia autorização da Prefeitura Municipal, ouvida a Diretoria do Patrimônio Histórico, Turístico e Artístico de Poços de Caldas, não se poderá, na vizinhança de coisa tombada fazer edificações que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes sob pena de ser destruída a obra irregular ou retirar o objeto (...);

(...)

art. 6º – A Prefeitura, ouvida o IEPHA/MG, fará, se necessário, a restauração inicial dos imóveis particulares tombados, ficando os proprietários obrigados a zelar pela sua conservação (...)

Como se lê nos artigos reproduzidos da lei, o tombamento ficou submetido a ato do Poder Executivo, além dos proprietários ficarem obrigados a uma série de obrigações de fazer e não fazer a fim de preservar o imóvel tombado.

Em 1992, a elaboração do Plano Diretor de Poços de Caldas e sua aprovação, em

1994, coroa esta terceira fase de proteção ao patrimônio cultural da cidade, consolidando e trazendo novas definições da proteção na esfera jurídica.

Assim, ao recuperar o histórico de defesa do patrimônio municipal, o Plano Diretor começa asseverando que até os anos 80 era sobre o “monumento isolado” que se pensava, “dissociado de seu contexto urbano e protegido apenas por uma legislação coercitiva e primária”¹⁶⁸. Considera ainda que a última listagem de bens de interesse de preservação é insuficiente, ainda mais “se a definição de bem cultural é ampliada, considerando novas categorias como sítios naturais, paisagísticos, edifícios rurais e vernáculos, além de obras de engenharia propriamente ditas”. Ou seja, a listagem prende-se aos “aspectos exclusivos das estruturas arquitetônicas, paisagísticas e urbanísticas”.

É no final dos anos 80, continua o Plano, que os conceitos mudam para “inclusão da noção de entorno do complexo histórico e da qualificação do valor histórico e artístico do conjunto de bens a preservar no Município”¹⁶⁹.

Feita esta avaliação, o Plano Diretor passa para a definição do conceito de Patrimônio Cultural Ambiental Urbano, o qual dará fundamento para as diretrizes que propõe. São três os conceitos que, segundo o Plano, compõem o termo:

Há o patrimônio de origem natural, o quadro de vida do homem, herdado de gerações, que constituíram um meio ambiental para si;

Há, depois, o patrimônio que provém do conhecimento do produtor cultural, daquele que pode criar, da habilidade que é gerada pelo próprio artefato e que se perde quando este desaparece;

E, finalmente, há o artefato, isto é, todo produto direto da ação do homem na cidade.

Nas linhas seguintes, o Plano Diretor de 1992 conclui:

Nesta perspectiva não há lugar para distinções entre monumentos e objetos do cotidiano, entre arquitetura popular e erudita, entre cibernética e folclore, entre paisagem natural e construída.¹⁷⁰

Introduzindo estas novidades no entendimento do patrimônio cultural de Poços, a área central da cidade ganha destaque e outro qualificativo jurídico já que aí estão não só

168 POÇOS DE CALDAS. **Plano Diretor**. Poços de Caldas: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1992, p. 162.

169 Ibidem, p. 162.

170 Ibidem, p. 163.

o Parque José Affonso Junqueira e o complexo Hidrotermal da Fonte Pedro Botelho mas também “as edificações que personalizam a paisagem”¹⁷¹.

Pelos trechos citados fica nítido, por um lado, o distanciamento do Plano Diretor de 1992 em relação ao Plano de Desenvolvimento Integrado de 1970/71. Comparativamente, de fato, enquanto o Plano de 1992 traz alguma discussão sobre o patrimônio, dando destaque à “qualidade e ao significado histórico, paisagístico e artístico das edificações que compõem o entorno do complexo histórico da área central”, o PDI cita apenas os monumentos (estátuas) da cidade e caracteriza a área central como zona de comércio e serviços, com tendência à verticalização, e cujos edifícios não se destacam nem em vulto nem em qualidade arquitetônicas.

Por outro lado, o Plano de 1992 passa a acolher as noções contemporâneas de proteção ao patrimônio; quer dizer, agora o Plano cita expressamente os “objetos do cotidiano” e a “arquitetura popular” além de colocar dentre as diretrizes a integração da preservação do patrimônio construído com as demais atividades urbanas.

O Plano Diretor de Poços de Caldas foi aprovado pela Lei nº 5488 de 1994 que transformou as diretrizes do Plano em normas jurídicas, mas especificamente no artigo 19:

Seção V – Do Patrimônio Ambiental Urbano

art. 19 – São diretrizes da Política de Preservação Ambiental, obedecidos os conceitos e critérios estabelecidos no diagnóstico do Plano Diretor:

I – Elaborar o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Poços de Caldas – IPAC-PC.

II – Regenerar os complexos históricos e incentivar a melhoria da qualidade estética da área central da cidade;

(...)

VI – Definir política global de preservação do patrimônio construído integrada às demais atividades urbanas (...)

A integração com outros setores da dinâmica urbana vinha, por exemplo, no artigo 2º o qual coloca entre os objetivos gerais do Plano Diretor preservar, proteger e recuperar o meio ambiente natural e cultural (art. 2º, inciso III). No capítulo sobre desenvolvimento econômico:

171 Ibidem, p. 164.

art. 12 – São diretrizes da Política de Desenvolvimento Econômico
(...)

III – A nível de preservação e incremento dos atrativos turísticos:

1- preservar e revitalizar o centro da cidade; melhoria e recuperação das fachadas; incentivo à conservação de edificações de interesse e a valorização da arquitetura.

E na seção VI, da Política Cultural:

art. 20 – São diretrizes da Política Cultural:
(...)

IV – desenvolver política cultural que vise a criação, equipamentos e adequação de espaços para manifestações culturais e salvaguarda dos bens móveis do nosso patrimônio histórico e artístico.

A terceira fase legislativa na proteção ao patrimônio cultural de Poços de Caldas é caracterizada também pela elaboração do Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Poços de Caldas – IPAC-PC proposto pelo Plano Diretor. O IPAC foi elaborado em 1998 e adota os conceitos presentes no Plano Diretor da cidade, colocando-se, logo no começo, como “o instrumento fundamental de preservação dos bens que constituem o Patrimônio Ambiental Urbano de Poços de Caldas”¹⁷². Outrossim, o Inventário também se preocupa com o entorno do bem tombado e não apenas com a construção em si.

A preocupação com o entorno vai ser importante sobretudo para a paisagem urbana do centro da cidade, uma vez que no IPAC se consolida o entendimento da área central como pertencente ao contexto urbano onde o bem tombado se insere. Quando o Inventário traz o memorial descritivo do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro (denominação utilizada para referir-se ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Parque José Affonso Junqueira acrescido das praças Getúlio Vargas e Major Luiz Loyola) faz as seguintes considerações quanto à “área do entorno”.

A área tombada do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas não pode ser tratada isoladamente do meio urbano e natural em que se encontra (...). a região abrangida pela área tombada e pelo seu entorno

172 POÇOS DE CALDAS. **Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Poços de Caldas – IPAC-PC**. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 1998.

constitui-se no núcleo central histórico de Poços de Caldas.¹⁷³

O IPAC critica ainda a verticalização excessiva da área porque entra em desarmonia com a arquitetura existente:

A deteriorização da paisagem desta área devido às construções de altos edifícios, se por um lado prejudica a visibilidade do cenário local, por outro quebra a hegemonia arquitetônica ainda existentes. Os elementos naturais, tais como as fontes, a mata e o parque integrado às históricas edificações localizados neste trecho da cidade, formam a típica imagem de Poços de Caldas. Permitir a transformação da região central pode significar a perda de sua função mais importante, a de ser um símbolo da cidade, um cartão de visita.¹⁷⁴

Em relação ao Plano Diretor de 1992, o Inventário inova na utilização do termo “ambiência”, apesar de não definir expressamente o conceito, o que só ocorrerá na Lei Complementar nº 92 de 2007. O IPAC usa o termo “ambiência” no mesmo subitem em que traz as considerações gerais da área do entorno do Complexo Hidrotermal e Hoteleiro; no contexto usado, ambiência está relacionado à dimensão ambiental e cultural da área e à dimensão dos usos e atividades ali desenvolvidos. Nos primeiros trechos onde cita “ambiência” diz:

A existência da área do entorno do tombamento possibilita a proteção de conjuntos e elementos urbanos importantes para a ambiência necessária ao entendimento e fruição do bem tombado. Estes elementos propiciam a vivência e o surgimento das relações sociais típicas, de grande relevância histórico cultural, além de suporte físico para a construção da imagem urbana representativa de Poços de Caldas.

Mas a demarcação do entorno, por si só não assegura a permanência da ambiência e da identidade cultural (...). A qualidade das habitações, o trato das áreas verdes, a renovação das áreas construídas, a tipologia e a altura das edificações, a demolição e a restauração dos imóveis de interesse, os usos e as atividades características e tradicionais; entre outros, tudo isso deve ser considerado sem estancar o natural desenvolvimento urbano.¹⁷⁵

173 Ibidem, sem página.

174 Ibidem, sem página.

175 Ibidem, sem página.

A introdução da noção de ambiência no tema geral de proteção ao patrimônio cultural será importante para que se preserve não apenas a dimensão física do conjunto dos bens tombados mas também sua dimensão subjetiva; ou seja, como foi definido posteriormente na legislação municipal, ambiência é a

Qualidade de determinado lugar, que corresponde a um conjunto de elementos físicos – naturais e construídos – estéticos, cheios de significados, em função dos valores e vivências dos grupos sociais que historicamente constroem a cidade.¹⁷⁶

Por fim, nesta terceira fase, o contorno jurídico da proteção patrimonial é dado pela Lei Complementar nº 74 de 2006, a qual revisa e modifica o Plano Diretor de Poços de Caldas.

A Lei Complementar nº 74 traz algumas alterações na redação anterior do Plano Diretor dada pela Lei nº 5488/93; por exemplo, no inciso III do artigo 2º, a redação que dizia “preservar, proteger e recuperar o meio ambiente natural e cultural” foi modificado para “preservar, proteger e recuperar o meio ambiente e o patrimônio cultural, histórico, paisagístico e artístico municipal”; igualmente, no artigo 5º, inciso I – 2, a redação que dizia genericamente “áreas em que a ocupação urbana deverá ser desestimulada, em decorrência da necessidade de proteção ambiental e cultural” vem agora escrita de forma a separar a proteção ambiental da preservação patrimonial:

art. 5ºB – São diretrizes do ordenamento do território:

(...)

§ 2º – Áreas de Urbanização Restrita correspondem à Zona de Adensamento Restrito – ZAR, Zona de Adensamento Médio – ZAM, e Zona de Proteção Especial – ZPE em que a ocupação deverá ser desestimulada ou contida, em decorrência de:

(...)

III – necessidade de proteção ambiental e de preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural, arqueológico, turístico e paisagístico.

176 POÇOS DE CALDAS. Lei Complementar nº 92 de 2007. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do solo do Município de Poços de Caldas e dá outras providências. Publicado no Jornal de Poços em 28 dez. 2007; Errata publicada no Jornal de Poços em 10 jan. 2008. Disponível em: <http://www.pocosdecaldas.mg.leg.br/legislacao/municipal.php>. Acesso em março 2011.

Além de discriminar mais detalhadamente a preservação do patrimônio em relação a proteção ambiental, a Lei Complementar nº 74 introduz a proteção patrimonial no objetivo geral do macrozoneamento, ausente na legislação anterior, quais sejam:

art. 5ºC – São objetivos gerais da Política de Macrozoneamento e Zoneamento Urbano:

(...)

II – proteger o patrimônio construído e natural em todo território do Município;

XV – criar condições para preservar a paisagem urbana e manter o patrimônio cultural;

(...)

art. 6ºB – Serão fixadas diretrizes especiais para as áreas que, por suas características específicas, demandem políticas de intervenção e parâmetros urbanísticos e fiscais diferenciados, a serem estabelecidos em lei, os quais dever ser sobrepostos ao zoneamento e sobre eles preponderantes, tais como:

I – proteção do patrimônio cultural e da paisagem urbana;

Um ponto importante na Lei Complementar 74 refere-se a introdução da noção de ambiência na redação da lei. Nesta, a proteção ao patrimônio cultural é casada com a questão da ambiência: na Lei Complementar, a seção sobre a proteção da memória e do patrimônio cultural (Seção V) coloca a preservação da ambiência como uma de suas diretrizes, do seguinte modo:

art. 19 – São Diretrizes de proteção da memória e do patrimônio cultural:

I – priorizar a preservação de **conjuntos e ambiências** em relação a edificações isoladas;

(...)

art. 19A – A legislação urbanística em especial a lei de Uso e Ocupação do Solo e a legislação de proteção do patrimônio ambiental e cultural, natural e construído, deverá prever parâmetros que assegurem a preservação da visada da Serra de São Domingos em toda a sua extensão e a preservação do patrimônio existente na área central **incluindo a ambiência em que o mesmo se insere.**

O termo ambiência também é usado em outros momentos da lei, estando vinculado principalmente a área central da cidade:

art. 5º – São objetivos gerais da Política de Macrozoneamento e Zoneamento Urbano:

(...)

XVI – promover a valorização urbanística da área central, **visando preservar sua habitabilidade, ambiência** e seu caráter histórico cultural

(...)

art. 6º – A área central da cidade receberá tratamento diferenciado, de acordo com as seguintes diretrizes de intervenção em sua estrutura urbanística:

I – **preservação de sua ambiência**, patrimônio natural e construído e priorização do uso residencial;

(...)

art. 23 – São diretrizes da política de estruturação do espaço Urbano do Município:

IX – **garantir a preservação da ambiência urbana**, com a proteção dos recursos termais e das matas naturais.

Assim, no zoneamento que propõe, a Lei Complementar 74 caracteriza a área central como Zona de Proteção Especial (ZPE): esta zona, no geral, compreende áreas com restrição à verticalização, visando à preservação das fontes de águas frias e termais, da ambiência e do cenário urbano existentes. A ZPE é ainda dividida em outras três subzonas, a saber: a Zona de Proteção Espacial 1 (ZPE 1) a Zona de Proteção Especial 2 (ZPE 2) e a Zona de Proteção Especial 3 (ZPE 3).

As ZPEs 1 são áreas sujeitas à manutenção de baixas densidades e ao controle de altimetria, visando assegurar a ambiência existente e as visadas da Serra de São Domingos e da Represa Bortolan, observando-se (Lei Complementar 74, art. 6º-A, inciso III-a):

- coeficiente de aproveitamento máximo igual a 1,5
- altura máxima das edificações limitada a 9 metros.]

Contudo, embora a ZPE 1 refira-se expressamente a ambiência, ela não recai sobre o núcleo urbano de Poços de Caldas, mas sim sobre a área norte adjacente ao

centro (conferir mapa 17 de zoneamento).

São as zonas ZPE 2 e 3 que dividem o núcleo urbano da cidade: a ZPE 2 é uma área sujeita a média densidade e ao controle de altimetria, visando assegurar a visadas da Serra de São Domingos, observando os seguintes critérios:

- adoção de coeficiente de aproveitamento máximo dos terrenos igual a 2
- altura máxima das edificações limitada a 12,00 metros, incluindo todos seus elementos construtivos.

A ZPE 3, por sua vez, compreende áreas sujeitas a médias densidades, com maior possibilidade de verticalização, sujeito também ao controle de altimetria para assegurar a visada da Serra de São Domingos, observando:

- adoção de coeficiente de aproveitamento máximo de 3,0
- altura máxima das edificações limitada a 16,00 metros, incluindo todos seus elementos construtivos.

Enfim, esta terceira e última fase da legislação patrimonial de Poços de Caldas é caracterizada pela emergência da proteção legal do patrimônio da cidade com a criação da Diretoria do Patrimônio Histórico, Turístico e Artístico Municipal – DPHTAM. Nesta fase, a legislação afasta-se da conceituação e da disciplina anterior dando início a preservação formal dos símbolos históricos que relembram o passado da cidade, posta como um anseio do povo; assim, o centro urbano ganha uma qualificação jurídica que destaca sua característica histórica e cultural. Além disso, as leis municipais incorporam as noções contemporâneas de patrimônio para além da ideia de monumentalidade e incluem na disciplina de preservação o conceito de ambiência.

Sistematizando, portanto, as leis poços caldense de proteção ao patrimônio cultural local parte de uma situação onde o patrimônio é algo a ser construído, por isso a preocupação em disciplinar o alinhamento das ruas e as medidas das calçadas e lotes. Posteriormente, este patrimônio construído passa por uma fase de descuido legislativo quanto a sua preservação, salvo em relação aos aspectos estéticos das fachadas e da paisagem e da proteção ao parque José Affonso Junqueira; ou seja, não há uma preocupação legal em proteger e preservar o patrimônio construído anteriormente, estando ausente sua qualificação como histórico e cultural e visto como de nenhum vulto ou qualidade arquitetônica. Por fim, emergem as leis de proteção patrimonial que requalificam o núcleo histórico e introduzem o tombamento para melhor preservação dos imóveis locais, somados aí, o entorno dos bens bem como sua ambiência.

Capítulo 7 – A legislação ambiental de Poços de Caldas

7.1. Primeira fase legislativa

Não só as leis de proteção ao patrimônio cultural mas também as leis ambientais influenciam na formação da paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas. A participação das normas na definição de aspectos paisagísticos se esboça na cidade desde a primeira fase da legislação poços caldense, entre os anos 1872 e 1946, quando as leis tinham como pano de fundo o projeto higienista e moderno para a cidade.

A primeira lei municipal de cunho ambiental em Poços de Caldas talvez tenha sido a Lei Municipal nº 2 de 1905 que considerava de utilidade pública e autorizava a desapropriação “amigável ou judicial” do “terreno particular de propriedade do coronel Agostinho da Costa Junqueira, situada a nordeste, norte e noroeste desta Villa”, dizia (art. 1º; art. 3º).

Segundo relata o doutor Mário Mourão, “a fralda da Serra estava com toda a floresta destruída, tendo sido em seu lugar plantadas umas inestéticas roças de milho”¹⁷⁷. Ademais, consoante Homero Ottoni, “a derrubada das matas estava causando, na época das chuvas, enormes enxurradas ruas abaixo naquela encosta”¹⁷⁸.

Foi então que o prefeito David Benedicto Ottoni sancionou a Lei nº 2 autorizando a desapropriação do terreno; esta lei trazia exigência para que uma parte fosse reservada e reconstituída:

art. 5º – Uma vez verificada a desapropriação, o Prefeito deverá mandar levantar, por profissional idoneo, a planta dos terrenos compreendidos na mencionada área, a fim de que sejam discriminados os mananciais que devem ser captados para o abastecimento de água potável, a parte das matas aproveitável como zona suburbana, e a parte que deve ficar reservada e reconstituída.

Não foi preciso, contudo, realizar a desapropriação judicial porque o prefeito Juscelino Barbosa, em 1907, entra em acordo com o dono do terreno:

A ação de desapropriação dos terrenos e mananciais da Serra não teve andamento, porque felizmente pude chegar a acordo para a compra direta

¹⁷⁷ MOURÃO, op. cit., 1933, p. 37.

¹⁷⁸ OTTONI, op. cit., 1960, p. 278.

com o senhor Coronel Agostinho Junqueira, proprietário dos mesmos. Por escritura pública de 31 de maio passado adquiriu o município a propriedade desses mananciais em número de 8 e de 2.214.160 metros quadrados do terreno de matas e capoeiras que constituem a zona de proteção (...).¹⁷⁹

Outras leis de caráter ambiental vigoravam na primeira fase legislativa de Poços de Caldas. Por exemplo, existia a Lei nº 120 de 1919 que tratava da contaminação do solo, proibindo terminantemente em todo o município “a contaminação do solo por meio de fezes humanas” (art. 1º) e a Lei nº 224 de 1928 que autorizava o prefeito a adquirir as terras que ficavam a cavaleiro das matas pertencentes ao município “para melhor defesa dos mananciais de água potável”.

Também havia o Ato Municipal nº 55 de 18 de maio de 1935 que autorizava a doação de um Ginásio e de um terreno de propriedade da prefeitura bem como do manancial que nascia a direita do Ginásio, desde que:

art. 4º – Considerada a necessidade de conservação das matas que circundam a cidade, elemento apreciável na excelência de seu clima, fica entendido que, nos terrenos ora doados, a beneficiada se comprometerá a manter as matas existentes, conservando-as cuidadosamente.

Igualmente, outro Ato de 1935, o Ato Municipal nº 58, continha disposições sobre a abertura de ruas e divisão de lotes: alcançando qualquer loteamento em “terrenos baixos, alagadiços e sujeitos a inundação” ou os lotes que “prejudiquem uma reserva arborizada” o Ato nº 58 falava em “espaços livres” ou “logradouros públicos” a serem destinados para a prefeitura:

art. 2º – Aqueles que pretenderem abrir ruas ou quaisquer vias públicas e lotear os terrenos no município deverão requerê-lo ao Prefeito, satisfazendo as seguintes condições:

(...)

§ único: examinados os títulos apresentados e julgados legítimos a Prefeitura traçará as vias principais de comunicação e espaços livres que julguem necessário ao interesse geral da cidade e a seu sistema geral de

179 POÇOS DE CALDAS. **Relatório apresentado ao Governo de Minas pelo Prefeito Juscelino Barbosa.** São Paulo, Typografia Espíndola, 1907, sem número.

viação (...)

art. 4º – Não poderão ser arruados os terrenos baixos, alagadiços e sujeitos à inundações, antes de tomadas as providências necessárias para assegurar-lhes o escoamento das águas (...);

(...)

art. 10º – Os espaços ocupados pelas ruas, avenidas e outras vias de comunicação não poderão ser inferior a 20% da superfície total do terreno. Deverá, além disso, ser destinada para logradouros públicos (praças, jardins, etc.) uma área correspondente pelo menos

a 6% da área total – na zona urbana

a 8% da área total – na zona suburbana

a 10% da área total – na zona rural

art. 30 – A prefeitura poderá proibir a fragmentação dos terrenos em lotes si forem impróprios à habitação ou si os lotes prejudicarem uma reserva arborizada (...).

Em termos ambientais, a primeira fase da legislação municipal destaca-se principalmente pela proteção dada à Serra de São Domingos e, paralelamente, pela proibição da contaminação do solo, à defesa dos mananciais de água potável, das matas “que circundam a cidade” e das reservas arborizadas.

7.2. Segunda fase legislativa

A segunda fase legislativa de proteção ao meio ambiente em Poços de Caldas estende-se do final dos anos 40 até os anos 80, indo até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Neste período, a proteção ambiental na legislação municipal só começa a ganhar força na década de 80 com as leis de parcelamento e uso e ocupação do solo de 1985.

Até 1970, não foi encontrada nenhuma lei com condicionantes ambientais mais explícitas.

No PDI de 1970/71, poucas são as restrições ambientais que se colocam face a intervenção antrópica. No PDI e na decorrente Lei 2056/1973, as características do sítio urbano não se colocam expressivamente como condicionantes a ocupação urbana, nem os impactos antrópicos são objeto de análise. Existe sim a noção de que as altas declividades não são apropriadas para a construção, porém o plano não relaciona a exigência de áreas verdes ou espaços permeáveis, por exemplo, com os padrões de

tamanho do lote e taxa de ocupação.

Mesmo se pensarmos no mapa de zoneamento de Poços de Caldas contido no PDI os parcelamentos da terra e os lotes pouco tinham de se preocupar com as Zonas de Preservação (art. 10 Lei 2056/73) pois estas incidiam sobre poucas áreas da cidade:

Zonas de Preservação: áreas 'non aedificandi' destinadas à proteção dos recursos naturais e ao reflorestamento. Referem-se a algumas áreas de interesse paisagístico, sobretudo na periferia das demais zonas, devendo em determinados casos, ser definida a sua delimitação pela Assessoria de Planejamento e Coordenação da Prefeitura”

Nem a Lei de Parcelamento do Solo de 1976 – Lei 2420 – regulava de alguma forma direta e específica os loteamentos e lotes frente a questões ambientais, permitindo, do contrário, o arruamento dos terrenos baixos, alagadiços ou sujeitos a inundações, desde que fossem drenados e aterrados (art. 8º) e nada dizia da reserva de áreas verdes nos loteamentos.

Em âmbito federal, a situação não muda muito; quer dizer, também na hierarquia da legislação federal, o parcelamento da terra, até 1979, não era muito conformado por questões de interesse ambiental ¹⁸⁰. Os Decretos-lei existentes (Decreto-lei nº 58 de 1937 e Decreto-lei nº 3079 de 1938) traziam mais regras dos procedimentos administrativos para a aprovação dos projetos e plantas de loteamentos do que exigências ambientais. “Deixavam-se de exigir equipamentos urbanos e comunitários, tais como faixas non aedificandi e locais destinados ao lazer, à saúde e à cultura”¹⁸¹.

O desenvolvimento urbano deixado ao “sabor das improvisações” altera-se com a Lei Federal nº 6766 de 1979 que estabelece os requisitos ambientais mínimos para os loteamentos. Assim, a Lei 6766 proíbe o loteamento em locais inadequados ou até que se providencie o manejo adequado do ambiente como terrenos encharcados, pantanosos, situados a beira de cursos d’água ou em locais que tenham sido aterrados com materiais nocivos à saúde pública, terrenos onde as águas pluviais se acumulem ou com declividade igual ou superior a 30%, onde as condições ecológicas desaconselham a edificação, ou em áreas de preservação (L. 6766/79, art. 3º, § único).

Depois da superveniência da Lei Federal, a Lei de Parcelamento do Solo de Poços de Caldas teve de ser atualizada. Dizia uma mensagem do prefeito ao Poder Legislativo:

180 MACHADO, Paulo Affonso Leme. op. cit.

181 Ibidem, p. 425.

“assim, a Lei Municipal nº 2420 de 17 de maio de 1976, que disciplina o Parcelamento da Terra de Poços de Caldas, necessita não só de reordenamento, como também de melhor adequação aos interesses do Município”¹⁸².

Os novos loteamentos da cidade passam, então, a ser disciplinados pela Lei de Parcelamento nº 3639 de 1985 que dava mais atenção a questão ambiental, porém com a ressalva de que “uma lei de parcelamento não é por si só um instrumento hábil para garantir condições ambientais satisfatórias para a comunidade”¹⁸³. São adotadas algumas áreas “non aedificandi” similares a Lei Federal, mas com redação própria, mais específica.

art. 5º – Além das restrições impostas ao parcelamento do solo no parágrafo único do artigo 3º e no inciso III do artigo 4º da Lei Federal, serão consideradas áreas non aedificandi:

I – as faixas marginais ao longo das águas correntes, na largura de 15m contados a partir das respectivas cotas máximas de cheias;

II – as faixas marginais ao longo das águas dormentes delimitadas conforme os critérios constantes no regulamento;

III – as áreas consideradas de preservação ou controle específicos tais como: áreas de preservação histórica e paisagística, área de proteção de mananciais, bosques, matas naturais, reservas florestais e minerais, áreas consideradas de segurança.

É a primeira vez também que aparece na legislação do parcelamento a obrigatoriedade de reserva de área verde no loteamento:

art. 9º – da área total do loteamento serão destinados, no mínimo:

a) 18% para vias de circulação

b) 12% para as áreas verdes

c) 5% para equipamentos comunitários

art. 10º – a localidade das áreas verdes deverá atender as seguintes disposições:

I – 50% do percentual exigido para as áreas verdes, será localizado pela Prefeitura Municipal em um só perímetro, ficando o restante a cargo do

182 POÇOS DE CALDAS. Processo legislativo da Lei 3639 de 1985. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no Município de Poços de Caldas e dá outras providências. Mensagem nº 00110/84. Localizado na Câmara Municipal de Poços de Caldas. Consulta: junho 2011.

183 Idem.

loteador;

II – Somente será computada como área verde, quando nela puder ser inscrito um círculo com raio de no mínimo 10 metros e que apresente condições para o reflorestamento;

III – Situar-se em área com declividade máxima de 45%.

As exigências ambientais nos bairros continuam praticamente as mesmas na legislação de parcelamento do solo seguinte, a Lei 4113 de 1987.

Nas leis de uso e ocupação do solo, tanto a Lei nº 3638 de 1985 quanto a Lei nº 4161 de 1988, também se alteram, zoneando agora determinadas áreas da cidade como Zona Especial 1 (art. 6º e 10º L. 4161) definida como zona de proteção e preservação:

art. 10º – As zonas especiais se subdividem em Zona de Proteção e Preservação (ZE-1), Zona de Uso Institucional (ZE-2) e Zona de Projetos Especiais (ZE-3);

§ 1º – ZE-1 são os espaços, estabelecimentos e instalações sujeitas à preservação ou controle específico, identificadas da seguinte forma: ZE-1 A – Matas, ZE-1 B – Fundo de Vale, ZE-1 C – Proteção de Mananciais e Barragens, ZE-1 D – Proteção paisagística

O segundo período legislativo, enfim, é caracterizado por uma baixa proteção legal ao meio ambiente ou regulamentação das atividades humanas frente às necessidades de preservação ambiental. Apenas nos anos 80, já no final da segunda fase, aparecem áreas non aedificandi ao longo de águas correntes e dormentes ou em áreas de preservação ou controle específico; aparece também a necessidade de reserva de áreas verdes nos loteamentos e são estabelecidas as Zonas Especiais de proteção.

7.3. Terceira fase legislativa

A terceira fase na proteção ao meio ambiente em Poços de Caldas tem início com a promulgação da Constituição Federal de 1988, consolidando-se com a Lei do Plano Diretor dos anos 90. Neste período, a salvaguarda legal do meio ambiente passa a sustenta-se numa concepção de natureza integrada, diferente da proteção fracionada característica até então.

De fato, o movimento normativo entorno da proteção ambiental nos anos 30 no país é marcada por legislações esparsas e setoriais que não encaram a questão segundo

uma visão inter-relacionada de todos os componentes da natureza, como ilustram o Código das Águas e o Código Florestal de 1934.¹⁸⁴ Segundo Pioli e Philippi:

O Código das Águas brasileiro, de 1934, em que pese na época ser norma avançada e moderna, não tinha como objetivo específico a tutela dos recursos hídricos em bases sustentáveis, mas sim o equacionamento da utilização do recurso com vistas ao desenvolvimento do país, sem relacionar a questão ambiental per se.¹⁸⁵

Porém, o entendimento jurídico de proteção ao meio ambiente sofre um influxo nos anos 70. Com as condições do meio ambiente agravando-se e com o maior conhecimento público de desastres ambientais, a questão ambiental toma fôlego político a partir da década de 60 e culmina, por fim, em 1972, nos 26 princípios da Declaração do Meio Ambiente de Estocolmo. Estes princípios têm por base o entendimento mais integrativo e global do meio ambiente, abordagem introduzida mais tarde na Constituição Federal de 1988. Assevera José Afonso da Silva:

A Declaração de Estocolmo abriu caminho para que as constituições supervenientes reconhecessem o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental entre os direitos sociais do homem, com sua característica de direitos a serem realizados.¹⁸⁶

A proteção ambiental entra então na Constituição de 88 albergada pelo artigo 225, cuja redação diz:

art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações

§ 1º – Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o

184 SILVA, José Afonso. **Direito ambiental constitucional**. 7ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

185 PIOLI, Sulema M. Budin; PHILIPPI Jr, Arlindo. Contextualização nacional e internacional da tutela jurídica do meio ambiente. In: ALVES, Alaôr Caffé; PHILIPPI JR, Arlindo. **Questões de Direito Ambiental**. São Paulo: Editora Signus Editora, 2004.

186 SILVA, op. cit., 2009, p. 69.

manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

Consoante a doutrina de Paulo Affonso Leme Machado, a proteção ao meio ambiente dada pela constituição Federal deve ser interpretado com base em dois princípios fundamentais: primeiro, o Princípio do Direito ao Meio Ambiente Equilibrado, significa a “conservação das propriedades e das funções materiais do meio de forma a permitir a 'existência, a evolução e o desenvolvimento dos seres vivos’”. Ensina Machado que também na esfera jurídica deve as leis ambientais ser entendidas na medida de sua participação nos sistemas naturais:

Alessandro Andronio acentua que o conceito de 'equilíbrio' é, de fato, um conceito fundamental, capaz de fundamentar uma definição holística de 'ambiente', mais correta, no plano teórico, e mais fecunda, no plano prático da tutela: o ambiente é e deve ser considerado também pelo jurista, como um conjunto de fatores naturais em equilíbrio entre eles.

O Princípio do Meio Ambiente Equilibrado deve ser visto em harmonia com o Princípio da Sadia Qualidade de Vida, pois, como afirma Machado, a saúde dos seres humanos vai além do mero diagnóstico da doença presente, “leva em conta o estados dos elementos da natureza – água, solo, ar, flora, fauna e paisagem – para se aquilatar se esses elementos estão em estado de sanidade e de seu uso advenham saúde ou doença e incômodos para os seres humanos”¹⁸⁷.

Sob a vigência da Constituição Federal de 1988, é promulgada em Poços de Caldas a Lei 5488 de 1994 que aprova o Plano Diretor da cidade trazendo novas diretrizes de proteção ambiental.

No Plano Diretor elaborado em 1992, o meio físico é mais detalhadamente descrito em sua relação com as “consequências das ações antrópicas”, diz um dos seus subtítulos, embora considere que o município “carece de trabalhos científicos que permitam conhecer o meio físico e o desempenho deste frente às diversas solicitações da ocupação antrópica em termos reais como potenciais”.

O Plano Diretor começa relacionando as características do solo com as obras de engenharia bem como os aspectos topográficos com a ocupação urbana. Igualmente, num subtítulo específico, as atividades antrópicas frente aos processos de “erosão,

187 MACHADO, Paulo A. L. op. cit., p. 62

assoreamento e poluição de recursos hídricos” ficam mais evidenciadas. Mais a frente, o Plano continua considerando que “a ocupação antrópica próxima ao leito dos rios contribui para o seu assoreamento e poluição” ao mesmo tempo que a mineração “junto às cabeceiras de mananciais, se não for devidamente monitorada, pode concorrer não só para o assoreamento da drenagem, como para a degradação dessas áreas especiais, responsáveis pela recarga dos aquíferos”¹⁸⁸.

O zoneamento de Poços, portanto, passa a apresentar mais Zonas de Preservação Permanente, descritas na Lei 5488/94 como:

art. 5º (...)

I – 3 Zona de Preservação Permanente – áreas cuja ocupação não será permitida em função de suas características físicas e ambientais. Estarão aí especialmente incluídas, tanto na zona urbana como na zona rural, as áreas de matas, de proteção e preservação dos cursos d’água e os topos de morros irradiadores de drenagem, responsáveis pela recarga dos aquíferos

Por outro lado, no Plano Diretor existe uma preocupação mais acentuada com o sistema de drenagem do município, embora seus mandamentos fiquem mais próximos das críticas que vão no sentido de serem um “conjunto de políticas e diretrizes quase sempre inócuas e inoperantes”.

Dentre as diretrizes referentes aos recursos hídricos, a Lei de 1994 propõem “controlar rigorosamente a execução de novos loteamentos, principalmente em áreas de mananciais” (art. 22, inciso II, 4); noutro artigo, o artigo 29, a Lei coloca entre as diretrizes da política de drenagem urbana o estudo de mecanismos que incentivem nos lotes urbanos a formação e manutenção de áreas ajardinadas ou de calçadas com faixas e canteiros gramados e arborizados (inciso I).

A bem da verdade, existia já uma lei que dispunha sobre a ocupação às margens de cursos d’água no município, a Lei 4752 de 1990. Esta Lei obrigava a reserva de área “non aedificandi” na ocupação das margens dos cursos d’água, cuja cobertura vegetal deveria permanecer:

Art. 1º – A ocupação de áreas limítrofes ou seccionadas por cursos d’água

188 POÇOS DE CALDAS. Plano Diretor de 1992. Prefeitura de Poços de Caldas: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1992. p. 188.

a céu aberto, correntes e perenes no Município de Poços de Caldas, deverá atender à reserva de uma faixa “non aedificand” ao longo dos mesmos, obedecidos os seguintes critérios:

I – Mínimo de 15,00m (quinze metros) ao longo das margens, para edificações que venham a ser construídas ou reformadas com ampliação de área em lotes resultantes de parcelamento aprovado sob as exigências da Lei Federal 6766, de 19 de dezembro de 1979, bem como nas glebas ou áreas que tenham sofrido nenhum parcelamento;

II – Mínimo de 3,00m (três metros) ao longo das margens para edificações que venham a ser construídas ou reformadas com ampliação de área nos demais lotes.

art. 2º. As faixas de recuo a que se refere o artigo anterior, deverão permanecer como áreas de cobertura vegetal, não podendo receber qualquer tipo de pavimentação, e ainda cercamento de alvenaria ou concreto, e serão contadas a partir da cota máxima de cheia.

Esta nova fase de proteção ambiental, porém, só vai se fortalecer na legislação municipal sobretudo com a revisão e alteração do Plano Diretor promovida pela Lei Complementar nº 74 de 2006, consolidando a legislação existente e estabelecendo índices urbanísticos mais específicos e restritivos em termos ambientais.

Outrossim, cabe lembrar que as leis de parcelamento e uso e ocupação do solo só ganham nova redação, absorvendo as diretrizes do Plano, nos anos 2000; a lei que vigorou durante todos os anos da década de 90 foi a Lei de Parcelamento 4113 promulgada em 1987, antes, portanto, do Plano Diretor.

Com a Lei Complementar 74, o macrozoneamento de Poços de Caldas apresenta maior quantidade de Zonas de Preservação Permanente (ZPP); as ZPPs estão mais distribuídas em todo o território do município, adentrando os bairros da Zona oeste, sul e leste da cidade. Agora, porém, são definidas da seguinte forma:

art. 6º – A – (...)

I – Zona de Preservação Permanente – ZPP: Compreende as áreas urbanas e rurais, públicas ou privadas, nas quais não será permitida a ocupação, em função de suas características físicas e ambientais, obedecido o seguinte:

(...)

b) abrangem, de acordo com a legislação federal e estadual, áreas de

matas nativas, remanescentes de Mata Atlântica, de proteção e preservação dos cursos d'água, topos de morros irradiadores de drenagem e áreas com declividade superior a 45% e todas as demais áreas protegidas por lei

Um reforço na legislação trazido pela Lei Complementar nº 74 relaciona-se a importância dada a bacia hidrográfica; quer dizer, enquanto a lei 5488 só se refere a “bacia” ou “bacia hidrográfica” dando-lhe uma finalidade administrativa, na Lei Complementar 74 “bacia(s)” e “bacia hidrográfica(s)” são termos usados para descrever os objetivos do macrozoneamento e aparecem associados a políticas de intervenção urbana:

art. 5-C – São objetivos gerais da Política de Macrozoneamento e Zoneamento Urbano:

(...)

XIV – controlar o adensamento e a impermeabilização das bacias de recarga dos aquíferos hídricos e termais;

(...)

art. 22 – São diretrizes da Política de Meio ambiente, observados os conceitos e critérios estabelecidos no diagnóstico do Plano Diretor:

(...)

II – Referentes a ações imediatas de preservação dos recursos hídricos:

(...)

d – controlar rigorosamente a execução de novos loteamentos, principalmente em áreas de proteção de mananciais e cabeceiras, a fim de não agravar o quadro de impermeabilização que tem efeito negativo sobre a drenagem;

e – adotar parâmetros urbanísticos que visem ampliar as condições de permeabilização nas Bacias do ribeirão da Serra, do córrego Vai e Volta e córrego das Pitangueiras, principais bacias de recarga dos aquíferos termais.

Outra novidade da Lei Complementar de 74 é a incorporação dos índices urbanísticos “taxa de permeabilidade” e “coeficiente de aproveitamento”, definidos na lei da seguinte forma:

art. 6º A - (...)

§ 1º – Coeficiente de Aproveitamento é a relação entre a área total construída e a área do terreno, não sendo admitido em seu cálculo descontos de qualquer natureza.

§ 2º – Considera-se taxa de permeabilidade o percentual de área permeável do terreno, em relação à sua área total (...)

A importância dessa incorporação na lei é ilustrada nos critérios das Zonas de Adensamento Restrito, Médio e Preferencial por exemplo, as quais devem observar agora as nova de taxa de permeabilidade mínima e coeficiente de aproveitamento máximo, além de respeitarem a área mínima para os lotes.

art. 6º – A – (...)

IV – Zona de Adensamento Restrito – ZAR: Compreende áreas com restrição ao adensamento, caracterizadas como áreas de recarga de aquíferos hídricos e termais ou com necessidade de manutenção e/ou diminuição de volumes de escoamento superficial, nas quais a ocupação e a expansão urbanas deverão ser desestimuladas, observando-se, no mínimo, os seguintes parâmetros:

- a) adoção de coeficiente de aproveitamento máximo dos terrenos igual a 1,20 (um virgula vinte);
- b) taxa de ocupação máxima de terreno de 50% (cinquenta por cento);
- c) taxa de permeabilidade mínima de 30% (trinta por cento);
- d) novos parcelamentos deverão apresentar área mínima de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados);

V – Zona de Adensamento Médio – ZAM: Compreende as áreas cuja restrição ao adensamento deve-se às limitações do sistema viário e à topografia acidentada, nas quais deverão ser observados, no mínimo, o seguinte:

- a) coeficiente de aproveitamento máximo igual a 3,00 (três);
- b) taxa de ocupação máxima de 80% (oitenta por cento);
- c) taxa de permeabilidade mínima de 10% (dez por cento);
- d) novos loteamentos terão lotes com área mínima de 300,00 m² (trezentos metros quadrados);

VI – Zona de Adensamento Preferencial – ZAP: Compreende as áreas que, em virtude de condições favoráveis ambientais, de topografia e de

infraestrutura existente ou potencial, são passíveis de maior adensamento, devendo ser consideradas prioritárias para a consolidação de novos núcleos de comércio e prestação de serviços, objetivando a despolarização da área central, observando-se, no mínimo, os seguintes parâmetros:

- a) coeficiente de aproveitamento máximo equivalente a 6,5 (seis e meio);
- b) taxa de ocupação máxima de 85% (oitenta e cinco por cento);
- c) taxa de permeabilidade mínima de 10% (dez por cento);
- d) novos loteamentos terão lotes com área mínima equivalente a 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Somam-se a Lei Complementar 74 na proteção ambiental, a Lei de Parcelamento do Solo nº 18 de 2000 e a Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 92 de 2007, as quais alcançam quase todas as atividades da intervenção urbana.

Ausente até então da legislação de parcelamento, a Lei Complementar 18 já inovava introduzindo o termo “bacia hidrográfica”

art. 45 – O escoamento natural das águas nas respectivas bacias hidrográficas não poderá ser prejudicado pelo parcelamento do solo e as obras necessárias deverão ser feitas, obrigatoriamente, nas vias públicas ou em faixas reservadas para esse fim.

Ademais, Lei Complementar nº 18 (alterado pela Lei Complementar nº 105 de 2010), o parcelamento deve reservar 12% do terreno como área verde (art. 72).

Na sua forma, as áreas verdes, caracterizadas como espaços livres, de uso público, com vegetação, destinadas a recreação e lazer (art. 71), devem estar situadas num só perímetro, ter forma geométrica que não comprometa a sua utilização, ter testada mínima de 20 metros e deve nela ser possível inscrever um círculo com raio de 10 metros (art. 73, inciso I).

Mas a porcentagem de áreas verdes está em função das modalidades de zoneamento: nos loteamentos urbanos industriais, destinados à predominância da atividade industrial, a área verde mínima é de 20% (1rt. 106, inciso III), enquanto nos loteamentos Chácaras do Recreio, destinados para fins de lazer, 25% são reservados às áreas verdes.

Administrativamente, a Prefeitura fica autorizada a exigir qualquer outro projeto necessário à segurança, à salubridade, à habitabilidade e à preservação ambiental

(redação inexistente nas leis anteriores) (art. 22, § 2º).

A Lei de Uso e Ocupação do solo por sua vez, começa regulamentando alguns critérios específicos para as Zonas definidas na Lei Complementar 74, como o Coeficiente de Aproveitamento máximo de 0,10 para a Zona de Proteção Ambiental, com taxa de permeabilidade mínima de 90%. (art. 5º, § 4º, Anexo II).

Em suma, a terceira fase de proteção legislativa ao meio ambiente em Poços de Caldas é apoiada nas novas abordagens ambientais de âmbito nacional e internacional abrindo caminho para a proteção mais integrativa do meio ambiente. Nesta última fase, a disciplina ambiental é entendida no seu conjunto e está relacionada com as atividades do homem sobre o meio, concepção trazida sobretudo pelo Plano Diretor de 1992 e consolidada pela legislação dos anos 2000. São estabelecidas diferentes zonas de preservação, é dada ênfase ao sistema hídrico da cidade, e são adotados coeficientes urbanísticos relacionados diretamente com a preservação do meio ambiente, como o coeficiente de aproveitamento e a taxa de permeabilidade além do tamanho mínimo para os lotes em áreas consideradas críticas para a proteção dos aquíferos locais.

No geral, a legislação poços caldense de proteção ambiental evoluiu de uma proteção parcelada do meio ambiente, específica de alguns elementos como das matas da Serra de São Domingos e dos mananciais de abastecimento, para uma situação onde são disciplinadas na lei áreas non aedificandi e áreas verdes nos loteamentos, até chegar a quadro atual onde a proteção legislativa tenta integrar o meio ambiente como um todo com as diversas atividades antrópicas, procurando uma proteção mais efetiva e eficiente da natureza.

8 – Aspetos paisagísticos da legislação municipal.

8.1. Primeiro período da legislação municipal

8.1.1. O alinhamento e as calçadas

Na paisagem urbana de Poços de Caldas, desde as primeiras décadas de construção da cidade as leis municipais participaram da sua conformação, seja no alinhamento das ruas, no tamanho das calçadas ou mesmo na proteção de determinadas matas.

Uma das influências foi o alinhamento das ruas. Este não era medida exclusiva de Poços de Caldas porque regras sobre alinhamento de vilas já existirem desde o período colonial no Brasil. A propósito da evolução da legislação urbanística no Brasil, José Afonso da Silva assevera que já nas Ordenações do Reino haviam princípios básicos e genéricos de ordenação das povoações¹⁸⁹. A Carta Régia de criação da Capitania de São José do Rio Negro de 1755, por exemplo, continha regras cujos termos obrigavam “delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas”; ordenava também que “as casas sejam sempre fabricadas na mesma figura uniforme na parte exterior (...) para que desta sorte se conserve sempre a mesma formosura da Vila e nas ruas dela a mesma largura que se lhe assinar na fundação”¹⁹⁰.

Do alinhamento ordenado para Poços de Caldas, especificamente, podemos ver no mapa 5 abaixo os primeiros traçados feitos pelo engenheiro Soares do Couto: pode-se observar que as vias e quarteirões ocupam a planície compreendida entre o antigo morro do Itororó a leste, Serra de São Domingos ao norte, e morro de Santa Cruz a sudoeste.

O alinhamento traçado por Soares do Couto, contudo, só foi executado alguns anos mais tarde por Giovanni Battista Pansini, Carlos Maywald e Antônio Teixeira Diniz. Nos trabalhos destes três personagens, devemos chamar a atenção para a influência europeia na conformação da paisagem urbana da cidade.

189 SILVA, J. A. op. cit., 2010.

190 Ibidem, pg. 51.

Mapa 5: Alinhamento feito por Soares do Couto. O traçado das ruas obedece um desenho geométrico de quarteirões quadriculados e ruas retas e ortogonais entre si. Fonte: OTTONI, 1960.

Giovanni Battista Pansini era tirolês, chegou em Poços de Caldas no ano de 1878 e foi o responsável por várias obras na cidade, levando Mário Benedictus Mourão chamar de décadas de Pansini os anos 80 e 90 do século XIX¹⁹¹. Na paisagem, além do alinhamento, Pansini assinou o projeto de várias vilas e chalés, caracterizados pelos “telhados de duas águas que constrói no final do século e que logo faz o gosto de veranistas assíduos que passam a encomendar-lhe seus próprios chalés onde passariam em alto estilo as estações”¹⁹². Dentre os chalés, podemos citar como de sua autoria o Chalé Procópio (hoje Instituto Moreira Sales) e o Chalé Honório Dias (hoje Colégio Integral).

Carlos Maywald, por sua vez, era originário de Breslau na Alemanha e diplomou-se em engenharia civil e arquitetura. Em Poços de Caldas, Maywald destacou-se pelas suas qualidades como desenhista, auxiliando Pansini no projeto das vilas e chalés. Três chalés são de sua autoria¹⁹³: na rua Paraíba dois chalés onde hoje funciona o Teart Maison e, na esquina da rua Paraíba com a rua Goiás, o chalé que abriga hoje a Climep. Sobre o

191 MOURÃO. B. M. **Quarteto construtor de Poços de Caldas e epopeia de Pedro Sanches**. Poços de Caldas: Gráfica Sulminas, 1998.

192 MARRAS, op. cit. p. 79.

193 MOURÃO. op. cit., 1998

alinhamento, Mário Mourão assim registra sua contribuição:

Disse-nos certa vez outro competente artista desses tempos, Henrique Nickel, que esse plano fora ideado e traçado de acordo com a planta de várias cidades alemãs que Carlos Maywald copiou de acordo com as sugestões dadas principalmente por Pansini que foi a alma desse notável empreendimento.¹⁹⁴

As imagens abaixo (imagens 4 e 5) são alguns fragmentos dos desenhos do alinhamento feitos por Carlos Maywald a época. As duas imagens mostram uma área próxima a fonte Sinhazinha, a norte da praça Senador Godoy (atual Pedro Sanches): a imagem 4 destaca, na horizontal, o traçado da rua Direita (Paraíba) e da rua Sete de Março (Pernambuco); a imagem 5, uma área um pouco mais a leste, mostra o traçado na vertical da rua Marques do Paraná (Assis Figueiredo) e Marques do Herval (Rio Grande do Sul).

Imagem 4: Desenho 1 confeccionado por Carlos Maywald. Na imagem é destacada, na horizontal, o traçado da rua Direita (Paraíba) e da rua Sete de Março (Pernambuco). Fonte: acervo particular de Roberto Tereziano (material adquirido com o neto de Maywald)

194 MOURÃO. op. cit., 1998, p. 160.

Imagem 5: Desenho 2 confeccionado por Carlos Maywald. Estão traçados, na vertical, a rua Marques do Paraná (Assis Figueiredo) e Marques do Herval (Rio Grande do Sul). Fonte: acervo particular de Roberto Tereziano (material adquirido com o neto de Maywald).

A influência europeia na urbanização de Poços de Caldas talvez também possa ser expressa pelos projetos desenvolvidos por Saturnino de Brito para a cidade, se bem que atuando já nos anos 1920.

Segundo José Geraldo Simões Junior, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, junto com Victor da Silva Freire e Francisco Prestes Maia, foram pessoas que trouxeram a influência do urbanismo germânico para o Brasil¹⁹⁵. A Alemanha no final do século XIX havia formado uma prática de planejamento urbano que tornou-se hegemônica na nascente urbanismo da época, sendo difundida através de seminários (Erst Deutsche Städteausstellung – Dresden 1903; Internationale Städtebau-Ausstellung – Düsseldorf 1912) e periódicos (Der Städtebau). Com destaque para os nomes de Reinhard Baumeister, Joseph Stübben e Camillo Sitte, os princípios da urbanística germânica incluíam, dentre outros:

¹⁹⁵ SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. A contribuição germânica para a construção do urbanismo moderno (1870-1930) – referência para os primeiros projetos urbanos de São Paulo. **Revista Martius-Staden-Jahrbuch**, São Paulo, nº 58, p. 55-79, Ed. Instituto Martius-Staden, 2011.

- definição de normativas para o alinhamento das fachadas das edificações ao longo das ruas (Baufluchtlini) e dos efeitos visuais de perspectiva decorrentes deste alinhamento no traçado das ruas (Straßenfluchtlinie);
- implantação do instrumento do zoneamento como medida de controle para a ocupação e ordenamento, tanto das áreas consolidadas como nos novos bairros projetados.¹⁹⁶

Afirma Simões Junior:

Dentre os urbanistas atuantes nessa cidade [São Paulo], cabe destacar alguns: Victor da Silva Freire, Francisco Saturnino Rodrigues de Brito e Francisco Prestes Maia, três engenheiros-urbanistas, nos quais a presença do ideário germânico é claramente expressa nos diversos planos e fundamentações teóricas elaboradas (...).¹⁹⁷

Em Poços de Caldas, Saturnino de Brito elaborou projetos e obras de saneamento, de abastecimento de água e de drenagem de águas pluviais¹⁹⁸. Para Carlos Eduardo Pozzer, quando Saturnino de Brito falava em “aformosamento das cidades” este conceito “não se limitava a obras de embelezamento, mas a uma operação estética que estabelecia diretrizes técnicas para a expansão urbana.”¹⁹⁹

Antônio Teixeira Diniz, o Nhonhô Diniz, por último, não era diplomado, mas exercia relativa influência nos rumos da cidade pelo seu conhecimento empírico do terreno local e por seu caráter matuto e eloquente²⁰⁰. A presença de seu nome entre os responsáveis pelo alinhamento, outrossim, faz crer sobre o consórcio necessário entre gente da terra, médicos e autoridades públicas para que o projeto da estação balneária fosse levado a cabo²⁰¹. Isto é, a construção da estação hidrotermal não se daria apenas pelo impulso de médicos e governantes; era preciso também que os ideais modernos e civilizados fossem filtrados pela lógica familiar reinante nas terras poços caldense. Stelio Marras assevera:

196 SIMÕES JUNIOR, op. cit. p. 70

197 Ibidem, pg. 73

198 POZZER, op. cit.

199 Ibidem, pg. 40.

200 MOURÃO, op. cit., 1933.

201 MARRAS, op. cit.

A transformação abrupta da paisagem natural e social daquelas terras planaltinas onde ocorriam as águas curativas, mesmo a edificação veloz da cidade balneária, não se fez senão se vinculando tais influxos de modernidade, ciência médica e arrojo político à tradição local dominante e sua raiz rústica. O interesse médico e o interesse político da província mineira se conjugaram à lógica mediadora do familiarismo da terra, muitas vezes para que fosse possível encaminhar as soluções decisivas à realização dos planos da estância hidroclimática.²⁰²

Interessante notar que este alinhamento deu um novo contorno a urbanização que se processava até então; quer dizer, Poços de Caldas já não era como a maioria dos núcleos urbanos católicos brasileiros de crescerem entorno de uma Igreja central, como no caso de Caldas, por exemplo, do qual Poços foi distrito até 1880 e que “também nasceu numa lombada em torno duma Capela: a Ermida de Nossa Senhora do Patrocínio do Rio Verde de Caldas”²⁰³. Poços de Caldas, ao contrário, cresceu tendo como centro as fontes de águas termais a partir das quais foram erguidas casas, hotéis e balneários.

Na fotografia de 1880 reproduzida na pintura de Barbosa Gonçalves em 1919 (Imagem 6 - a mesma onde Marras flagra as cruzes plantadas no alto do morro de Santa Cruz e do Itororó) podemos ver um amplo largo central, cortado por um ribeirão, ao redor do qual se dispõem as construções. No fundo da pintura, no pé do morro de Santa Cruz, estão perfiladas algumas construções no que hoje seria a rua Junqueiras; do lado direito, na parte oeste do largo, três casas se enfileiram, sendo uma delas a casa do Coronel Agostinho Junqueira, posteriormente demolida para dar lugar a atual praça José Afonso Junqueira; do lado esquerdo, a leste, vemos uma dezena de casas construídas próximas ao morro do Itororó, terreno cortado pelas ruas Assis Figueiredo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

No geral, a pintura nos leva a crer que a incipiente urbanização não seguia qualquer princípio de alinhamento mais definido, sendo as ruas cortadas à conveniência dos particulares. Com efeito, o relato de um morador da época, Chico Custódio, transcrito por Mário Mourão, nos fala das “casas de barreado, de sapé, ranchos muito toscos, colocados aqui e acolá, sem o mínimo intuito de alinhamento, nem preceitos municipais”²⁰⁴. Isso nos faz imaginar que se não fosse as leis que cuidaram do

202 Ibidem, p. 42.

203 BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CALDAS. **História de Caldas**. Caldas, sem data, sem numeração.

204 MOURÃO, op. cit. 1933, p. 235.

alinhamento, o traçado da cidade seria muito mais tortuoso.

Imagem 6: Pintura de Barbosa Gonçalves -1919 – modificada. Na foto tentamos reproduzir o alinhamento das ruas com as linhas traçadas em preto. Fonte: Acervo do Museu Histórico Geográfico de Poços de Caldas.

Quanto as calçadas, estas apresentam de fato largura considerável na zona urbana, e aí, a influência jurídica talvez fique mais perceptível se fizermos um exercício de comparação com outras calçadas construídas na mesma época: assim, se compararmos a calçada da rua Barão do Campo Místico (foto 3), adjacente a zona urbana, na direção sudoeste, com a calçada em frente a praça Pedro Sanches (foto 4) – antiga praça Senador Godoy – observamos claramente a diferença de largura entre as duas. Embora a calçada da praça Pedro Sanches não obedeça aos três metros obrigatórios da lei e apesar de outras condicionantes que podem ter influenciado nas medidas das calçadas, a Lei nº 16 parece ter contribuído efetivamente para o tamanho dos passeios da zona urbana.

Foto 3: Calçada rua Barão do Campo Místico. A calçada é estreita, com cerca de 1 metro e meio, tem o revestimento desgastado que não segue um padrão uniforme em toda sua extensão. Autor: Jonas Dias de Souza. Data: Janeiro 2012.

Foto 4: Calçada praça Pedro Sanches. A Calçada é larga, com cerca de 2 metros e meio, possui revestimento novo e uniforme. Autor: Jonas Dias de Souza. Data: Janeiro 2012.

8.1.2. A preservação da Serra de São Domingos

No primeiro período da legislação municipal, a paisagem urbana também foi influenciada pela preservação das matas Serra de São Domingos; embora “não fosse dado andamento a ação de desapropriação dos terrenos e mananciais”, a Lei nº 2 de 1905 que autorizava a desapropriação representa o começo jurídico de proteção da Serra, especialmente se considerarmos a incipiente destruição das matas relatada pela historiografia local.

A iniciativa para a preservação da mata e mananciais da Serra de São Domingos estava dentro daquela concepção moderna e higiênica que dominava a construção da estância balneária de Poços de Caldas. Sem negar algum intuito preservacionista ambiental, fato é que a necessidade de proteção das matas tinha o apelo médico higienista por detrás. Escrevia o Dr. Pedro Sanches em 1904:

Esta mata quase desapareceu hoje, por amor do machado e do fogo, apesar de meus veementes protestos. Nunca se viu maior desprezo pelos conselhos da higiene.²⁰⁵

Não só a Serra, mas toda a paisagem natural da cidade parece, realmente, ser interpretado conforme o projeto de estância hidrotermal traçada para Poços de Caldas. Pedro Sanches, por exemplo, citava os aspectos naturais da cidade como o que poderia tornar Poços uma verdadeira estância balneária:

Assim, o que mais falta aqui, as árvores, as flores, a relva, é justamente o que é mais fácil de se obter, porque a fertilidade do nosso solo é espantosa (...). É impossível que haja nos Poços de Caldas, atualmente, uma só pessoa, medianamente instruída, que acredite que as árvores causem umidade e produzam reumatismo, quando o fim delas ao invés disto é sanar a atmosfera, secar o solo e acabar com a reuma. Quando se começou a povoação em 1873, uma longa e bela floresta de pinheiros flanqueavam o Ribeirão de Poços, sombreando as suas duas margens. Esse Floresta não devia ter sido destruída, para se fazerem casas, mas sim conservadas, ao passo que as ruas podiam ser orladas de pinheiros e as casas edificadas em meio do pinheiral, como em Luchon.²⁰⁶

205 LEMOS, op. cit., p. 153. Nota de rodapé.

206 Ibidem, pg. 149-50.

De fato, segundo Stelio Marras, a vegetação continuaria existindo, “calculadamente construídas”, por razões terapêuticas. Afirmo o autor:

A mata, evidentemente, seguiria existindo – por razões mundanas de veranismo, por razões terapêuticas de curismo, sobretudo pela aliança de ambas. Mas a vegetação e paisagem calculadamente *construídas*, como dali a poucos anos os jardins à francesa ou o Posto Zootécnico (...).²⁰⁷

Depois da Lei nº 2 de 1905, a proteção legal da Serra de São Domingos é mantida nos anos seguintes, mas sob diferentes instrumentos jurídicos.

Na década de 70, a Serra bem como outras áreas de “interesse paisagístico” são definidas pela Lei nº 2056 como Zonas de Preservação (Z.P., art. 10º, inciso VII). Posteriormente, a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Poços, a Lei nº 3638 de 1984, considerava a Serra de São Domingos como Zona Especial (Z.E., art. 10º, § 1º). Em 1988, a Lei 4197 transformava a Serra em Parque Municipal de Poços de Caldas. Depois, a Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, no art. 84 dos atos e disposições Constitucionais transitórias, tomba a Serra como um monumento natural. Nos anos 90, a Serra de São Domingos é considerada Zona de Preservação Permanente (Z.P.P.) pela Lei 5488 (art. 5º, inciso I, alínea 3) e, paralelamente, é também listada no IPAC-PC de 1998 como patrimônio natural.

8.2. Segundo período da legislação municipal

8.2.1. A proteção ao Parque José Affonso Junqueira

Na segunda fase da legislação de Poços de Caldas, destaca-se sobretudo, em termos patrimoniais, a proteção ao Parque José Affonso Junqueira. As leis que disciplinavam a colocação de anúncios e cartazes de forma a não prejudicar o aspecto das fachadas ou da paisagem não foram leis que deixaram marcas na paisagem, pelo menos não facilmente apreciável em nosso tempo.

O Parque foi projetado no final da década de 20 pelo arquiteto Eduardo Pederneiras e pelo engenheiro Ramos de Azevedo; é composto pelas Termas Antônio Carlos, Pálace Hotel, Pálace Casino, Café Concerto, Coreto e pela fonte Pedro Botelho e jardins adjacentes, executados pelo paisagista Reynaldo Dierberger.

Apesar da sua importância histórica, o Parque José Affonso Junqueira sofreu ao longo dos anos ameaças de descaracterização de seu conjunto paisagístico,

²⁰⁷ MARRAS, op. cit., p. 69. grifos no original.

principalmente devido a ideias como a da Hidrominas, administradora do Pálace Hotel, de construir piscinas nos jardins exteriores ao Hotel.

Na verdade, todo o patrimônio cultural de Poços de Caldas sofre com algumas descaracterizações tanto pela construção de edifícios que desarmonizam do conjunto como pela demolição de algumas construções do passado.

A construção de prédios de 10, 12 e mais andares teve voga em Poços de Caldas como representantes da modernidade e do progresso da Estância²⁰⁸; “os edifícios verticais – afirma Pozzer – que já na época caracterizavam as grandes metrópoles brasileiras, eram apresentados como símbolos de progresso para Poços de Caldas”²⁰⁹.

Com a falta de disciplina legal as construções eram erguidas em desatenção da paisagem histórica local, embora houvesse disposição legal disciplinando a colocação de anúncios e cartazes para a proteção das fachadas e da paisagem. Neste momento, porém, Poços de Caldas concentrava suas energias na busca de alternativas econômicas que compensassem os prejuízos advindos da proibição dos jogos em 1946 e das novas descobertas na área da farmacologia.

A exploração dos jogos em Poços de Caldas começou muito cedo, associado ao emergente turismo médico e hidrotermal da vila no final do século XIX. Este era inclusive o modelo que chegava das modernas estações hidroterápicas europeias que misturavam apresentações de óperas e teatros, divertimento nos jogos com o turismo termal²¹⁰.

Em Poços de Caldas não foi diferente e, realmente, a exploração do “filão do jogo” se deu no mesmo tempo em que ganhava força e fama a estância balneária mineira. E foi Antônio Teixeira Diniz, o Nhonhõ Diniz, futuro Barão do Campo Místico, um dos primeiros a explorar a renda dos jogos; amigo de infância do Coronel Junqueira, homem “muito perspicaz”, ali em “uma terra onde chegavam punhados de forasteiros, mal abrigados em barracos”, Teixeira Diniz abriu logo o Hotel do Nhonhõ ao mesmo tempo onde “tinha seu clube de jogo”²¹¹.

Até Pedro Sanches reclamava mais salas de jogos para que Poços se tornasse uma verdadeira estância balneária. Dizia: “urge que se faça em Poços de Caldas um Cassino com teatro, salas de concerto, de conversação, de jogos, etc.”²¹².

Foi o que aconteceu. Nas primeiras décadas do século XX, a pequena cidade já contava com pelo menos 11 cassinos: Cassino Politeana, O Ponto, Bridge Club, Radium,

208 POZZER, op. cit.

209 Ibidem, p. 79-80.

210 MARRICHI, op. cit.

211 MOURÃO, op. cit. 1933; MEGALE, op. cit.

212 LEMOS, op. cit., p. 149-50.

Gibimba, Cassino da Urca, Líder, Imperial, Imperial Azul, Cassino Quisisana e o Pálace Casino.

Consequentemente, toda uma economia se desenvolveu associada às atividades dos jogos, funcionando bares, restaurantes e hotéis²¹³.

Um pouco antes da proibição dos jogos, entrava em cena também os novos antibióticos desenvolvidos pela farmacologia (a penicilina foi descoberta em 1928 por Alexander Fleming) que abalaram a crença na eficácia das águas sulfurosas.

Dá para imaginar o impacto nas principais bases econômicas de Poços de Caldas que esses dois acontecimentos ocasionaram (o setor primário, sobretudo a produção de café e laticínios, era outro pilar econômico do município). O Poder Público, então, foi obrigado a procurar alternativas para a combalida economia local.

Favorecida pela presença de importantes jazidas minerais no Planalto de Poços, a cidade passa a atrair indústrias do setor (o Plano de Desenvolvimento Integrado 1970/1971 chama a atenção também para a proximidade de duas subestações hidrelétricas: a Central Elétrica de Furnas e a subestação da Centrais Elétricas de Minas - CEMIG); já em 1953, Poços recebe o Departamento Nacional de Produção Mineral e, em 1955 ganha as instalações da Companhia Brasileira de Alumínio²¹⁴.

A industrialização vai se consolidar nos anos 70 com o fortalecimento da indústria local e a chegada de fábricas de grande porte. Dentre as indústrias de destaque podemos citar a Fábrica de Fertilizantes Mitsui, que entrou em operação em 1968, a Mineração Curimbaba, a Cerâmica Togni e a Fábrica de Alumínios Alcoa.

Conjuntamente com a industrialização, cresce também a população absoluta de Poços (tabela 1).

Tabela 1 – Evolução da população absoluta	
Fonte: PDI 1970/1971	
Ano	População
1890	1.830
1900	2.161
1920	14.587
1940	19.972
1950	25.831
1960	38.843
1970	57.565
1980	86.972

213 MEGALE, op. cit.; POÇOS DE CALDAS. **Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI, 1970/71**. Poços de Caldas: Consultec, 1970/1971.

214 POZZER, op. cit.

O crescimento populacional conformou-se em risco para o patrimônio histórico local devido a pressão habitacional e econômica exercida sobre a área onde se localiza o patrimônio cultural.

Sem um instrumento legal forte para a proteção do patrimônio, o antigo centro construído décadas antes passa a sofrer descaracterizações. Conforme o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Poços de Caldas produzido anos depois, “durante esse período, a área que é hoje objeto de nosso interesse 'hibernava' pacientemente, resistindo ao descaso, às pequenas descaracterizações e algumas agressões irreversíveis”²¹⁵.

Neste contexto, o conjunto do Parque José Affonso Junqueira foi posto sob proteção jurídica do Plano de Desenvolvimento Integrado de 1970/1971 com a sua definição como Zona Especial 1, depois consolidado pela Lei 2056.

Por outro lado, entretanto, esta proteção jurídica do Parque promovida pelo PDI, deve ser ponderada em relação às críticas feitas aos PDIs da década de 70.

Para Flávio Villaça, os PDIs dos anos 60 e 70 eram Planos ideológicos na medida em que eram instrumento de manipulação e dominação de classe e de imposição de uma perspectiva hegemônica. No Brasil, “sendo apenas discurso, o planejamento é uma fachada ideológica, não legitimando ação concreta do Estado, mas, ao contrário, procurando ocultá-la” assevera Villaça²¹⁶.

Segundo o autor, o país vivia um momento em que a hegemonia da classe dominante não era tão bem imposta devido a crescente urbanização e a tomada de consciência da classe trabalhadora. Neste momento

As transformações sofridas pelo planejamento urbano representaram formas de adaptação do discurso hegemônico à nova realidade urbana no sentido de ter uma versão para explicar e justificar o fracasso da classe dominante na solução dos problemas que se agravam nas cidades.²¹⁷

Assim entendidos, a crítica de Villaça a tais Planos vão em três direções: I) eram planos elaborados fora da realidade e do cotidiano político administrativo dos municípios, algo que caía do céu nas repartições, tornando-os impraticáveis; II) a totalidade e globalidade dos Planos Integrados contrastava com a especialização e setorialização da

215 POÇOS DE CALDAS. **Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Poços de Caldas – IPAC-PC (1998)**. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 1998.

216 VILLAÇA, Flávio J. M. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam/EDUSP, 1999, p. 191.

217 Ibidem, p. 189.

esfera pública; III) os Planos eram tão gerais que, na verdade, não se dirigia a nenhum órgão específico, tornando difícil sua consecução.

A questão de fundo, entretanto, era que quanto mais complexos e abrangentes tornavam-se os planos, mais crescia a variedade dos problemas sociais nos quais se envolviam e com isso mais se afastavam dos interesses reais da classe dominante e portanto de sua possibilidade de aplicação.²¹⁸

A análise de Csaba Deák também pontua o excessivo conteúdo presente nos Planos. Diz:

Tais Planos, mais por falta de critérios de delimitação do campo do que seria 'planejamento urbano' do que por arroubos de ambição excessiva, abrangiam todos os aspectos possíveis e imagináveis da vida das cidades, desde obras de infraestrutura física até a renovação e o desenho urbano, ordenação legal do uso do solo e da paisagem urbana, até a provisão de serviços pouco espaciais específicos quanto saúde e educação.²¹⁹

Conclui o pesquisador afirmando que tais Planos não eram aplicados e que acabaram desaparecendo na década de 80. “Virou lugar comum – *diz o autor* – os planos 'ficarem na prateleira' e os meados dos anos 70 representam a extinção dos Planos Integrados”²²⁰.

De fato, o Plano de Desenvolvimento Integrado de Poços de Caldas possui muitas das características descritas acima, mas não foi um Plano totalmente destinado “as prateleiras”, pelo menos na esfera jurídica. Apesar de ser um Plano prolixo nos conteúdos (cuida desde a infraestrutura urbana até questões administrativas e do sistema de saúde e educação) o PDI desdobrou-se na Lei nº 2056, que fixa os objetivos e as diretrizes básicas do Plano Urbanístico de Poços, e na Lei nº 2432, que fixa normas de zoneamento de uso do solo, sendo relevante, portanto, juridicamente.

Assim, se o PDI de Poços de Caldas não pode ser considerado totalmente inócuo, a proteção ao Parque José Affonso Junqueira pode ser creditada em parte a sua

218 Ibidem, p. 214.

219 DEÁK, Csaba. O processo de urbanização no Brasil. Falas e façanhas. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo** ... op. cit., p. 13.

220 Ibidem, p. 14.

delimitação legal como Zone Especial 1, a qual contribuiu para a manutenção do parque na paisagem urbana da cidade.

8.3. Terceira fase da legislação municipal

Antes de analisarmos o aspecto paisagístico da terceira fase legislativa, cabe novamente, para melhor avaliarmos o Plano Diretor de Poços de Caldas, citar brevemente o trabalho de Ítalo Caixeiro Stephan sobre a aplicabilidade do Plano Diretor da cidade.

Segundo Stephan (2005), os Planos Diretores da década de 90 são generalistas; isto é, fugindo da complexidade e da tecnocracia que marcaram o período anterior, a característica dominante nos novos Planos são as diretrizes gerais e princípios abstratos, os quais, contudo, nunca são efetivados. Afirma o autor:

Na prática, os Planos não passam de conjuntos de políticas e diretrizes quase sempre inócuas e inoperantes. A maioria dos poucos Planos teve seu conteúdo limitado a políticas, objetivos e diretrizes gerais. São Planos formulados quase sempre com dispositivos não autoaplicáveis.²²¹

Para verificar então a aplicação dos Planos Diretores que analisa, Stephan classifica os artigos da lei que aprova o Plano em artigos autoaplicáveis e artigos não autoaplicáveis. No caso da Lei 5488/93, o autor classifica como autoaplicáveis os artigos 5º, 6º, 7º § 3º, 33 incisos I e II, 35, 36 e 39; porém, considera (ou constata) que só foram obedecidos os artigos 5º, 6º e 33 (os dois primeiros cuidam do zoneamento e o último trata dos Instrumentos de Implantação do Plano Diretor). “Para um Plano bem elaborado – *conclui* – os resultados referentes a sua aplicação são insignificantes”²²².

Se a baixa aplicabilidade do Plano Diretor de Poços de Caldas se deve a não aplicação dos artigos classificados por Stephan, o mesmo não se pode dizer em relação ao artigo 19; quer dizer, o artigo que disciplina o Patrimônio Ambiental Urbano teve alguns desdobramentos práticos na administração municipal, embora não fosse completa sua aplicação.

Por um lado, é verdade, o Plano Diretor de Poços de 1992 é um Plano cheio de diretrizes e objetivos gerais, os quais, a maioria talvez, tenham sido inócuos e inoperantes. “Ressente-se, parcialmente, da efetiva implantação das propostas

221 STEPHAN, Ítalo Caixeiro. **A aplicação dos planos diretores e leis do uso e ocupação do solo em cidades de médio porte demográfico, no estado de Minas Gerais, no período 1988-1998**. Tese (doutorado em arquitetura) Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: 2005, p. 155.

222 Ibidem, p. 242.

elaboradas pelo conjunto de diretrizes, apesar de sua instituição por Lei” constata realmente a Revisão do Plano Diretor (Diagnóstico Preliminar) de 2006.

Contudo, a mesma Revisão pondera:

No campo das diretrizes para estruturação urbana é onde mais se evidenciam os efeitos da não implementação das diretrizes propostas. Por um lado, a revisão da legislação urbanística decorrente das definições do Plano Diretor não ocorreu e, por outro, foram feitas ampliações no perímetro urbano que contrariam o macrozoneamento proposto. **No entanto, é importante ressaltar os avanços ocorridos no tratamento da área central, em especial, na recuperação de seu Patrimônio Cultural.**²²³

Mais a frente, complementa:

Nos anos noventa, a municipalidade realizou importantes ações de recuperação de uma série de bens tombados de sua propriedade (destacando-se os prédios da Villa Junqueira e do antigo Cassino da Urca) e de propriedade do governo estadual, com administração municipalizada mediante convênios (ressaltando-se o Palace Cassino e as Thermas Antônio Carlos), e implementou o programa Poços Centro Vivo, que resultou na reforma e restauração do Parque Pedro Affonso Junqueira e na requalificação de várias áreas do centro. E, 1995, foi realizado o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Poços de Caldas – IPAC-PC, revisado em 1998. Em 2002, foi iniciado novo processo de revisão, com nova formatação das fichas dos imóveis listados – padrão IEPHA – visando a inclusão e/ou exclusão de bens (...).²²⁴

Sobre a área central, a Revisão igualmente “ressente-se das alterações propostas na legislação urbanística para a área”, mas ao mesmo tempo ressalta “que no período decorrido desde a elaboração do Plano Diretor foram efetuadas uma série de intervenções com destaque para o Centro Vivo – Programa de Requalificação da Área Central, incluindo a revitalização de vias, a restauração e de prédios e espaços públicos

223 POÇOS DE CALDAS. **Revisão do Plano Diretor do Município de Poços de Caldas. Diagnóstico preliminar (versão 003)**. Exatus – Planejamento e Coordenação, julho, 2006, pg.15, grifo nosso.

224 Ibidem, p. 99.

tombados, dentre outras ações”²²⁵.

O projeto Centro Vivo mencionado, é um projeto que visava “melhorar a paisagem urbana” da cidade através da revalorização do centro histórico²²⁶; o concurso para seleção de propostas, trazia como objetivo específico a ser buscado pelos concorrentes

a reestruturação da paisagem urbana, através de ações de valorização do patrimônio urbano e dos espaços públicos, reforçando sua identidade e referenciais, através do tratamento paisagístico, de intervenções para harmonização do ambiente construído com a paisagem natural, da despoluição visual da região, do tratamento dos equipamentos e mobiliário urbano e sua localização e, finalmente, através da definição de parâmetros para a legislação urbanística, referente a volumetria urbana.²²⁷

Portanto, se de fato o Plano é cheio de objetivos e diretrizes gerais e abstratas, os resultados de sua aplicação, por outro lado, não chegam a ser “insignificantes”, nomeadamente em relação a proteção patrimonial.

8.3.1. A manutenção dos bens patrimoniais na paisagem

Em certo sentido, as leis patrimoniais da cidade tiveram papel fundamental na proteção dos imóveis ligados ao passado de Poços de Caldas contra demolições e descaracterizações irreversíveis.

De fato, vários imóveis de importância histórica e cultural da cidade desapareceram da paisagem urbana por falta de uma proteção jurídica frente as forças de transformações do espaço urbano.

Em entrevista, a assessora técnica do Museu Histórico e Geográfico, Sônia Maria Sanches, mencionou quatro imóveis municipais que seriam de interesse de preservação mas que infelizmente foram demolidos: o Chalé da Vila Pinhal (foto 5), o Grande Hotel (foto 6), um dos Chalés Procópios e a residência do primeiro diretor das Thermas Antônio Carlos, na esquina da rua Rio Grande do Norte com a rua Capitão Afonso Junqueiras.

Mesmo atualmente, as construções que representam o passado de Poços sofrem com as pressões da especulação imobiliária, com as pequenas reformas e com o desinteresse dos proprietários em conservar os imóveis. Ademais, os direitos de

²²⁵ Ibidem, p. 96.

²²⁶ POÇOS DE CALDAS. **Poços Centro Vivo. Concurso nº 001/93.** Prefeitura Municipal, 1993.

²²⁷ Ibidem, p. 3.

propriedade e a pouca verba do conselho do Patrimônio Municipal dificultam a preservação adequada das construções (informação verbal)²²⁸.

De toda forma, a qualificação jurídica do patrimônio cultural, em geral, e as leis de tombamento, em específico, contribuíram para a permanência na paisagem urbana de bens de valor histórico e cultural bem como a restauração de áreas do entorno do bem tombado uma vez que a área considerada de valor histórico e cultural ampliaram seus limites.

A Lei 2056 estabeleceu com a Zona Especial 1 (ZE1) a preservação do Parque José Affonso Junqueira. Em 1985, o Decreto 3254 aprova o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Parque, composto pelos seguintes imóveis: Thermas Antônio Carlos, Palace Hotel, Palace Casino, Coreto, Fonte Pedro Botelho e o edifício do Café Concerto. Por fim, a Constituição de Minas Gerais consolida o tombamento no parágrafo 2º do artigo 84 (mapa 6).

Com a Lei 3537 de 1984 outros bens históricos começam a ser tombados e protegidos: a Vila Junqueira (Foto 7 – Decreto nº 3388/1985), a Capela Santa Cruz (Decreto nº 3389/1985), o Casino da Urca (Decreto nº 3390/1985), a Estação de Passageiros do Aeroporto (Lei nº 4936/1991) e a Igreja de Santo Antônio (Lei nº 5056/1992)

A partir da Lei 5488 de 1994, que aprova o Plano Diretor de Poços, mais imóveis são protegidos legalmente, agora o tombamento alcançando também imóveis fora do centro urbano e mais ligados à comunidade dos bairros. Foram tombados a Estação Ferroviária Mogiana (Lei nº 5376/1994), a Igrejinha Dom Bosco (foto 8 - Lei nº 5400/1994), a Basílica Nossa Senhora da Saúde (Lei nº 5564/1994), a Igreja São Sebastião (Lei nº 7358/2000), as Fontes Termas (Decreto nº 7015/2002) e o Chalé Honório Dias (Decreto nº 7357/2003).

Cabe ressaltar que o tombamento da Fonte Termal da Praça D. Pedro II (Praça dos Macacos) incide sobre toda a praça onde se localiza a fonte, não se restringindo ao bem tombado em si (mapa 7).

Também não se restringe ao bem isolado o tombamento da Estação Mogiana, o qual incide sobre todo o conjunto da Estação Ferroviária entre as Praças Senador Teotônio Vilela e Paul Harris mais a encosta atrás das construções (mapa 8, foto 11). Na verdade, o IPAC de 1998 inclui o morro atrás da Estação como área do entorno do tombamento do Parque José Affonso Junqueira, porque este possui “características

228 Informações fornecidas por Haroldo Paes Gessori, em entrevista realizada em 2012.

especiais de mirante, de referencial urbano ponto focal que integra a paisagem central da cidade”.

Com a Lei Complementar 74, foram tombados ou entraram em processo de tombamento: o prédio sede da Prefeitura Municipal (foto 9 – Lei nº8351/2007), o Conjunto Arquitetônico Country Club (Lei nº 8616/2009), a Fonte dos Amores (Lei nº 8669/2010), o Complexo Turístico Vêu das Noivas (Lei nº 8702/2010), o antigo prédio do mercado municipal, atual Casa Carneiro (foto 10 – em processo de tombamento), o Colégio Municipal Dr. José Vargas de Souza (em processo de tombamento), o Parc Hotel (em processo de tombamento), o Colégio Pio XII (em processo de tombamento) e o Chalé Prates (em processo de tombamento).

Foto 5: Chalé da Vila Pinhal. Fonte: Acervo Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

Foto 6: Grande Hotel de Poços de Caldas. Fonte: Acervo Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

Foto 7: Vila Junqueira. Atual Museu Histórico e Geográfico. Repare a Serra de São Domingos ao fundo da foto. Foto: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

Foto 8: Igrejinha Dom Bosco. Foto: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

Foto 9: Prédio da prefeitura municipal. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

Foto 10: Prédio do antigo mercado municipal. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

LEGENDA

■ Bem tombado

▨ Perímetro de Tombamento

ESCALA: 1: 2000

FONTE: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

Mapa 6: Perímetro de tombamento do Parque José Affonso Junqueira

LEGENDA

Perímetro do Tombamento

ESCALA: 1:1000

Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas

Mapa 7: Perímetro de Tombamento da fonte termal Praça D. Pedro II (Praça dos Macacos).

LEGENDA

- Bem Tombado
- Perímetro de Tombamento

Sem Escala

Fonte: Prefeitura Municipal
de Poços de Caldas

Mapa 8: Perímetro de tombamento da Estação Ferroviária Mogiana.

Foto 11: Estação Mogiana. Aparecem na foto os antigos edifícios que faziam parte da Estação Mogiana e, ao fundo, a encosta, também tombada. Autor: Jonas Dias de Souza

8.3.2. A verticalização e a ambiência

Na terceira fase da legislação poços caldense destacam-se também as leis que inibem a verticalização do centro urbano, momento em que o conceito de ambiência ganha relevância.

A manutenção do baixo gabarito no centro da cidade foi possível em parte graças a disciplina legal para a área. Quer dizer, não fossem as normas municipais que estabelecem um limite máximo para a altura das edificações na área central ou que qualificassem o local como de interesse histórico e cultural, provavelmente o núcleo urbano estaria tomado pelos grandes prédios que hoje ocupam intensamente as adjacências imediatas ou mesmo algumas quadras do centro.

Regras para a altura máxima das edificações existem desde a década de 70 com a Lei de Zoneamento do Uso do Solo do Município (Lei nº 2432 de 1975) que estabelece o número máximo de 10 pavimentos permitidos para um lote com área mínima de 600 m². Nos anos 80, a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 4161 de 1988) permitia até 12 pavimentos (modelo de assentamentos MA4, MA5 e MA6) em edifícios de uso comercial e de serviços. Ambas as leis, contudo, não são de caráter proibitivo, não restringindo a verticalização face ao patrimônio cultural de Poços.

É com a Lei 3537 de 1984 que a verticalização do centro urbano começa de certa forma a ser contida devido a preocupação com a visibilidade do bem tombado (art. 4º). Por outro lado, o centro urbano passa a ser interpretado como de interesse histórico (onde ganha importância o Projeto Centro Vivo), qualificação que também afeta a tendência a verticalização.

As restrições à verticalização fortalecem-se com a adoção do conceito de ambiência a partir da elaboração do IPAC-PC em 1998, consolidado-se posteriormente com a Lei Complementar 74. O papel da ambiência na contenção a verticalização é posto quando a Lei Complementar 74 enquadra o centro urbano como Zona Especial, a qual é destinada à preservação das fontes de águas frias e termais, da ambiência e do cenário urbano existentes. A área central, então, passa a ter controle de altimetria, ficando a verticalização limitada entre 12 e 16 metros de altura.

Considerações entorno da noção de ambiência poderiam ter evitado situações como a que se configurou no entorno da Basílica Nossa Senhora da Saúde, por exemplo; estando associada a imponência do monumento, a ambiência local foi prejudicada pela construção de grandes edifícios na sua vizinhança. Podemos ter uma ideia da perda de imponência da Basília Nossa Senhora da Saúde se compararmos as fotos do passado

com as fotos de hoje. Em 1960, a Basílica reinava sozinha na vizinhança como a construção mais alta, mais imponente (foto 12) enquanto hoje, a sua grandeza é substituída por grandes prédios construídos nos seus arredores (foto 13).

Foto 12: Basílica Nossa Senhora da Saúde década de 60. Fonte: Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

Foto 13: Basílica Nossa Senhora da Saúde em 2012. Autor: Jonas Dias de Souza. Ano 2012.

A ambiência não se restringe a verticalização: como lembra Haroldo Paes Gessori, membro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Turístico de Poços de Caldas – CONDEPHACT-PC – e Coordenador do Museu Histórico e Geográfico, a ambiência é voltada para qualquer elemento do entorno do bem:

A questão da ambiência é muito voltada ao entorno do bem tombado, ou ao entorno do bem de interesse histórico (...). Por exemplo, nós temos lutado muito para conseguirmos desobstruir o muro... tirar aquele muro da frente da Capelinha de Santa Cruz no alto [do morro] da Nossa Senhora de Fátima [fotos 14 e 15]. Essa Capelinha é tombada pelo Patrimônio, é de interesse sem dúvida nenhuma... mas nós temos o muro de um particular na frente dela. Nós já pedimos isso, já solicitamos até oficialmente, mas o proprietário, talvez por outros interesses, ou por falta de consciência mesmo, não vê tanta importância nisso... ele pode colocar um alambrado com tela ou uma grade limpa, lisa, que vai proteger o terreno mas vai desobstruir pra que a gente possa, aqui de baixo, avistar a capelinha lá em

cima. Isso é ambiência, nós estamos cuidando do entorno do bem²²⁹.

Foto 14: Igrejinha de Santa Cruz (sem data). Na época em que foi tirada a foto não havia muros que obstruíssem a visão. Fonte: Acervo Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

Foto 15: Igrejinha de Santa Cruz em 2012. Atualmente, existe um muro que obstrui a visada total da igreja. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012

Fato semelhante apresenta a Igrejinha de Santo Antônio, cujas laterais foram completamente ocupadas por dois edifícios. (foto 16). Segundo Gessori, situações semelhantes “hoje jamais seria permitido”:

- Em que sentido você interpretaria o conceito de ambiência para o centro urbano?
- Por exemplo, um exemplo clássico é a Igrejinha de Santo Antônio na rua São Paulo, o principal patrimônio na minha opinião. Nós temos dois prédios na sua lateral [e a Igrejinha] espremida no meio... nós temos dois prédios ao lado que escondem ela... muita gente passa e não percebe. Mas aconteceu, nós não vamos derrubar os prédios do lado. Isso é uma questão de ambiência. Isso hoje jamais seria permitido, em hipótese alguma.

²²⁹ Entrevista concedida em maio de 2012.

Foto 16: Igreja de Santo Antônio. Colado com a igreja, em ambos os lados, dois prédios tiram-lhe a ambiência . Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

8.3.3. A preservação das margens dos rios e as áreas verdes.

Em relação as margens de rios e áreas verdes, as leis influenciaram principalmente na formação dos bairros, influência ocorrida de diferentes formas segundo as diferente fases legislativas consideradas.

Por exemplo, a preservação da margem dos córregos e ribeirões só se fará presente nos bairros a partir dos anos 80, no final da segunda fase da legislação ambiental, começo da terceira. Com a Lei 3639 de 1985 tem início no município a proteção às margens dos cursos d'água.

Para os bairros formados até os anos 80, podemos dizer, inexistiam leis que proibissem a ocupação das margens dos córregos. Com efeito, segundo o relato do Secretário de Planejamento e Coordenação da Prefeitura à época, a ocupação das margens dos rios não era regulada legalmente, trazendo inúmeros problemas para o Poder Público e para os proprietários:

Há uma questão em nossa cidade que deverá ser equacionada com a

maior rapidez possível, embora já devesse ter sido tratada há décadas, que é a referente a construção às margens de cursos d'água.

De 1979 em diante, após a vigência da Lei Federal 6766, os novos loteamentos e desmembramentos aprovados, tiveram que respeitar uma faixa 'non aedificandi' de 15,00m para cada lado das águas correntes e dormentes, conforme inciso III do art. 4º. **Entretanto, não existem mecanismos legais que possibilitem a exigência por parte da Prefeitura de recuos para as edificações a serem executadas em lotes de loteamentos ou desmembramentos aprovados anteriormente a 1979, nem para glebas ou áreas que não tenham sido objeto ainda de parcelamentos (...)**

Na medida em que a cidade vai se urbanizando, se adensando e por via de consequência, sendo impermeabilizada, as vazões dos cursos d'água vão aumentando consideravelmente, e os principais prejudicados são justamente os proprietários lindeiros, que começam a ser afetados por problemas de transbordamentos e refluxos em redes de esgoto e galerias pluviais.

Além do problema dos estreitamentos, em si, dos canais naturais, sem respeito às áreas de expansão fluviais, os confinamentos, por serem todo irregulares, ainda trazem como corolários adicionais inúmeras dificuldades para que o Póde público possa realizar limpezas, dragagens, e mesmo obras de canalização dos cursos d'água²³⁰.

Com a Lei de Parcelamento de 1985, “as faixas marginais ao longo das águas correntes e dormentes” e áreas de controle específico como áreas de proteção de mananciais começam a ser protegidas legalmente (art. 5º).

O próprio zoneamento urbano de Poços de Caldas só em 1985 coloca os fundos de vale e as áreas de mananciais como “espaços sujeitos à preservação”, com as Zonas Especiais 1-B e 1-C da Lei nº 3639 de Uso e Ocupação do Solo. No zoneamento da década de 70 não existe essa referência nas Zonas de Preservação (art. 10º, inciso VII Lei 2056 de 1973) as quais referem-se “a algumas áreas de interesse paisagístico, sobretudo na periferia das demais zonas”. Na década de 90 “as áreas de matas, de proteção e preservação dos cursos d'água” ficam sob a proteção das Zonas de Preservação Permanente da Lei 5488 de 1994.

230 POÇOS DE CALDAS. Lei nº 4752 de 1990. Dispõe sobre as normas de ocupação às margens de cursos d'água no Município e dá outras providências. **Publicado no Jornal da Cidade de 15 de julho de 1990.** Disponível em: <http://www.pocosdecaldas.mg.leg.br/legislacao/municipal.php>. Acesso em junho 2011.

Quanto as margens dos cursos d'água, portanto, é de se esperar que os bairros formados até praticamente os anos 90 tenham tais margens delimitada em lotes e ocupadas por construções. Não se pode generalizar, é certo, mas fato é que os ribeirões da Serra e o córrego Vai e Volta apresentam suas margens densamente ocupadas nas áreas de urbanização mais antiga, como mostrado nas fotos 17 e 18.

Foto 17: Ocupação das margens do ribeirão da Serra. A fotografia mostra as construções alcançando a linha do curso d'água. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

Foto 18: Ocupação das margens do córrego Vai e Volta. Também nesta foto as construções ocupam toda margem do córrego. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

Além das margens dos cursos d'água, a partir de 1985 os loteamentos da cidade também começam a ser obrigados a preservar certa porcentagem do loteamento com as chamadas “áreas verdes”, nomeadamente com o artigo 9º da Lei de Parcelamento nº 3639 de 1985 que mandava destinar 12% da área total do loteamento para as áreas verdes. Nos anos seguintes esta obrigatoriedade continua, sendo o valor relativizado, contudo, segundo o tipo de loteamento considerado, alterando-se também a redação que caracteriza as áreas verdes (Lei Complementar nº 18 de 2000).

Pela quantidade de loteamentos e a variedade de situações encontradas, não podemos generalizar as situações, mas apenas exemplificar com alguns casos específicos.

Dos projetos de loteamentos aprovados até 1985, então, as “áreas verdes” não devem aparecer delimitadas nos mapas respectivos de divisão dos lotes, como nos casos do loteamento Jardim Quisisana, aprovado em 1941, do loteamento Santa Rosália, aprovado em 1971, e do loteamento Jardim Bandeirantes aprovado em 1981, cujas plantas de loteamento não consta áreas verdes dentre as áreas institucionais (mapas 9, 10 e 11 respectivamente)

Na planta do Jardim Quisisana, a direita da folha, observa-se uma parte final da áreas central com as ruas traçadas de forma retilínea e as quadras seguindo um padrão de forma e tamanho; já no terreno pertencente ao loteamento Quisisana, ao centro e à esquerda da folha, as ruas são tortuosas e cada uma das quadras possui sua própria forma e tamanho. Neste mapa de loteamento, não é possível ver nenhuma delimitação nem notação de qualquer área verde; repare que no canto superior esquerdo do mapa os lotes da quadra S ocupando as margens do córrego Vai e Volta, não havendo qualquer delimitação de área verde protegida.

O mesmo acontece com a planta do loteamento Santa Rosália onde inexistente demarcação de áreas verdes. O curso d'água que aparece na parte inferior do loteamento é o córrego Vai e Volta, e também aqui não há definição de área a ser protegida. Atualmente, na verdade, grande parte do córrego nesta área está canalizada e teve suas margens ocupadas por avenidas e construções (Foto 19).

Já na planta de loteamento do Jardim Bandeirantes podemos observar uma certa padronização das ruas e das quadras, mas as áreas verdes não constam dentre o quadro de áreas do loteamento. O que encontra-se delimitado no mapa são as áreas denominadas “sistema de lazer”, as quais, posteriormente, receberam notação de APP, provavelmente decorrência de legislação superveniente.

Foto 19: Canalização do córrego Vai e Volta. Este trecho do córrego encontra-se todo canalizado, sendo suas margens ocupadas pela Avenida Irradiação. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

Por sua vez, nos loteamentos aprovados depois de 1985, as áreas verdes são contabilizadas na divisão do terreno, é o caso dos loteamentos Residencial Morumbi e Residencial Campo da Cachoeira, ambos de 2000, e do Jardim Vitória V de 2001 (mapas 12, 13 e 14 respectivamente).

Na planta do loteamento Residencial Morumbi, as áreas verdes perfazem um total de 23.857 m², 12,94% do total do terreno loteado, estando divididos em dois espaços: um primeiro (Área Verde 1; foto 21) localizado a nordeste do loteamento e um segundo (Área Verde 2; foto 22) a sudoeste do loteamento. Constam também as áreas de preservação permanente (foto 20), estas ocupando um total de 4.619 m² localizada também a sudoeste, no limite da Área Verde 2.

No loteamento Jardim Vitória V encontra-se a definição de duas áreas verdes: a primeira a sudeste do loteamento (foto 23), com 14.613 m² (15,30% do terreno) e a segundo mais a noroeste (foto 24) com 1.119 m² (1,26% do terreno).

Por último, no loteamento Residencial Campo da Cachoeira é contabilizada como área verde uma faixa de 20 metros no entorno do terreno loteado, as praças internas e áreas de matas, perfazendo um total de 104.327 m², ou 15,13% do terreno. A área de preservação permanente soma 98.361 m², 14,26% do loteamento. A área verde propriamente dita e a área de preservação permanente estão conjugadas e estendem-se

por toda porção sul do loteamento, nos limites com a Represa Bortolan (foto 25).

É preciso reforçar, contudo, as limitações ao se afirmar que os loteamentos anteriores a 85 não apresentam áreas verdes e que os loteamentos posteriores a esta data já os apresenta, o mesmo valendo para as margens dos rios. Nem toda área verde ou margem de rio presente nos loteamentos são decorrência necessária das leis, assim como nem toda lei é efetivamente aplicada. O que é certo dizer é que os loteamentos são obrigados legalmente a delimitar áreas verdes e margens de rios nos seus respectivos projetos e plantas a partir de 1985. Os loteamentos selecionados acima foram escolhidos pela representatividade que trazem a esta asserção e, embora também possam representar a maioria dos casos, as mudanças e exceções das leis não permitem uma generalização absoluta.

Imagem 7: Imagem de satélite de Poços de Caldas. Imagem do GoogleEarth mostrando, em detalhe nos quadros vermelhos: (1) Residencial Morumbi e Jd. Vitória V; (2) Área Central; (3) Residencial Campo da Cachoeira. Data da imagem: 2007.

Imagem 8: Detalhe do loteamento Residencial Morumbi. Na imagem, as setas vermelhas apontam as áreas verdes e as áreas de preservação permanente, de obrigatoriedade legal. Data da imagem: 2007.

Foto 20: Área de preservação permanente delimitada no loteamento Residencial Morumbi. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

Foto 21: Área verde 1 delimitada no loteamento Residencial Morumbi. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

Foto 22: Área verde 2 delimitada no loteamento Residencial Morumbi. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

Imagem 9: Detalhe do loteamento Jd. Vitória V. Na imagem, as setas vermelhas apontam a área verde e a área de preservação permanente. Data da imagem: 2007.

Foto 23: Área verde delimitada no loteamento Jd. Vitória V. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

Foto 24: Área de preservação permanente delimitada no loteamento Jd. Vitória V. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

Imagem 10: Detalhe do loteamento Residencial Campo da Cachoeira. Na imagem, as setas vermelhas apontam a localização da área de preservação permanente e da área verde. Data da imagem: 2007.

Foto 25: Área verde e área de preservação permanente delimitada no loteamento Residencial Campo da Cachoeira. Autor: Jonas Dias de Souza. Janeiro 2012.

QUIS ANA

POÇOS DE CALDAS

[illegible]

COMPANHIA JUNQUEIRA DE IMOVEIS

ÁREA	VALOR
ÁREA TOTAL	1.000,00
ÁREA ÚTIL	800,00
ÁREA DE RESERVA	200,00

PLANTA DE DIVISÃO EM LOTES

PROJETO SUBSTITUTIVO

8888 LOTEAMENTO JARDIM BANDEIRANTES

LOCAL: CAMPO DO BERRITO

MUNICÍPIO: POÇOS DE CALDAS

PROPR.: MR. EMPREHEITADOR IMOBILIÁRIO DO LOTA.

ÁREA	VALOR
ÁREA TOTAL	1.000,00
ÁREA ÚTIL	800,00
ÁREA DE RESERVA	200,00

PROJETO SUBSTITUTIVO

8888 LOTEAMENTO JARDIM BANDEIRANTES

LOCAL: CAMPO DO BERRITO

MUNICÍPIO: POÇOS DE CALDAS

PROPR.: MR. EMPREHEITADOR IMOBILIÁRIO DO LOTA.

ÁREA	VALOR
ÁREA TOTAL	1.000,00
ÁREA ÚTIL	800,00
ÁREA DE RESERVA	200,00

ÁREA	VALOR
ÁREA TOTAL	1.000,00
ÁREA ÚTIL	800,00
ÁREA DE RESERVA	200,00

Mapa 12 – Loteamento Residencial Morumbi – 2000.
Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas. Secretaria de Planejamento e Coordenação.

[illegible]

1. NAME OF VESSEL 2. TYPE OF VESSEL 3. REGISTRATION NO. 4. DATE OF DEPARTURE 5. DATE OF RETURN 6. NAME OF CAPTAIN 7. NAME OF MASTER 8. NAME OF FIRST OFFICER 9. NAME OF SECOND OFFICER 10. NAME OF THIRD OFFICER 11. NAME OF FOURTH OFFICER 12. NAME OF FIFTH OFFICER 13. NAME OF SIXTH OFFICER 14. NAME OF SEVENTH OFFICER 15. NAME OF EIGHTH OFFICER 16. NAME OF NINTH OFFICER 17. NAME OF TENTH OFFICER 18. NAME OF ELEVENTH OFFICER 19. NAME OF TWELFTH OFFICER 20. NAME OF THIRTEENTH OFFICER 21. NAME OF FOURTEENTH OFFICER 22. NAME OF FIFTEENTH OFFICER 23. NAME OF SIXTEENTH OFFICER 24. NAME OF SEVENTEENTH OFFICER 25. NAME OF EIGHTEENTH OFFICER 26. NAME OF NINETEENTH OFFICER 27. NAME OF TWENTIETH OFFICER 28. NAME OF TWENTY-FIRST OFFICER 29. NAME OF TWENTY-SECOND OFFICER 30. NAME OF TWENTY-THIRD OFFICER 31. NAME OF TWENTY-FOURTH OFFICER 32. NAME OF TWENTY-FIFTH OFFICER 33. NAME OF TWENTY-SIXTH OFFICER 34. NAME OF TWENTY-SEVENTH OFFICER 35. NAME OF TWENTY-EIGHTH OFFICER 36. NAME OF TWENTY-NINTH OFFICER 37. NAME OF THIRTIETH OFFICER 38. NAME OF THIRTY-FIRST OFFICER 39. NAME OF THIRTY-SECOND OFFICER 40. NAME OF THIRTY-THIRD OFFICER 41. NAME OF THIRTY-FOURTH OFFICER 42. NAME OF THIRTY-FIFTH OFFICER 43. NAME OF THIRTY-SIXTH OFFICER 44. NAME OF THIRTY-SEVENTH OFFICER 45. NAME OF THIRTY-EIGHTH OFFICER 46. NAME OF THIRTY-NINTH OFFICER 47. NAME OF FORTIETH OFFICER 48. NAME OF FORTY-FIRST OFFICER 49. NAME OF FORTY-SECOND OFFICER 50. NAME OF FORTY-THIRD OFFICER 51. NAME OF FORTY-FOURTH OFFICER 52. NAME OF FORTY-FIFTH OFFICER 53. NAME OF FORTY-SIXTH OFFICER 54. NAME OF FORTY-SEVENTH OFFICER 55. NAME OF FORTY-EIGHTH OFFICER 56. NAME OF FORTY-NINTH OFFICER 57. NAME OF FIFTIETH OFFICER 58. NAME OF FIFTY-FIRST OFFICER 59. NAME OF FIFTY-SECOND OFFICER 60. NAME OF FIFTY-THIRD OFFICER 61. NAME OF FIFTY-FOURTH OFFICER 62. NAME OF FIFTY-FIFTH OFFICER 63. NAME OF FIFTY-SIXTH OFFICER 64. NAME OF FIFTY-SEVENTH OFFICER 65. NAME OF FIFTY-EIGHTH OFFICER 66. NAME OF FIFTY-NINTH OFFICER 67. NAME OF SIXTIETH OFFICER 68. NAME OF SIXTY-FIRST OFFICER 69. NAME OF SIXTY-SECOND OFFICER 70. NAME OF SIXTY-THIRD OFFICER 71. NAME OF SIXTY-FOURTH OFFICER 72. NAME OF SIXTY-FIFTH OFFICER 73. NAME OF SIXTY-SIXTH OFFICER 74. NAME OF SIXTY-SEVENTH OFFICER 75. NAME OF SIXTY-EIGHTH OFFICER 76. NAME OF SIXTY-NINTH OFFICER 77. NAME OF SEVENTIETH OFFICER 78. NAME OF SEVENTY-FIRST OFFICER 79. NAME OF SEVENTY-SECOND OFFICER 80. NAME OF SEVENTY-THIRD OFFICER 81. NAME OF SEVENTY-FOURTH OFFICER 82. NAME OF SEVENTY-FIFTH OFFICER 83. NAME OF SEVENTY-SIXTH OFFICER 84. NAME OF SEVENTY-SEVENTH OFFICER 85. NAME OF SEVENTY-EIGHTH OFFICER 86. NAME OF SEVENTY-NINTH OFFICER 87. NAME OF EIGHTIETH OFFICER 88. NAME OF EIGHTY-FIRST OFFICER 89. NAME OF EIGHTY-SECOND OFFICER 90. NAME OF EIGHTY-THIRD OFFICER 91. NAME OF EIGHTY-FOURTH OFFICER 92. NAME OF EIGHTY-FIFTH OFFICER 93. NAME OF EIGHTY-SIXTH OFFICER 94. NAME OF EIGHTY-SEVENTH OFFICER 95. NAME OF EIGHTY-EIGHTH OFFICER 96. NAME OF EIGHTY-NINTH OFFICER 97. NAME OF NINETYETH OFFICER 98. NAME OF NINETY-FIRST OFFICER 99. NAME OF NINETY-SECOND OFFICER 100. NAME OF NINETY-THIRD OFFICER 101. NAME OF NINETY-FOURTH OFFICER 102. NAME OF NINETY-FIFTH OFFICER 103. NAME OF NINETY-SIXTH OFFICER 104. NAME OF NINETY-SEVENTH OFFICER 105. NAME OF NINETY-EIGHTH OFFICER 106. NAME OF NINETY-NINTH OFFICER 107. NAME OF HUNDRETH OFFICER 108. NAME OF HUNDRED-FIRST OFFICER 109. NAME OF HUNDRED-SECOND OFFICER 110. NAME OF HUNDRED-THIRD OFFICER 111. NAME OF HUNDRED-FOURTH OFFICER 112. NAME OF HUNDRED-FIFTH OFFICER 113. NAME OF HUNDRED-SIXTH OFFICER 114. NAME OF HUNDRED-SEVENTH OFFICER 115. NAME OF HUNDRED-EIGHTH OFFICER 116. NAME OF HUNDRED-NINTH OFFICER 117. NAME OF TWO HUNDREDTH OFFICER 118. NAME OF TWO HUNDRED-FIRST OFFICER 119. NAME OF TWO HUNDRED-SECOND OFFICER 120. NAME OF TWO HUNDRED-THIRD OFFICER 121. NAME OF TWO HUNDRED-FOURTH OFFICER 122. NAME OF TWO HUNDRED-FIFTH OFFICER 123. NAME OF TWO HUNDRED-SIXTH OFFICER 124. NAME OF TWO HUNDRED-SEVENTH OFFICER 125. NAME OF TWO HUNDRED-EIGHTH OFFICER 126. NAME OF TWO HUNDRED-NINTH OFFICER 127. NAME OF THREE HUNDREDTH OFFICER 128. NAME OF THREE HUNDRED-FIRST OFFICER 129. NAME OF THREE HUNDRED-SECOND OFFICER 130. NAME OF THREE HUNDRED-THIRD OFFICER 131. NAME OF THREE HUNDRED-FOURTH OFFICER 132. NAME OF THREE HUNDRED-FIFTH OFFICER 133. NAME OF THREE HUNDRED-SIXTH OFFICER 134. NAME OF THREE HUNDRED-SEVENTH OFFICER 135. NAME OF THREE HUNDRED-EIGHTH OFFICER 136. NAME OF THREE HUNDRED-NINTH OFFICER 137. NAME OF FOUR HUNDREDTH OFFICER 138. NAME OF FOUR HUNDRED-FIRST OFFICER 139. NAME OF FOUR HUNDRED-SECOND OFFICER 140. NAME OF FOUR HUNDRED-THIRD OFFICER 141. NAME OF FOUR HUNDRED-FOURTH OFFICER 142. NAME OF FOUR HUNDRED-FIFTH OFFICER 143. NAME OF FOUR HUNDRED-SIXTH OFFICER 144. NAME OF FOUR HUNDRED-SEVENTH OFFICER 145. NAME OF FOUR HUNDRED-EIGHTH OFFICER 146. NAME OF FOUR HUNDRED-NINTH OFFICER 147. NAME OF FIVE HUNDREDTH OFFICER 148. NAME OF FIVE HUNDRED-FIRST OFFICER 149. NAME OF FIVE HUNDRED-SECOND OFFICER 150. NAME OF FIVE HUNDRED-THIRD OFFICER 151. NAME OF FIVE HUNDRED-FOURTH OFFICER 152. NAME OF FIVE HUNDRED-FIFTH OFFICER 153. NAME OF FIVE HUNDRED-SIXTH OFFICER 154. NAME OF FIVE HUNDRED-SEVENTH OFFICER 155. NAME OF FIVE HUNDRED-EIGHTH OFFICER 156. NAME OF FIVE HUNDRED-NINTH OFFICER 157. NAME OF SIX HUNDREDTH OFFICER 158. NAME OF SIX HUNDRED-FIRST OFFICER 159. NAME OF SIX HUNDRED-SECOND OFFICER 160. NAME OF SIX HUNDRED-THIRD OFFICER 161. NAME OF SIX HUNDRED-FOURTH OFFICER 162. NAME OF SIX HUNDRED-FIFTH OFFICER 163. NAME OF SIX HUNDRED-SIXTH OFFICER 164. NAME OF SIX HUNDRED-SEVENTH OFFICER 165. NAME OF SIX HUNDRED-EIGHTH OFFICER	
---	--

[illegible]

QUADRO DE ÁREAS DAS QUADRAS

DESCRIÇÃO	DE	ATE	TOTAL
1	1	10	10
2	11	20	10
3	21	30	10
4	31	40	10
5	41	50	10
6	51	60	10
7	61	70	10
8	71	80	10
9	81	90	10
10	91	100	10
TOTAL			100

QUANTITATIVO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
ÁREA TOTAL	100	HA
ÁREA DE LOTES	100	HA
ÁREA DE VIAS	100	HA
ÁREA DE ÁREAS VERDES	100	HA
ÁREA DE EQUIP. COMUNITÁRIOS	100	HA
ÁREA DE RESERVA	100	HA
ÁREA DE OUTROS	100	HA

NOTAS:

1. A ÁREA VERDE "Z" NÃO ENTRA NO COMPLEXO DAS ÁREAS VERDES.

2. AS ÁREAS VERDES "Z" SÃO DE USO RECREATIVO E NÃO SÃO DE USO PÚBLICO.

3. AS ÁREAS VERDES "Z" SÃO DE USO RECREATIVO E NÃO SÃO DE USO PÚBLICO.

4. AS ÁREAS VERDES "Z" SÃO DE USO RECREATIVO E NÃO SÃO DE USO PÚBLICO.

5. AS ÁREAS VERDES "Z" SÃO DE USO RECREATIVO E NÃO SÃO DE USO PÚBLICO.

6. AS ÁREAS VERDES "Z" SÃO DE USO RECREATIVO E NÃO SÃO DE USO PÚBLICO.

7. AS ÁREAS VERDES "Z" SÃO DE USO RECREATIVO E NÃO SÃO DE USO PÚBLICO.

8. AS ÁREAS VERDES "Z" SÃO DE USO RECREATIVO E NÃO SÃO DE USO PÚBLICO.

9. AS ÁREAS VERDES "Z" SÃO DE USO RECREATIVO E NÃO SÃO DE USO PÚBLICO.

10. AS ÁREAS VERDES "Z" SÃO DE USO RECREATIVO E NÃO SÃO DE USO PÚBLICO.

PROJETO DE DIVISÃO EM LOTES
SEMI-GEOMÉTRICO

JARDIM VITÓRIA V

23

LOCAL: CAMPO DE SANTA MARIA

MUNICÍPIO: POÇOS DE CALDAS (MG)

PROPRIETÁRIO: VITÓRIA IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO S/C LTDA.

SITUAÇÃO:

ÁREA TOTAL: 100,00 HA

ÁREA DE LOTES: 100,00 HA

ÁREA DE VIAS: 100,00 HA

ÁREA DE ÁREAS VERDES: 100,00 HA

ÁREA DE EQUIP. COMUNITÁRIOS: 100,00 HA

ÁREA DE RESERVA: 100,00 HA

ÁREA DE OUTROS: 100,00 HA

CONVENÇÃO

ÁREA A LOTIZAR

MEIO-TERMO PLOTADO

QUADRO PLOTADO

VERTECIS DE BARRA

TABELA DE CURVAS

CURVA Nº	RAIO	ÂNGULO CENTRAL	DESENVOLVIMENTO
01	100,00	90°00'00"	31,42
02	100,00	90°00'00"	31,42
03	100,00	90°00'00"	31,42
04	100,00	90°00'00"	31,42
05	100,00	90°00'00"	31,42
06	100,00	90°00'00"	31,42
07	100,00	90°00'00"	31,42
08	100,00	90°00'00"	31,42
09	100,00	90°00'00"	31,42
10	100,00	90°00'00"	31,42
11	100,00	90°00'00"	31,42

DETALHE EXECUTIVO DAS VIAS

ÁREA VERDE 1

ÁREA VERDE 2

ÁREA VERDE 3

ÁREA VERDE 4

ÁREA VERDE 5

ÁREA VERDE 6

ÁREA VERDE 7

ÁREA VERDE 8

ÁREA VERDE 9

ÁREA VERDE 10

ÁREA VERDE 11

ÁREA VERDE 12

ÁREA VERDE 13

ÁREA VERDE 14

ÁREA VERDE 15

ÁREA VERDE 16

ÁREA VERDE 17

ÁREA VERDE 18

ÁREA VERDE 19

ÁREA VERDE 20

ÁREA VERDE 21

ÁREA VERDE 22

ÁREA VERDE 23

ÁREA VERDE 24

ÁREA VERDE 25

ÁREA VERDE 26

ÁREA VERDE 27

ÁREA VERDE 28

ÁREA VERDE 29

ÁREA VERDE 30

ÁREA VERDE 31

ÁREA VERDE 32

ÁREA VERDE 33

ÁREA VERDE 34

ÁREA VERDE 35

ÁREA VERDE 36

ÁREA VERDE 37

ÁREA VERDE 38

ÁREA VERDE 39

ÁREA VERDE 40

ÁREA VERDE 41

ÁREA VERDE 42

ÁREA VERDE 43

ÁREA VERDE 44

ÁREA VERDE 45

ÁREA VERDE 46

ÁREA VERDE 47

ÁREA VERDE 48

ÁREA VERDE 49

ÁREA VERDE 50

ÁREA VERDE 51

ÁREA VERDE 52

ÁREA VERDE 53

ÁREA VERDE 54

ÁREA VERDE 55

ÁREA VERDE 56

ÁREA VERDE 57

ÁREA VERDE 58

ÁREA VERDE 59

ÁREA VERDE 60

ÁREA VERDE 61

ÁREA VERDE 62

ÁREA VERDE 63

ÁREA VERDE 64

ÁREA VERDE 65

ÁREA VERDE 66

ÁREA VERDE 67

ÁREA VERDE 68

ÁREA VERDE 69

ÁREA VERDE 70

ÁREA VERDE 71

ÁREA VERDE 72

ÁREA VERDE 73

ÁREA VERDE 74

ÁREA VERDE 75

ÁREA VERDE 76

ÁREA VERDE 77

ÁREA VERDE 78

ÁREA VERDE 79

ÁREA VERDE 80

ÁREA VERDE 81

ÁREA VERDE 82

ÁREA VERDE 83

ÁREA VERDE 84

ÁREA VERDE 85

ÁREA VERDE 86

ÁREA VERDE 87

ÁREA VERDE 88

ÁREA VERDE 89

ÁREA VERDE 90

ÁREA VERDE 91

ÁREA VERDE 92

ÁREA VERDE 93

ÁREA VERDE 94

ÁREA VERDE 95

ÁREA VERDE 96

ÁREA VERDE 97

ÁREA VERDE 98

ÁREA VERDE 99

ÁREA VERDE 100

Mapa 14 - Loteamento Jardim Vitória V - 2001.
Fonte: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, Secretaria de Planejamento e Coordenação.

8.3.4. Taxa de permeabilidade e coeficiente de aproveitamento

Por fim, uma última influência das leis na paisagem urbana de Poços de Caldas diz respeito aos índices urbanísticos taxa de permeabilidade e coeficiente de aproveitamento. Vamos analisar brevemente estes dois índices nos que eles influem no sistema hídrico conformador da paisagem.

Estes regulamentos apresentam duas características particulares: primeiro, são índices que dizem respeito ao padrão construtivo dos lotes e segundo, são regras que interferem nos fluxos e nos processos estruturadores da paisagem natural.

Nos lotes, o cálculo da taxa de permeabilidade e do coeficiente de aproveitamento tornam-se obrigatórios a partir de 2006 com a Lei Complementar 74. Os lotes que obedecem estes índices, contudo, podem se localizar em loteamentos aprovados antes desta data, já que a ocupação dos terrenos pode demorar anos. Quer dizer, a medida que a disciplina legal para os lotes muda, mesmo os loteamentos aprovados antes de 2006 recebem construções que obedecem a diferentes índices e valores métricos.

Todavia, existe uma concentração de terrenos com alto coeficiente de aproveitamento no centro urbano e seu entorno, áreas cuja ocupação deu-se antes das exigências legais que condicionam os padrões construtivos (mapa 15). De fato, segundo a Revisão de 2006 do Plano Diretor:

Observa-se uma concentração de elevados coeficientes de aproveitamento do terreno no centro e em seu entorno imediato, especialmente na direção sudoeste e sul, e, com menos intensidade, na norte. Também se observa a prática de coeficientes mais elevados ao longo dos corredores viários que atravessam a cidade, destacadamente no sentido leste-oeste, e, norte sul do eixo da Avenida Santa Antônio.

Esta concentração definiu inclusive um padrão construtivo na área central descrita pelo PDI de 1970/71 da seguinte forma:

O padrão de ocupação tradicional caracteriza-se pela ocorrência de habitações unifamiliares de grande e médio porte, colocadas próximas ao alinhamento, ocupando em geral, toda a frente, em lotes de grande profundidade. Apresenta quadras de traçado ortogonal, arruamento desafogado, provido de arborização em ambas as calçadas (...). Os centros das quadras (área que corresponde aos fundos dos lotes), sofrem ocupações sucessivas por edículas. Todavia, é ainda comum a ocorrência de quintais arborizados (...).

É de se esperar, então, que a taxa de permeabilidade e o coeficiente de aproveitamento mais restritivos distribuam-se mais nas zonas periféricas da cidade. Sua participação na formação da paisagem poços caldense depende, portanto, da área considerada e da quantidade de lotes nesta área que seguem os mandamentos legais.

Podemos ponderar a importância dos dois índices para a paisagem natural (e suas decorrências na paisagem urbana) se considerarmos as zonas onde eles são postos como obrigatórios, quais sejam, a Zona de Adensamento Restrito, Médio e Preferencial (ZAR, ZAM e ZAP respectivamente). Estas zonas recobrem parte da bacia do córrego Vai e Volta e da bacia do ribeirão da Serra, caracterizadas como importantes bacias de recarga dos aquíferos locais, sendo a obrigatoriedade legal de tais índices fundamental para a preservação dos sistemas naturais.

Segundo o Projeto Hidrogeoambiental de Poços de Caldas, realizada pela COMIG, a intrusão magmática alcalina ocorrida na área conformou um terreno consideravelmente fraturado e falhado onde “a infiltração, o escoamento e o armazenamento das águas subterrâneas processam-se através das descontinuidades criadas ou reativadas pelos eventos tectônicos”²³¹.

O sistema de fraturamento caracterizou três zonas aquíferas que são definidas pelos diferentes níveis de profundidade: existe uma primeira zona aquífera rasa, de até 30 metros, com características de aquífero granular de porosidade primária; uma segunda zona intermediária de 100 a 200 metros de profundidade e uma terceira zona aquífera de circulação profunda alcançando até 3000 metros, ambas características de um sistema de aquífero fraturado de porosidade secundária. A zona aquífera mais profunda está relacionada a ocorrência das fontes termais enquanto as duas zonas mais superficiais estão relacionadas às fontes frias e à captação dos poços tubulares²³².

Por estas características, o sistema hídrico de Poços de Caldas requer cuidados especiais já que a ocorrência das águas termais e o abastecimento dos cursos d’água locais dependem da preservação da paisagem natural relacionada.

A bacia do córrego Vai e Volta, por exemplo, é uma área preferencial de recarga do aquífero fraturado profundo; o curso do córrego Vai e Volta se sobrepõe a fratura geológica de direção N 14° E conformada no processo de intrusão magmática, sendo por este condicionado. A ocorrência das águas termais depende da infiltração d’água nestas fraturas o que torna sensível a ocupação humana nestas zonas.

231 COMIG. op. cit., p. 35.

232 Idem, 2001.

Porém, quase toda a bacia do Vai e Volta sofreu ocupação intensa, principalmente a jusante do curso onde os bairros são dos primeiros anos de urbanização de Poços. Nessa bacia, além da impermeabilização do solo, parte do córrego foi canalizado. “Este curso d’água teve, próximo à confluência com o ribeirão de Caldas – assim registra a Revisão de 2006 do Plano Diretor – um longo trecho canalizado em bueiro *Armco*. Este procedimento não é aconselhável devido a obstrução ocasionada no descenso das águas que recarregam o aquífero termal.”²³³ Sendo o vale do Vai e Volta “densamente ocupado e em expansão urbana”, a ocupação nas vertentes mais inclinadas tem gerado acentuados movimentos de terra, “com grandes volumes lançados a meia encosta, suscetíveis a escorregamentos e posterior entupimento da calha do curso d’água (...)”²³⁴. Conclui a Revisão mais a frente:

Esta bacia encontra-se em processo de ocupação o que tem aspectos negativos tanto sobre a recarga do aquífero quanto para o aumento das contribuições ao curso d’água, já que é este contribuinte do ribeirão de Poços, agravando o quadro de inundações.

Situação semelhante acontece na bacia do ribeirão da Serra e na bacia do ribeirão de Poços de Caldas: os cursos d’água principais destas duas bacias também se sobrepõem a uma fratura geológica (E - W) responsável pela recarga do aquífero fraturado profundo, ligado às fontes termais.

No ribeirão da Serra, praticamente todo o vale encontra-se ocupado, “o que é prejudicial na medida em que o adensamento e a impermeabilização do solo têm efeitos negativos sobre as enchentes” diz a Revisão de 2006. E registra novamente mais a frente:

Nas suas vertentes poder ser encontrados parcelamentos com lotes de 160m². Este tipo de ocupação, neste relevo, tem efeito devastador sobre o sistema de drenagem devido à alta probabilidade destes lotes serem impermeabilizados na sua totalidade, impossibilitando a criação de áreas de infiltração, como jardins frontais, sugeridos no Plano Diretor de 1992.²³⁵

A previsão legal da taxa de permeabilidade mínima e do coeficiente de

233 Ibidem p. 58.

234 POÇOS DE CALDAS. Revisão do Plano Diretor. op. cit., p. 49.

235 Ibidem, p. 57.

aproveitamento máximo para as zonas que recobrem as bacias de recarga é saudável, então, na medida que vai de encontro a manutenção dos sistema hídrico de Poços.

Na bacia do córrego Vai e Volta, três zonas principais regulamentam a ocupação do terreno, conforme Lei Complementar 74 (mapa 18): a primeira, a Zona de Preservação Permanente delimita as matas a margem do curso d'água e não permite qualquer tipo de ocupação, “em função de suas características físicas e ambientais” (art. 6ºA, inciso I); uma segunda, a Zona de Preservação Ambiental está localizada nas vertentes do curso superior do córrego, permitindo o parcelamento do solo desde que os lotes tenham no mínimo 20.000m², “com limitações ao uso e rigoroso controle das intervenções antrópicas” (art. 6ºA, inciso II); a terceira zona, a Zona de Adensamento Restrito ocupa o curso médio do córrego, correspondendo a áreas com restrição ao adensamento, “caracterizadas como áreas de recarga de aquíferos hídricos e termais ou com necessidade de manutenção e/ou diminuição de volumes de escoamento superficial, nas quais a ocupação e a expansão urbanas deverão ser desestimuladas”, adotando a taxa de permeabilidade mínima de 30% e coeficiente de aproveitamento máximo de 1,20 (art. 6ºA, inciso IV).

Boa parte da bacia do ribeirão da Serra é também delimitada pela Zona de Adensamento Restrito, modificando-se a zona apenas próximo a confluência com o ribeirão de Caldas, quando passa para Zona de Proteção Especial 2 e 3, mas estas voltadas para proteção do patrimônio cultural.

8.3.5. A qualificação jurídica da paisagem de Poços de Caldas.

A influência das leis municipais na paisagem urbana de Poços de Caldas é acompanhada por diferentes qualificações jurídicas desta paisagem tanto em termos patrimoniais quanto em termos ambientais. Quer dizer, o centro urbano passa a ser a principal representação simbólica da cidade, local onde se concentram o patrimônio cultural de Poços, enquanto, por outro lado, são os bairros os locais preferenciais da legislação que objetiva preservar o meio ambiente da cidade.

Quanto ao patrimônio, na Lei 2056 de 1973, a paisagem do centro urbano é definida juridicamente de 2 modos: uma parte da paisagem faz parte da Zona Especial 1 (croqui 4) cujo conjunto arquitetônico e paisagístico deveriam “permanecer inalterados”; outra parte define-se como Área Central (croqui 5) caracterizada como uma área de comércio e serviços, sendo desejável a intensificação das atividades terciárias no local, limitada pelas ruas Francisco Sales, Santa Catarina, rua Junqueiras e rua Minas Gerais.

A paisagem urbana do centro sofre uma requalificação a partir de 1992 com a elaboração do Plano Diretor de Poços de Caldas e, depois, em 1994, com a aprovação da Lei 5488.

A partir de 1994, a paisagem central de Poços de Caldas é incluída na proteção ao Patrimônio Ambiental Urbano devido ao valor histórico e cultural que representa, além de conter “as edificações que personalizam a paisagem”. Porém, nem a Lei 5488 nem o Plano Diretor delimitam qual seriam os limites desta área central onde era diretriz “regenerar os complexos históricos e incentivar a melhoria da qualidade estética”.

No macrozoneamento apresentado no Plano Diretor, a paisagem urbana do centro faz parte da Zona de Urbanização Preferencial (ZUP 1,I croqui 6), que compreende áreas apropriadas para a ocupação urbana, com restrições quanto ao seu adensamento, face às limitações resultantes do Plano Diretor de Abastecimento de Água, da capacidade de estrutura viária, das condições topográficas ou dos interesses de preservação ambiental; mas o estabelecimento dos limites para execução das diretrizes do Plano Diretor de 1992 ficou por conta do Projeto Centro Vivo, o qual visava a “reestruturação da paisagem urbana através de ações de valorização do patrimônio urbano” - croqui 7.

A valorização da paisagem urbana do centro de Poços de Caldas como histórica e cultural permanece na Lei complementar nº 74, contudo, os limites desta paisagem e as diretrizes que recaem sobre a área são diferentes. Na Lei Complementar, o macrozoneamento possui duas Zonas que dividem a área central (Zona de Proteção Especial 2 e Zona de Proteção Especial 3) estabelecendo critérios diferentes para a intervenção – croqui 8.

Enfim, se compararmos os croquis abaixo expostos, podemos observar que a medida que a legislação municipal altera-se, a paisagem do centro urbano vai sendo incorporado e adjetivado juridicamente como parte integrante da história e da cultura da cidade, o que permitiu que os mandamentos legais de preservação e conservação patrimonial comesçassem a incidir sobre a área. O centro deixa de ser apenas uma área de comércio e serviços para ter sua paisagem caracterizada como “a típica imagem de Poços de Caldas”, “um símbolo da cidade, um cartão de visitas”.

Croqui 4: Zona Especial Lei nº 2056 de 1973.

Croqui 5: Área Central Lei nº 2056 de 1973.

Croqui 6: Zona de Urbanização Preferencial – ZUP 1 Lei 5488 de 1994.

Croqui 7: Limite do projeto Centro Vivo. Projeto Centro Vivo.

Croqui 8: Zona de Proteção Especial 2 e Zona de Proteção Especial 3 Lei Complementar 74 de 2006

Em

relação ao meio ambiente, a comparação entre os mapas de zoneamento urbano de Poços de Caldas, respectivamente de 1970/71, 1992 e de 2006 mostra que as áreas qualificadas como de interesse de preservação ambiental localizam-se mais nas áreas periféricas em relação ao centro urbano.

No zoneamento dos anos 70 (mapa 16), as zonas legais de proteção restringiam-se a três áreas da cidade, quais sejam: a Serra de São Domingos, as margens da Represa do Cipó e a área compreendida entre os Bairro Jardim Planalto e o cemitério municipal. No zoneamento dos anos 90 (mapa 17), as zonas legais de proteção aumentam em número e começam a incidir, principalmente, sobre a sub-bacia do córrego Vai e Volta e aos topos de morro na porção leste da cidade.

Com a revisão do Plano Diretor em 2006, promovida pela Lei Complementar 74, as zonas de preservação são encontradas delimitando áreas a partir dos arredores do centro urbano (mapa 18). A medida que se avança no tempo, portanto, as áreas de preservação ambiental atingem os bairros periféricos ao centro, sendo qualificadas no arcabouço jurídico como fundamental para a proteção do meio ambiente de Poços de Caldas. Isto é, a percepção do que seria importante em se preservar faz com que estas áreas recebam uma nova qualificação legal de proteção.

Mapa 16: Zoneamento feito pela Lei 2056 de 1973. Fonte: PDI 1970/71

Mapa 17: Zoneamento feito pela Lei 5488 de 1994. Fonte: Plano Diretor de Poços de Caldas, 1992.

Mapa 18 – Zoneamento conforme a Lei Complementar 74 de 2006.
Fonte: Lei Complementar nº 74 de 2006

Sistema de projeção: Universal Transverso de Mercator - UTM
Escala: 1:100.000
Datum: SAD-69
Meridiano central: 45° W. Gr.
Mapa produzido a partir de reatulação do levantamento aerofotogramétrico, escala 1:10.000, de 1997.

- ZAR - ZONA DE ADENSAMENTO RESTRITO
- ZAM - ZONA DE ADENSAMENTO MÉDIO
- ZAP - ZONA DE ADENSAMENTO PREFERENCIAL
- ZEIS-1 - ZONA DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL 1
- ZEIS-2 - ZONA DE ESPECIAL INTERESSE SOCIAL 2
- ZPE-1 - ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL 1
- ZPE-2 - ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL 2
- ZPE-3 - ZONA DE PROTEÇÃO ESPECIAL 3
- ZI - ZONA INDUSTRIAL
- ZPA - ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
- ZPR - ZONA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
- ZRI - ZONA RURAL
- ZPI - ZONA RURAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
- DELIMITAÇÃO PARA O NOVO FORTALEZA, JABUANO
- LIMITE MUNICIPAL

9. Considerações Finais

Neste trabalho tivemos como objetivo principal analisar a influência das leis municipais na formação da paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas.

Selecionamos as leis patrimoniais e ambientais para estudar esta influência e vimos que estas leis podem ser agrupadas em três períodos distintos:

O primeiro período refere-se aos anos iniciais de urbanização da cidade. Estendendo-se de 1872 até por volta de 1946, as leis deste período tinham como pano de fundo a ideologia médico higienista e a vontade de transformar a vila de “Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas” numa moderna estação balneária ao modo das cidades europeias. A legislação municipal nesse contexto ordena o alinhamento das ruas, o tamanho das calçadas, a característica das edificação “seguidas as regras gerais de arquitetura e construção comumente observados nas cidades modernas” e a proteção de determinadas matas, essenciais para a higiene e estética da cidade e “elemento apreciável na excelência de seu clima”.

O segundo período, que vai de 1946 até a década de 80, é um período de relativa desregulamentação legal tanto em termos patrimoniais quanto ambientais. Por um lado, a paisagem urbana do centro histórico é descaracterizada pela falta de instrumentos legais que previnam as demolições gerais dos bens históricos e culturais, por outro, ocorre a ocupação desordenada dos loteamentos e terrenos da cidade, sem preocupações com a proteção ambiental. A exceção fica por conta da proteção do Parque José Affonso Junqueira.

O terceiro período, finalmente, caracteriza-se por uma maior incidência das leis na paisagem da cidade: no centro urbano é contida a verticalização e são tombados os bens de interesse histórico e cultural, definindo sua manutenção na paisagem urbana; nos bairros, tornam-se obrigatórios a reserva de áreas verdes e a manutenção das margens dos rios e, para os lotes, o cálculo de mínimos de permeabilidade e máximos de ocupação.

Na passagem de um período para o outro a paisagem urbana de Poços é qualificada e requalificada de maneira diferencial: no centro urbano primeiro a paisagem é tomada como a paisagem higiênica, moderna a ser construída; depois, a paisagem do centro é colocada como de comércio, de serviços, com tendência a verticalização; por último, esta mesma paisagem torna-se a paisagem da arte, da cultura e da história de Poços de Caldas. É a paisagem símbolo da cidade. Ao redor do centro, nos bairros mais periféricos, é valorizada principalmente a paisagem natural; são os elementos naturais

presentes nesta paisagem urbana o objeto de preservação.

Podemos sintetizar os três período no seguinte quadro:

Tabela 2 – Principais leis e características paisagísticas			
Período	Lei	Ano	Características paisagísticas legais
1º Período	Sesmarias (?)	1726 1734 1748 1799 1819	Localização (?)
	Código de Posturas de Caldas	1855	Alinhamento Tamanho dos Lotes
	Decreto de Desapropriação	1872	Localização (?) Alinhamento Tamanho dos lotes
	Lei nº 4	1892	Alinhamento Tamanho dos Lotes
	Lei nº 10	1903	Alinhamento Tamanho dos lotes
	Lei nº 16	1904	Tamanho das calçadas Delimitação área urbana
	Lei nº 2	1905	Desapropriação dos terrenos da Serra de São Domingos
	Lei nº 120	1919	Proibição da contaminação do solo por fezes humanas
	Lei nº 209	1926	Delimitação da área suburbana
	Lei nº 224	1928	Aquisição de matas para defesa de mananciais de água potável
	Ato Municipal nº 55	1935	Conservação de matas em área doada pela prefeitura
	Ato Municipal nº 58	1935	

2º Período	Lei nº 34	1948	Proibição de colocação de anúncios e cartazes que prejudiquem o aspecto das fachadas, da paisagem e a perspectiva panorâmica
	Lei nº 2427	1976	Proibição de colocação de anúncios e cartazes que prejudiquem o aspecto estético da paisagem
	Lei 2056	1973	Delimitação da Área Central, Zona Especial 1 e Zona de Preservação
	Lei 3639	1985	Definição de áreas non aedificandi ao longo de águas correntes e águas dormentes e em áreas consideradas de preservação ou controle específico Reserva de áreas verdes nos loteamentos
3º Período	Lei 3218	1982	Criação do DPHTAM
	Lei 3537	1984	Estabelece a proteção ao patrimônio histórico, turístico e artístico de Poços de Caldas
	Lei 4752	1990	Definição de área non aedificandi em áreas limítrofes ou seccionadas por cursos d'água
	Lei 5488	1994	Diretriz para elaboração do IPAC Requalificação da área central Delimitação das Zonas de Preservação Permanente
	Lei Complementar 74	2006	Introdução do conceito de ambiência Redelimitação das Zonas de Preservação Permanente Introdução da taxa de permeabilidade mínima e coeficiente de aproveitamento máximo

A análise das leis poços caldense neste trabalho focou sobretudo a incidência destas leis municipais na paisagem urbana da cidade; isto é, as leis foram analisadas em relação aos seus efeitos na estruturação das formas da paisagem da cidade de Poços de Caldas, seja no sentido de qualificar esta paisagem, seja no sentido de regulamentar a ocupação e intervenção humana segundo necessidades patrimoniais e ambientais.

No caso em estudo, poderíamos tentar aplicar os modelos de Rutherford Platt para interpretar a situação existente em Poços de Caldas. Seriam duas as construções para o caso de Poços.

Numa primeira tentativa, na esfera física, anotaríamos o sítio urbano de Poços de Caldas, definido pelo sistema de intrusão magmática, conformadora da morfologia e do terreno fraturado local, e pelo sistema de circulação e armazenamento das águas, responsável pela ocorrência das fontes termais. Ambos os sistemas darão as bases para a ocupação urbana na cidade. Na esfera legal teríamos o governo federal, o governo estadual e o governo municipal, com ênfase para o governo estadual uma vez que o processo de desapropriação, a doação dos terrenos e os recursos para a construção da cidade deram-se principalmente neste âmbito de governo, embora as leis fossem elaboradas em âmbito do município. A esfera cultural, por sua vez, seria descrita pelo contexto médico, higienista e moderno que norteava os rumos da construção da estação balneária.

Neste primeiro modelo, a esfera legal seria informada por dois vetores principais: um proveniente da esfera física representando as potencialidades higiênicas e modernas do sítio urbano de Poços visto por médicos e autoridades públicas; outro proveniente da esfera cultural indicando os benefícios médicos da construção da estação balneária e as rendas provenientes da exploração dos jogos. A esfera cultural seria informada pelo decreto de desapropriação (apenas de não efetivado), pelas leis regulamentadoras da construção da cidade e pelos riscos “higiênicos” advindos da supressão indiscriminada das matas. A esfera física receberia o vetor que indica as transformações no meio físico, como a retificação e alteração do curso dos córregos e ribeirões e a drenagem do terreno local.

Modelo 3: Modelo de R. Platt aplicado para o caso de Poços de Caldas no passado.

Num segundo modelo, a esfera física seria anotada igualmente com o sítio urbano conformado pela intrusão magmática e pelo sistema de circulação e armazenamento das águas. Neste modelo, contudo, o sítio urbano ganha uma nova dimensão decorrente do maior conhecimento dos fatores naturais atuantes. Na esfera legal, anotaríamos também o governo federal, o governo estadual e o municipal, mas a ênfase desta vez recairia sobre o governo municipal: os dois primeiros são os responsáveis pelas normas gerais concernentes ao patrimônio e ao meio ambiente, elaborando as respectivas constituições de grau hierárquico superior; contudo, o Município seria sublinhado nesta esfera devido a sua autonomia jurídica para estabelecer políticas e elaborar leis de ordenamento do território segundo as diretrizes do Plano Diretor. Por último, a esfera cultural é caracterizada pela emergência das preocupações patrimoniais e ambientais que passaram mais modernamente a guiar as decisões sobre as ações antrópicas.

Para este modelo, a esfera legal é informada pelo maior conhecimento do ambiente físico local, o que aumenta a percepção da necessidade de regulamentação da ação antrópica na cidade, e pelo retorno social, econômico e ambiental proveniente da esfera cultural. Esta, a esfera cultural, é informada pela degradação ambiental advinda da esfera

física e pelas leis e regulamentos que disciplinam a ocupação humana no terreno e a intervenção antrópica no centro da cidade. Por último, a esfera física recebe o vetor de transformação da esfera cultural representando a preservação das margens dos córregos e ribeirões, a manutenção de áreas verdes e as exigências de taxas de permeabilidade e coeficiente de aproveitamento.

Poderíamos somar aos dois modelos, a análise de outros autores no que concerne as diferentes qualificações jurídicas que a paisagem urbana poços caldense ganha: no centro da cidade, a incidência das leis patrimoniais dependeu da progressiva apropriação jurídica da paisagem local como sendo de valor histórico e cultural. A qualificação que antes se restringia a determinadas localidades (Serra de São Domingos, Parque José Affonso Junqueira) passa a ser utilizada também para interpretar o conjunto do centro urbano, em toda sua “ambiência” e não apenas a pontos isolados da paisagem.

Modelo 4: Modelo de R. Platt aplicado para o caso atual de Poços de Caldas.

Por fim, poderíamos pensar também nas teorias de Niklas Luhmann para analisar a estruturação da paisagem urbana da cidade de Poços de Caldas através das leis municipais. Numa primeira aproximação, teríamos que sistema jurídico de proteção patrimonial do município construiu-se tendo como ambiente a apropriação tradicional que se fazia do terreno; neste sentido, a proteção jurídica do patrimônio conformou-se inicialmente de forma a conceituar a paisagem urbana como algo higiênico e moderno, sobretudo no seu significado estético, mas também paisagem de propriedades físico e químicas em contraponto as visões místicas e religiosas da população mais tradicional. Posteriormente, num segundo momento, é elaborado um subsistema jurídico de proteção ao patrimônio cultural tomando a paisagem como representação da história e da cultura de Poços, a paisagem como um símbolo da cidade.

Quanto a proteção jurídica ao meio ambiente, esta ainda não ganhou um subsistema próprio em âmbito municipal, encontrando sua disciplina esparsa entre diversos diplomas normativos (lei de parcelamento; lei de uso e ocupação do solo). Contudo, as normas refletem as modernas noções de integralidade do meio ambiente, tentando regulamentar as várias intervenções antrópicas na natureza em acordo com o sistema normativo a que pertence.

10. Bibliografia

Fontes Jurídicas

- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: dezembro 2009.
- BRASIL. Decreto-lei nº 311 de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ, 2 de março de 1938, – Seção 1, p. 4149.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: dezembro 2010.
- BRASIL. **Lei nº 6766 de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm> Acesso em janeiro 2011.
- MINAS GERAIS. **Constituição (1989)**. Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, BH: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1989. Disponível em <<http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Download/s/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>> Acesso em: dezembro 2011.
- CALDAS. **Resolução nº 753 de 1º de junho de 1855**. Resolução, aprovando Posturas da Câmara Municipal da Vila de Caldas. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/publicos_docs/photo.php?lid=62387>. Acesso em agosto 2011.
- POÇOS DE CALDAS. **Decreto de Desapropriação de 14 de outubro de 1872**. Disponível em <<http://www.pocosdecaldas.mg.leg.br/>>. Acesso em: janeiro 2012.
- POÇOS DE CALDAS. Lei nº 1 de 12 de abril de 1892. Adora com alterações o Código de Posturas da Vila de Caldas. **Leis e resoluções da câmara Municipal de Poços de Caldas 1892 – 1900. Estado de Minas Gerais**. Pyp imprensa. Ed. Aranha e Irmãos Campinas, 1901.
- POÇOS DE CALDAS. Lei nº 4 de 24 de setembro de 1892. Sem título. **Leis e resoluções da câmara Municipal de Poços de Caldas 1892 – 1900. Estado de Minas Gerais**. Pyp imprensa. Ed. Aranha e Irmãos Campinas, 1901.
- POÇOS DE CALDAS. Lei nº 10 de 30 de Maio de 1903. Autoriza o alinhamento e divisão em prazos urbanos e suburbanos de todo o terreno do bairro Vila Pinhal. **Livro de Leis do Conselho Deliberativo – 1905 a 1917**. Localizado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Poços de Caldas.

- POÇOS DE CALDAS. Lei nº 16 de 17 de junho de 1904. Providencia sobre passeios e muros em certa área urbana desta Vila. **Livro de Leis do Conselho Deliberativo – 1905 a 1917**. Localizado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Poços de Caldas.
- POÇOS DE CALDAS. Lei nº 2 de 14 de janeiro de 1905. Sem título. **Livro de Leis do Conselho Deliberativo – 1905 a 1917**. Localizado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Poços de Caldas.
- POÇOS DE CALDAS. Lei nº 120 de 30 de setembro de 1919. Sem título. **Livro de Leis do Conselho Deliberativo – 1918 a 1929**. Localizado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Poços de Caldas.
- POÇOS DE CALDAS. Lei nº 157 de 30 de setembro de 1921. Autoriza o Prefeito municipal a organizar plantas de habitações higiênicas. **Livro de Leis do Conselho Deliberativo – 1918 a 1929**. Localizado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Poços de Caldas.
- POÇOS DE CALDAS. Lei nº 209 de 5 de fevereiro de 1926. Sem Título. **Livro de Leis do Conselho Deliberativo – 1918 a 1929**. Localizado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Poços de Caldas.
- POÇOS DE CALDAS. Lei nº 224 de 3 de fevereiro de 1928. Sem Título. **Livro de Leis do Conselho Deliberativo – 1918 a 1929**. Localizado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Poços de Caldas.
- POÇOS DE CALDAS. Ato Municipal nº 55 de 23 de maio de 1935. Sem título. **Livro de Atos Municipais 1934 a 1936**. Localizado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Poços de Caldas.
- POÇOS DE CALDAS. Ato Municipal nº 58 de 9 de outubro de 1935. Contem disposições sobre a abertura de ruas e divisão em lotes. **Livro de Atos Municipais 1934 a 1938**. Localizado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Poços de Caldas.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 34 de 14 de agosto de 1948**. Aprova o Código de Posturas Municipais. Material em meio eletrônico (CD) fornecido por Evaristo C. Pimenta contendo as leis municipais editadas na Câmara Municipal de Poços de Caldas. Disponibilizado no Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.
- POÇOS DE CALDAS. **Plano de Desenvolvimento Integrado: Diagnóstico Preliminar – 1968**. 2 Volumes. Poços de Caldas: Consultec, 1968, p. 2-153.
- POÇOS DE CALDAS. **Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI. 1970/1971**. 6 Volumes. Poços de Caldas: Consultec, 1970/1971.
- POÇOS DE CALDAS. Lei nº 2056 de 12 de maio de 1973. Fixa os objetivos e as diretrizes básicas do Plano Urbanístico de Poços de Caldas. **Diário de Poços de Caldas**, 12 de maio de 1973.

- POÇOS DE CALDAS. **Lei 2432 de 5 de maio de 1975**. Fixa normas de zoneamento de uso do solo no município de Poços de Caldas. Localizado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Poços de Caldas.
- POÇOS DE CALDAS. Lei nº 2420 de 17 de maio de 1976. Disciplina o parcelamento da terra no Município de Poços de Caldas. **Jornal da Mantiqueira**, 19 maio 1976.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 2427 de 11 de julho de 1976**. Institui o Código de Posturas Municipais de Poços de Caldas e dá outras providências. Disponível em <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19762427.pdf>>. Acesso em Janeiro 2011.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei 3218 de 15 de abril de 1982**. Dispõe sobre a criação da Diretoria do Patrimônio Histórico, Turístico e Artístico Municipal – DPHTAM. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19823218.pdf>>. Acesso em: janeiro 2011.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei 3537 de 3 de julho de 1984**. Estabelece a proteção do Patrimônio Histórico, turístico e Artístico de Poços de Caldas e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19843537.pdf>> Acesso em dezembro 2012.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei 3639 de 4 de janeiro de 1985**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano no Município de Poços de Caldas e dá outras providências. Mensagem nº 00110/84. Localizado na Câmara Municipal de Poços de Caldas. Consulta: junho 2011.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 3638 de 7 de janeiro de 1985**. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no município de Poços de Caldas. Localizado no Arquivo Público da Câmara Municipal de Poços de Caldas.
- POÇOS DE CALDAS. Decreto nº 3254 de 3 de junho de 1985. Aprova o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico do parque José Affonso Junqueira, situado em Poços de Caldas. **Jornal da Mantiqueira**, edição nº 2819 de 5 junho 1985.
- POÇOS DE CALDAS. Decreto nº 3388 de 27 de novembro de 1985. Aprova o tombamento do prédio onde funciona atualmente o ginásio estadual Virgínia da Gama Salgado (Vila Junqueira). **Jornal da Mantiqueira**, edição nº 2964 de 29 novembro 1985.
- POÇOS DE CALDAS. Decreto nº 3389 de 27 de novembro de 1985. Aprova o tombamento da capela de Santa Cruz. **Jornal da Mantiqueira**, edição nº 2964 de 29 novembro 1985.
- POÇOS DE CALDAS. Decreto nº 3390 de 27 de novembro de 1985. Aprova o tombamento do prédio do antigo Casino da Urca. **Jornal da Mantiqueira**, edição nº 2964 de 29 novembro 1985.

- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 4113 de 1º de dezembro de 1987**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no município de Poços de Caldas e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19874113.pdf>>. Acesso em Janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 4161 de 5 de fevereiro de 1988**. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo do município de Poços de Caldas e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19884161.pdf>>. Acesso em Janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 4752 de 15 de julho de 1990**. Dispõe sobre as normas de ocupação às margens de cursos d'água no Município e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19904752.pdf>>. Acesso em Janeiro 2011.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 4936 de 4 de outubro de 1991**. Dispõe sobre o tombamento do prédio da estação de passageiros do Aeroporto de Poços de Caldas e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19914936.pdf>>. Acesso em janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Plano Diretor 1992**. Poços de Caldas: Secretaria de Planejamento e Coordenação, 1992.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 5056 de 19 de março de 1992**. Dispõe sobre o tombamento do prédio da Igreja de Santo Antônio, sito na rua São Paulo, nesta cidade. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19925056.pdf>>. Acesso em: janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 5376 de 29 de junho de 1993**. Dispõe sobre o tombamento do prédio da Estação Ferroviária e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19935376.pdf>>. Acesso em: janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 5400 de 23 de agosto de 1993**. Dispõe sobre o tombamento do prédio da Igrejinha Dom Bosco, situada na rua Cel. Virgílio e Silva, bairro Jardim Regina. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19935400.pdf>>. Acesso em: janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 5564 de 14 de abril de 1994**. Dispõe sobre o tombamento do prédio da Basílica Nossa Senhora da Saúde, situada na Praça Monsenhor Faria de Castro. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19945564.pdf>>. Acesso em: janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 5488 de 4 de janeiro de 1994**. Aprova o Plano Diretor do Município de Poços de Caldas e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/19945488.pdf>>. Acesso em dezembro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Poços de Caldas – IPAC-PC (1998)**. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal. Disponível no Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas, 1998.

- POÇOS DE CALDAS. **Lei Complementar nº 18 de 30 de agosto de 2000**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Poços de Caldas e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lco/20000018.pdf>> Acesso em janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 7358 de 27 de dezembro de 2000**. dispõe sobre o tombamento do prédio da antiga “Igreja de São Sebastião” e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/20007358.pdf>>. Acesso em: janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. Decreto nº 7015 de 19 de março de 2002. Aprova o tombamento das Fontes Termas que especifica. **Jornal da Cidade**, 21 março 2002.
- POÇOS DE CALDAS. Decreto nº 7357 de 17 de março de 2003. Aprova o tombamento do prédio do antigo “Chalé Honório Dias”, situado à praça Getúlio Vargas nº 4, centro. **Folha Popular**, 19 março 2003.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei Complementar nº 74 de 27 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor do Município de Poços de Caldas nos termos da Lei Federal n. 10257/2001, altera, revoga e acrescenta dispositivos à Lei 5488 de 4 de janeiro de 1994 e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lco/20060074.pdf>>. Acesso em dezembro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 8351 de 21 de março de 2007**. Dispõe sobre o tombamento do prédio que abriga a sede da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/20078351.pdf>>. Acesso em: janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei Complementar nº 92 de 26 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do solo do Município de Poços de Caldas e dá outras providências. Publicado no Jornal de Poços em 28 dez. 2007; Errata publicada no Jornal de Poços em 10 jan. 2008. Disponível em: <http://www.pocosdecaldas.mg.leg.br/legislacao/municipal.php>. Acesso em março 2011.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 8616 de 25 de novembro de 2009**. Dispõe sobre o tombamento do conjunto arquitetônico e demais dependências do Country Club e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/20098616.pdf>>. Acesso em: janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 8669 de 31 de maio de 2010**. Dispõe sobre o tombamento do ponto turístico “Fonte dos Amores” e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/20108669.pdf>>. Acesso em: janeiro 2010.
- POÇOS DE CALDAS. **Lei nº 8702 de 20 de outubro de 2010**. Dispõe sobre o tombamento do Complexo Turístico “Véu das Noivas” e dá outras providências. Disponível em: <<http://camarapocos.no-ip.org/normas/lei/20108702.pdf>>. Acesso em: janeiro 2010.

Fontes bibliográficas

- ABREU, Adilson Avansi de. **Estruturação de paisagens geográficas no médio vale do Jaguari Mirim – SP**: uma contribuição à análise integrada da paisagem em borda do maciço antigo. Tese (doutorado em geografia física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 1973.
- ABREU, A. A.. Significado e propriedade do relevo na organização do espaço. **Boletim de geografia teórica**. Ageteo, v. 15 p. 154-162, Rio Claro, 1985.
- BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BLOMLEY, N. Landscape of property. In: BLOMLEY, N.; DELANEY, D. FORD, R. **The legal geographies reader: law, power, and space**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- BLOMLEY, N.; DELANEY, D.; FORD, R. **The legal geographies reader**. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- BLOMLEY, Nicholas. From 'what' to 'só what': law and geography in retrospect. In: HOLDER, J. HARRISON, Carolyn. **Law and geography: current legal issues**. v.5. New York: Oxford University Press, 2006.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 23ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.
- BOTELHO, R. G. M.; SILVA, A. S. Bacia hidrográfica e qualidade ambiental. IN: Vitte, A. C. GUERRA, A. J. T. (Org.). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BUDYKO, M. I. **The evolution of the biosphere**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.
- CASTRO, I. E. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.
- CHARDIN, Pierre T. The antiquity and world expansion of human culture. In: THOMAS, William L. **Man's role in changing the face of the earth**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.
- CHAUÍ, Marilena. Natureza, cultura e patrimônio ambiental. In: LANNA, Ana Lúcia Duarte (Coord.). **Meio ambiente: Patrimônio Cultural da Usp**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. Características Fisiográficas do Planalto de Poços de Caldas (MG – Brasil). In: **Geomorfologia**, nº32. São Paulo, 1972.
- COMIG. **Projeto Hidrogeoambiental das Estâncias Hidrominerais da**

Companhia Mineradora de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2001.

- DEÁK, Csaba. O processo de urbanização no Brasil. Falas e façanhas. In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Fupam/EDUSP, 1999..
- DELANEY, David. Beyond the word: law as a thing of this world. In: HOLDER, J. HARRISON, Carolyn. **Law and geography: current legal issues.** v.5. New York: Oxford University Press, 2006.
- DI PIETRO, Maria S. Z. **Direito Administrativo.** São Paulo: Atlas, 2008.
- ELLERT, Reinholt. Contribuição à geologia do maciço de Poços de Caldas. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras**, nº237 – **Geologia** n ° 18. São Paulo, 1959.
- ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. **Man, space and environment.** New York: Oxford University Press, 1972.
- FOREST, P. **Géographie du droit : épistémologie, développement et perspectives.** Canadá : Les presses de l'Université Laval, 2009.
- FUJIMOTO, Nina Simone V. M. Alterações ambientais na região metropolitana de Porto Alegre – RS: um estudo geográfico com ênfase na geomorfologia urbana. In: ROCHA, P.C. NUNES, J. O. R. (Org.). **Geomorfologia: aplicação e metodologia.** São Paul: Expressão Popular, 2008.
- GARCIER, R. Le droit et la fabrique de l'espace : aperçus méthodologiques sur l'usage des sources juridiques en géographie. In : FOREST, P. **Géographie du droit : épistémologie, développement et perspectives.** Canadá : Les presses de l'Université Laval, 2009.
- GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira.** Rio de Janeiro: Publicações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.
- GILISSEN, John. **Introdução histórica ao direito.** 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 14 ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2010.
- GRIGORYEV, A. A. **The Theoretical fundaments of moder physical geography.** Moscow : Progress Publishers, 1968.
- GRIMM, D. **Constituição e Política.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- HOCHMAN, Gilberto. **A era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil.** 2ª Edição. São Paulo, Editora Hucitec, 2006.

- ISACHENKO, G. A. Contribuição ao estudo de Geossistema no Brasil: estrutura temporal e experiências em trabalho de campo. **Anais do I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço**. p. 3168 – 3185. Rio Claro: 2009.
- KIRK, Elizabeth A.; REEVES, Alison. Disciplinary Interactions: ontological commitments and environmental standard-setting. In: HOLDER, J. HARRISON, Carolyn. **Law and geography: current legal issues**, v.5. New York: Oxford University Press, 2006.
- LEMOS FILHO et all. **Sociologia Geral e do Direito**. São Paulo: Alínea, 2009.
- LEMOS, Pedro Sanches. **As águas Thermaes de Poços de Caldas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de MG, 1904.
- LIBAULT, A. **Os quatro níveis da pesquisa geográfica**. Métodos em questão, São Paulo, n. 1, 1971.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 25º edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.
- MARRAS, Stelio. **A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2004.
- MARRICHI, Jussara M. O. **A cidade termal: ciência das águas e sociabilidade moderna entre 1839 a 1931**. Dissertação (mestrado em história). Universidade de Campinas – Unicamp, Campinas, 2009.
- MEGALE, Nilza Botelho. **Memórias históricas de Poços de Caldas**. 2ª ed. Poços de Caldas: Sulminas, 2002.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 35ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- MIKESELL, Marvin. **Landscape**. New York: Oxford University Press, 1972.
- MOMBEIG, Pierre. **Papel e valor do ensino da Geografia e de sua pesquisa**. Novos estudos de Geografia Humana Brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 19ª ed. São Paulo: Annablume, 2003.
- MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 23ª ed. São Paulo, : Editora Atlas, 2008.
- MORAES, Fernanda Toniza. **Zoneamento geoambiental do Planalto de Poços de Caldas, MG/SP a partir da análise fisiográfica e pedoestratigráfica**. Tese (doutorado em geologia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Campus Rio Claro. Rio Claro: 2008.

- MOREAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3 Ed. São Paulo, Annablume, 2008.
- MOURÃO, Mário. **Poços de Caldas: synthese historica e crenologica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1933.
- MOURÃO, B. M. **Quarteto construtor de Poços de Caldas e epopeia de Pedro Sanches**. Poços de Caldas: Gráfica Sulminas, 1998.
- NEVES, Marcelo. Niklas Luhmann: “Eu vejo o que tu não vês”. In: Jorge de Almeida e Wolfgang Bader (Org.). **Pensamento alemão no século XX**. Vol. I. São Paulo: Ed. Cosac Naif, 2009.
- NIR, Dov . **Man, a geomorphological agent: an introduction to anthropic geomorphology**. Jerusalém: Ketem Pub. House, 1983.
- NORTHROP, F. S. C. Man’s relation to the Earth in its bearing on his aesthetic, ethical, and legal values. In: THOMAS, Willian L. **Man’s role in changing the face of the earth**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.
- OTTONI, H. B. **Poços de Caldas**. São Paulo, Ed. Anhambi, 1960.
- PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, M. **Direito Constitucional Descomplicado**. 3ª ed. São Paulo: Método, 2008.
- PIOLI, Sulema M. Budin; PHILIPPI Jr, Arlindo. Contextualização nacional e internacional da tutela jurídica do meio ambiente. In: ALVES, Alaôr Caffé; PHILIPPI JR, Arlindo. **Questões de Direito Ambiental**. São Paulo: Editora Signus Editora, 2004.
- PLATT, R. H. **Land use and society: geography, law and public policy**. Washington: Island Press, 2004.
- PLATT, R. H. **Land use control: interface of law and geography**. Washington: Association of American Geographers, 1976.
- POZZER, Carlos Eduardo. **Poços de Caldas: a construção da paisagem urbana**. Dissertação (mestrado em arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2001.
- PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio cultural e cidade: práticas de preservação em São Paulo**. Tese (Doutorado em arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP , 2009.
- ROSS, Jurandyr L. S. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.
- ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. **Géosystèmes et paysaages: bilan et méthodes**. Paris : Armand Colin Éditeur, 1991.

- ROVARON, Carlos Eduardo. **Ocupação da região da Caldeira Vulcânica de Poços de Caldas – MG (séc. XVIII – XX)**. Dissertação (mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. Departamento de História. São Paulo, 2009.
- SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. Tese (doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP Departamento de Geografia, 2006.
- SHAMIR, Ronen. Suspended in space: bedouins under the law of Israel. In: BLOMLEY, N.; DELANEY, D. FORD, R. **The legal geographies reader: law, power, and space**. Oxford, Blackwell Publishers, 2001.
- SHOCKEY, Frank Clinton. **Geography and the Rule of Law in the Making of Two American Indian Reservations: a Geographic Study of Law as a Social System**. University of Minnesota, PhD.Dissertation in Philosophy , 2008. Disponível em <http://conservancy.umn.edu/handle/91518> . Último acesso: dezembro 2011.
- SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico conciso**. Atualizadores Nagib Slaibi e Gláucia Carvalho. 2º ed. Rio de Janeiro : Forense, 2010.
- SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 6º ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.
- SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 7º ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.
- SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. A contribuição germânica para a construção do urbanismo moderno (1870-1930) – referência para os primeiros projetos urbanos de São Paulo. **Revista Martius-Staden-Jahrbuch**, São Paulo, nº 58, p. 55-79, Ed. Instituto Martius-Staden, 2011.
- SOCHAVA, V. B. **O estudo do Geossistema**. Instituto Geográfico USP. São Paulo: Ed. Lunar, 1977.
- SORRE, Max. **Les fondements de la Géographie Humaine**. Paris : Librairie Armand Colin, 1950.
- STEPHAN, Ítalo Caixeiro. **A aplicação dos planos diretores e leis do uso e ocupação do solo em cidades de médio porte demográfico, no estado de Minas Gerais, no período 1988-1998**. Tese (doutorado em arquitetura) Universidade de São Paulo – USP. São Paulo: 2005.
- STRAHLER & STRAHLER. **Introduction to environmental science**. Califórnia: Hamilton Publishing Company, 1974.
- STRAHLER, Arthur. The nature of induced erosion and aggradation. In: THOMAS, Willian L. **Man's role in changing the face of the earth**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.

- SUNFELD, C. A. **Fundamentos de Direito Público**. São Paulo: Malheiros, 2010.
- THOMAS, Harold E. Changing in quantities and qualities of ground and surface waters. In: THOMAS, Willian L. **Man's role in changing the face of the earth**. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.
- TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.
- TROPPER, Michel. **A filosofia do direito**. São Paulo: Martins, 2008.
- VILLAÇA, Flávio J. M. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, C.; SCHIFFER, S. R. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Fupam/EDUSP, 1999.
- VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Teoria dos sistemas e o direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- VITTE, Antonio Carlos. O desenvolvimento do conceito de paisagem e sua inserção na geografia física. **Mercator**. Revista de Geografia da UFC, V.6, p. 71-78, 2007.